

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**CURSO DE
BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO
CAMPUS COLATINA**

Vigente a partir de 28/07/2023



Ministério da Educação
Instituto Federal do Espírito Santo

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
CAMPUS COLATINA

COLATINA – ES
2023

REITOR

Jadir José Pela

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Adriana Pionttkovsky Barcellos

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luciano de Oliveira Toledo

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Lodovico Ortlieb Faria

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Lezi José Ferreira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

André Romero da Silva

CAMPUS COLATINA

DIRETOR-GERAL

Octavio Cavalari Júnior

DIRETOR DE ENSINO

Elizabeth Gerlânia Caron Sandrini

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Wasley Antônio Ronchetti

DIRETOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Thereza Christina Ferrari Paiva

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PPC

Izabel Maria Laeber

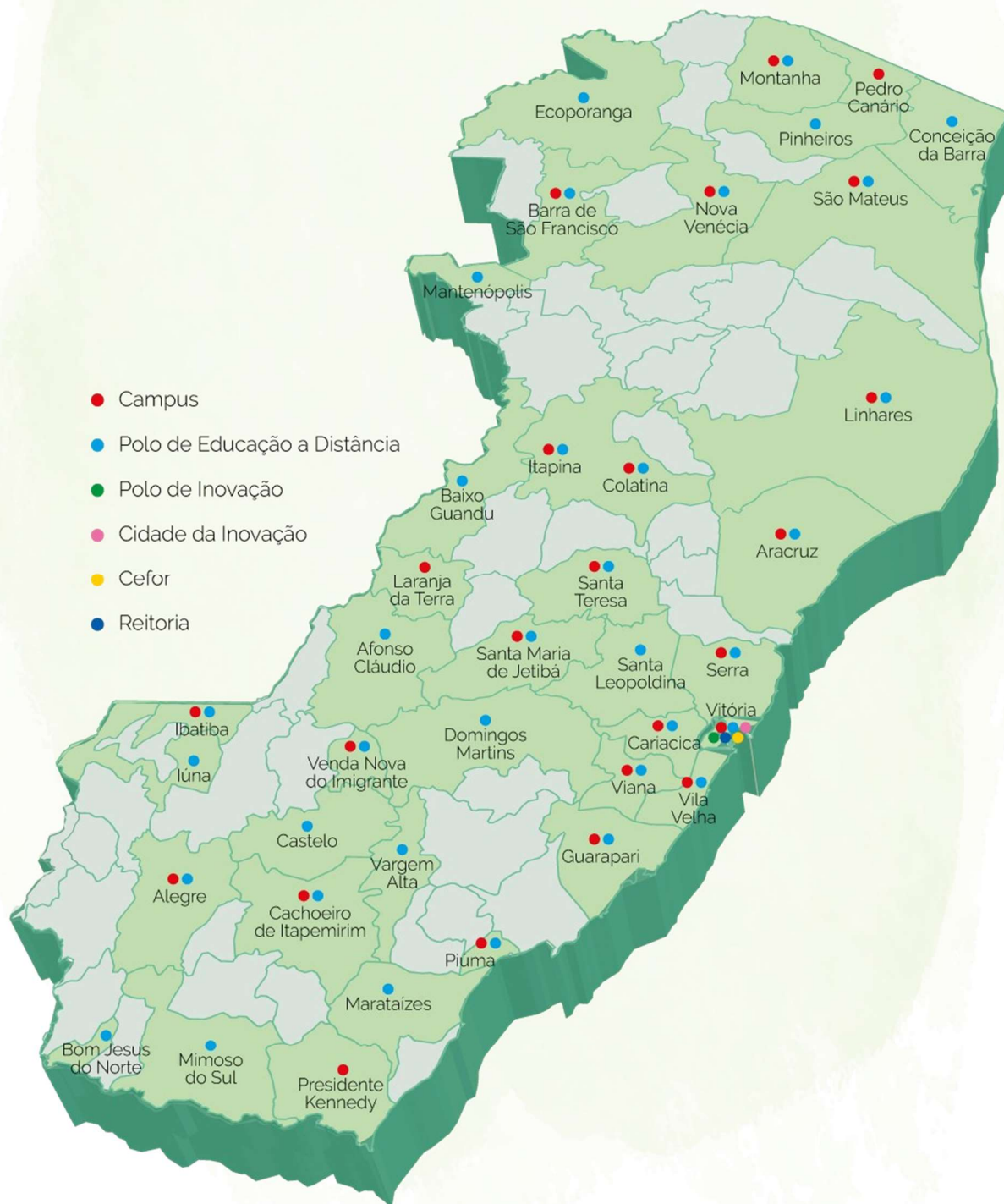
Isabel Cristina Gomes Basoni

Joanita Araújo Espanhol

Mauriceia Pratissolli Soares Guzzo

Luiz Fernando Damonech

O Ifes está presente em 35 municípios do Espírito Santo.



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	7
1.1 APRESENTAÇÃO GERAL	7
1.2 APRESENTAÇÃO DO CURSO	8
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	12
2.1. DENIMINAÇÃO	12
2.2. AREA DE CONHECIMENTO – EIXO TECNOLÓGICO	12
2.3. GRAU.....	12
2.4. MODALIDADE	12
2.5. DIPLOMAS E CERTIFICADOS.....	12
2.6. TURNO DE OFERTA	12
2.7. PERIODICIDADE	12
2.8. TIPO DE OFERTA	12
2.9. NUMERO DE VAGAS OFERECIDAS	12
2.10.PERIODICIDADE DA OFERTA.....	12
2.11. CARGA HORARIA TOTAL	13
2.12. FORMAS DE ACESSO	13
2.13. LOCAL DE OFERTA.....	13
2.14. COORDENADOR.....	13
2.15. PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR EM ANOS	13
2.16. HISTORICO DA CRIAÇÃO E REFORMULAÇÃO DO PPC	13
3. JUSTIFICATIVA.....	14
4. OBJETIVOS	19
4.1. OBJETIVOS GERAIS.....	19
4.2. OBJETIVOS ESPECIFICOS	19
5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	20
6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	22
6.1. CONCEPÇÃO	22
6.2. METODOLOGIAS	24
6.3. ESTRUTURA CURRICULAR	25
7. AVALIAÇÃO.....	124
7.1. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	124
7.2. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	125
7.3.AVALIAÇÃO DO CURSO	128

7.4. PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	129
8. ATENDIMENTO AO DISCENTE	132
8.1 ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	133
9. GESTÃO DO CURSO	134
10. CORPO DOCENTE.....	137
11. INFRAESTRUTURA.....	142
11.1. AREAS DE ENSINO ESPECIFICAS	142
11.2. AREAS DE ESTUDO GERAL	142
11.3. AREAS DE ESPORTES E VIVENCIA	143
11.4. AREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE	143
11.5. AREAS DE APOIO	144
11.6. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	144
11.7. BIBLIOTECA.....	145
12. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO	149
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	150

1. APRESENTAÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO GERAL

Para explicitação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração, torna-se, imprescindível, evidenciar, primeiramente, a linha histórica da Escola Técnica Federal (ETF) de Colatina, inaugurada em 13/03/1993, atualmente denominada Ifes-Campus Colatina. Em 2004, pelo Decreto n. 5.224, que dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), as ETFs foram transformadas em Cefetes. Estes, em consonância com o Decreto n. 5.225/2004, que estabelece a organização do ensino superior, foram autorizados pelo governo federal a ministrar cursos de graduação.

Tempos mais tarde, a Lei n. 11.892, de 29/12/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, e os Cefetes passaram a ser Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou seja, “instituições de educação básica, profissional e superior, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas” (BRASIL, 2008).

No Espírito Santo, o Instituto Federal é referenciado pela sigla Ifes e tem por missão promover educação profissional pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável. Além disso, busca, em sua visão de futuro, ser referência em educação profissional, proporcionando o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do estado. Por isso, o papel primordial é ser capaz de formar mão de obra qualificada e cada vez mais ciente de sua contribuição para a melhoria do processo administrativo, frente às novas necessidades de desenvolvimento, adaptando-se às novas tecnologias.

Nesse cenário, o Campus Colatina, que ao longo da história passou por muitas mudanças: Escola Técnica Federal; Centro Federal de Educação Tecnológica; e, atualmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, encontra-se em processo de verticalização do ensino, pois, desde 2006, possui o Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio, sendo referência de ensino público de qualidade.

Ao longo dos anos, turmas do Ifes-Campus Colatina foram formadas e inseridas no mercado de trabalho, contribuindo para a gestão/produção da cadeia econômica, não somente do município. Além disso, o processo de ensino tem possibilitado à instituição ser referência de ensino público de qualidade. Assim, em 2010, teve início a turma de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal e, em 2013, a de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública, na modalidade a distância. Dentro dessa lógica, a equipe de professores do curso de Administração, que esteve presente desde o início da implantação dos cursos integrados, percebendo a necessidade e a intenção do campus em verticalizar as atividades de ensino, evidenciou a viabilidade de um curso Superior.

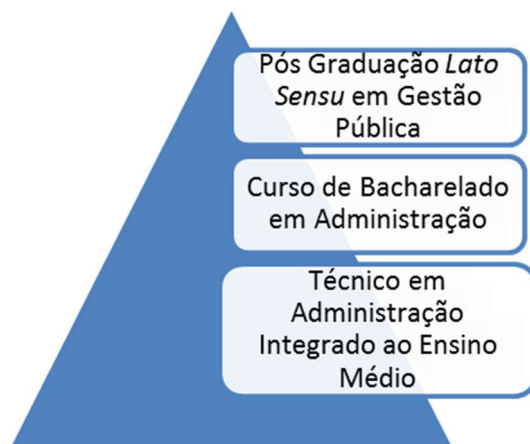
A Coordenadoria de Gestão Empreendedora, então, iniciou trabalhos para a criação do curso de Bacharelado em Administração, buscando responder 02 (dois) anseios da comunidade: o primeiro, a continuidade do ensino de qualidade oferecido aos concluintes do ensino técnico,

de oferta gratuita, o que evitaria o deslocamento dos educandos para outras localidades, ou até mesmo, na maioria dos casos, a interrupção dos estudos na área; o segundo, o desenvolvimento sustentável, o que situa a Instituição na política de ensino adotada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): a de ofertar cursos baseados nas demandas econômica, social e cultural da região onde a instituição está inserida, de acordo com a Lei 11.892/2008. A oferta favorece, conforme apontado, a integração e a verticalização do ensino básico ao superior. As políticas educacionais do Campus Colatina preceituam o incentivo à construção coletiva em busca de diretrizes comuns, em que a aprendizagem deve ser o fim último de todas as atividades de ensino e o primeiro compromisso de todos os professores.

O processo de ensino do curso de Bacharelado em Administração baseia-se na construção coletiva, com papel determinante de seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), tendo em vista o compromisso de todos os professores com o processo de ensino-aprendizagem, sendo este inclusivo e com estratégias que visam à permanência e ao sucesso do educando; ao respeito à pluralidade, às questões étnico-raciais; e ao desenvolvimento das competências, habilidades e valores quanto à responsabilidade socioambiental.

As práticas de ensino, planejadas pelos professores, juntamente com a pedagoga, têm etapas de planejamento no início dos semestres letivos e acompanhamento durante o ano. Isso tem favorecido a permanência do aluno e diminuído os índices de evasão. Pode-se verificar no PDI que uma das diretrizes para o processo de ensino é que “as atividades de ensino devem ser indissociáveis das atividades de pesquisa e extensão”. A verticalização proposta é apresentada na Figura 01.

FIGURA 1 – VERTICALIZAÇÃO DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO.



Fonte: Comissão do PPC.

1.2 APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Administração foi construído pela Comissão de Estruturação do Curso Bacharel em Administração – Portaria n. 203, de 16 de julho de 2014, com base no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação –

Câmara de Educação Superior, por meio da Resolução n. 4, de 13 de julho de 2005, hoje revogada pela Resolução CNE/CES n. 5, de 14 de outubro de 2021; com base na Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007, também do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior; e, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei n. 9.394/96. Neste momento de reformulação, além das legislações atualizadas, foi utilizada, ainda, a Resolução do Conselho Superior n. 1, de 11 de março de 2019, que estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação do Ifes.

A reformulação do PPC contou com a participação de docentes representantes do curso, a coordenadora do curso e uma representante da Coordenadoria de Gestão Pedagógica. Foram consultados para esta reformulação: a Biblioteca, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), a Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA), a Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (CRIEC), a Direção de Pesquisa e Extensão e a Direção de Ensino do campus Colatina.

Na elaboração do documento foram observadas, ainda, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96 e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004. Nesse sentido, em 2017, o campus Colatina instituiu o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), que tem como função divulgar o conhecimento sobre as questões raciais relacionadas à africanidade, aos indígenas e à negritude.

O Ifes, seguindo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto na Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012, contempla, em seu PDI, ações com vistas à promoção da equidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento do sexismo e da homofobia. Essas ações se refletem no curso de Bacharelado em Administração de forma transversal em suas disciplinas, por meio de atividades de ensino e atividades complementares, entre outras contempladas nesse PPC.

O Campus Colatina conta com o Núcleo de Atendimento de Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) que é um órgão de natureza consultiva e executiva, de composição multidisciplinar. Tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos, inclusive o curso de Bacharelado em Administração, respeitando o que reza a Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é ofertada como disciplina optativa no curso, conforme disposto no Decreto nº 5626/2005, no Capítulo II – Da Inclusão da Libras como Disciplina Curricular, no seu Art. 3º, § 2º, a disciplina “constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional”. A linguagem de Libras foi reconhecida como uma das línguas oficiais do país, através da Lei 10.436/2002. A oferta da disciplina Libras nos cursos de graduação constitui-se em um avanço para a comunidade surda, pela valorização e reconhecimento da língua de sinais, o que gera uma mudança social, acarretando compreensão e aceitação. O aluno do Campus Colatina, ao se inserir no mercado de trabalho, terá um diferencial na comunicação e melhoria de seu ambiente de trabalho favorecendo a inclusão de pessoas com surdez, se optar por cursar essa disciplina.

O PPC do curso de Bacharelado em Administração contempla disciplinas obrigatórias e optativas que atendem as políticas de educação ambiental (Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002 e a Resolução CNE/CP N. 2, de 15 de junho de 2012), além de oferecer atividades complementares como, por exemplo, os seguintes projetos: Semeando o verde; Ensino Biomas, parte 1; Ensino Biomas, parte 2; Programa Águas do ES - programa de extensão; Rede de Educadores Ambientais - programa em rede do qual o campus faz parte; Apoio ao Projeto GAMBAS. Dentre outras ações institucionais, o Campus Colatina é uma das Instituições que compõe o CBH-Doce.

Adotou-se, no curso de Bacharelado em Administração, a gestão compartilhada com o NDE, tendo a participação do Colegiado. As decisões são tomadas em conjunto para que a Coordenação do Curso coloque as ações em prática. As decisões são baseadas em avaliações realizadas, como o relatório da CPA, as avaliações dos docentes pelos discentes, relatórios de evasão, acompanhamento de frequência e rendimentos escolar, disponibilizados no Sistema Acadêmico Q-Acadêmico 3.0. Com a existência da Comissão Setorial de Avaliação Institucional (CSAI) no *campus*, que conta com apoio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), as avaliações de curso são feitas anualmente, fornecendo informações importantes para o processo de gestão do curso. Os resultados obtidos pela CSAI são repassados em reunião para a comunidade – discentes e servidores – e depois são afixados nos murais da instituição, para maior conhecimento dos procedimentos e das ações a serem realizadas, por quem for de direito, a partir do resultado das avaliações. Concomitante a esse processo, a gestão do curso e a do campus apresentam ações para melhorias contínuas, tendo por base os resultados apresentados. Periodicamente, o NDE, a Coordenação de Curso e a Coordenadoria de Gestão Pedagógica verificam as informações para planejar as ações necessárias para o bom desenvolvimento e aprimoramento do curso.

Após o reconhecimento do curso, em 2019, foi dado início à reformulação do PPC, aprovado em 2021, utilizando a Matriz de Referência criada em 2016, pela equipe instituída pela Portaria nº 2.984 de 18/10/2016, estando vigente até o presente momento. Este documento constitui-se uma nova reformulação realizada para atender a exigência de regulamentações que surgiram depois da última revisão e que precisam ser observadas nas ofertas de cursos superiores no país e no Ifes. Entretanto, para este documento, usa-se, ainda, a Matriz instituída em 2016.

Assim, este PPC foi elaborado tendo em vista o que está disposto nas seguintes regulamentações nacionais e institucionais: a Resolução Consup/Ifes n. 01/2019, que estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico do Curso de Graduação do Ifes; a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE2014-2024 e dá outras providências; a Resolução Consup/Ifes n. 38/2021, que regulamenta as diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão no Ifes; a Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino; a Resolução Consup/Ifes nº 58 de 15 de outubro de 2021, que normatiza a oferta de componentes curriculares a distância e o uso de tecnologias educacionais nos cursos presenciais do Ifes; a Resolução CNE/CES n. 05, de 14 de outubro de 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração.

Esta reformulação foi realizada por uma comissão instituída pela Portaria DG/Ifes-Campus Colatina n. 59, de fevereiro de 2023, alterada pela Portaria DG/Ifes-Campus Colatina n. 183, de 8 de maio 2023, com a contribuição do Colegiado do Curso e NDE. Foram consultados, no processo, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas Neabi, a Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA), a Coordenadoria da Biblioteca, a Coordenadoria de Relações Institucionais, Extensão Comunitária (CRIEC), a Direção de Pesquisa e Extensão e a Diretoria de Ensino do campus em relação aos assuntos de suas respectivas competências.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1. DENOMINAÇÃO

Bacharelado em Administração

2.2. ÁREA DE CONHECIMENTO OU EIXO TECNOLÓGICO

Ciências Sociais Aplicadas

2.3. GRAU

Bacharelado

2.4. MODALIDADE

Presencial

2.5. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Bacharel em Administração

2.6. TURNO DE OFERTA

Noturno

2.7. PERIODICIDADE

Semestral

2.8. TIPO DE OFERTA

Crédito

2.9. NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS

40

2.10. PERIODICIDADE DA OFERTA

Anual

2.11. CARGA HORÁRIA TOTAL

3.045

2.12. FORMAS DE ACESSO

Sistema de Seleção Unificada (SISU).

2.13. LOCAL DE OFERTA

Ifes-Campus Colatina, Avenida Arino Gomes Leal, n. 1700, Bairro Santa Margarida, Colatina-ES, CEP: 29700-558

2.14. COORDENADOR

Profa. Mestra Izabel Maria Laeber. É Bacharel em Administração(1987) e Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina (1989), licenciada em Matemática pela Universidade de Uberaba (2009), especialista em Matemática e Estatística pela UFLA (2000) e mestra em Administração de Empresas pela Fundação Instituto Capixaba de Pesq. em Contabilidade, Economia e Finanças (2015). Professora do Ensino Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio, Professora de Pós-graduação em Administração Pública e Professora do Bacharelado em Administração. Coordena o curso de Bacharelado em Administração do Ifes/Campus Colatina, conforme Portaria n. 546, de 06 de março de 2020.

2.15. PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR EM ANOS

Mínimo: 4 anos

Máximo: 8 anos

2.16. HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E REFORMULAÇÕES DO PPC

Criação	Resolução Consup/Ifes n. 53/2014
Reformulação	2016/02
Reformulação da Matriz com carga horária a distância	2021/02
Reformulação da Matriz e atualização de regulamentações	2023/02

3. JUSTIFICATIVA

A capacidade de atrair novos investimentos tem se mostrado como um importante fator de exploração das potencialidades econômicas e identificação de novas oportunidades de negócios para o estado do Espírito Santo. Embora em um contexto de retração econômica, tanto nacional quanto mundial, inúmeras iniciativas governamentais têm possibilitado a construção de um ambiente favorável à fixação de novos empreendimentos no estado.

Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a carteira de investimentos públicos e privados anunciados para o Espírito Santo cresceu de R\$ 41,1 bilhões em 2005-2010 para R\$ 120,2 bilhões de 2013-2018. Apesar dos entraves causados pela pandemia da COVID-19, os projetos públicos e privados anunciados entre 2021 e 2026, apontam um valor individual igual ou superior a R\$ 1 milhão e somam juntos mais de R\$ 50 bilhões em investimentos para o Espírito Santo. Para o grande setor Comércio, serviços e administração pública, foram anunciados investimentos que chegam a R\$ 3,1 bilhões, distribuídos em 294 projetos. Isso corresponde a 6,2% dos investimentos anunciados para o período 2021-2026. Esses investimentos aumentam, consideravelmente, a atratividade do estado a novos empreendimentos, bem como ampliam a capacidade competitiva dos empreendimentos já instalados no estado, além de possibilitarem a melhoria do bem-estar social pela geração de emprego e renda (IJSN, 2023).

De acordo com os dados do IJSN, o Produto Interno Bruto (PIB) do estado atingiu em valores correntes a cifra de R\$ 138,4 bilhões, o que representou 1,8% do PIB brasileiro. No estado do Espírito Santo, o fraco desempenho do PIB estadual pode ser observado em sua variação nominal, ao passar de R\$ 137,4 bilhões em 2019 para R\$ 138,5 bilhões em 2020. O acréscimo de R\$ 1,1 bilhão é explicado pela alta de 5,5% do índice de preço (deflator do PIB), que traduz uma ponderação entre todos os preços de produção e todos os gastos com insumos. Em termos de produção física agregada, a economia capixaba declinou -4,4%, registrando o quarto maior decréscimo entre as 27 unidades da federação. registrou um decréscimo de 1,8% no segundo trimestre de 2020.

Em que pese o impacto representado pelos efeitos da pandemia, em termos econômicos, a retração de -4,4% foi a segunda maior queda do período 2011-2020 da economia capixaba, ficando atrás da queda de -5,2% em 2016, ano que ficou marcado pelos reflexos da crise hídrica no desempenho da Agropecuária e pela paralisação da Samarco, em razão da tragédia de Mariana-MG. A redução do produto real gerado pela economia capixaba, em 2020, contribuiu para perda de participação do PIB do Espírito Santo no PIB brasileiro. A representatividade, que era de 1,9% em 2019, caiu para 1,8% em 2020. Apesar da perda de participação, o estado manteve-se em 14º lugar no ranking por Unidade da Federação, posição ocupada desde 2016.

A economia do Espírito Santo esteve acima da brasileira em três das últimas quatro avaliações trimestrais, os números refletem a capacidade de recuperação de todos os setores da economia, haja vista que no segundo trimestre de 2014 todas as medidas de desempenho capixaba obtiveram variação positiva. Dentre as atividades econômicas que mais contribuíram para a retomada do crescimento no estado encontram-se, além da indústria extrativa, o setor de Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação. No estado, o município de Colatina é um dos que mais se destaca por seu comércio e prestação de serviços.

O município de Colatina exerceu um importante papel no desenvolvimento do norte do Espírito Santo. Historicamente, lembrada por sua produção agrícola, à época majoritariamente pela produção do café conilon e, mais recentemente, pela fruticultura e hortigranjeira, Colatina ocupa hoje importante papel em inúmeros outros setores. Além da agricultura e do comércio, referenciados anteriormente, destacam-se, ainda, no município indústrias moveleiras e de confecções e empresas prestadoras de serviços na área de saúde e de serviços educacionais. Apesar de a indústria moveleira colatinense contar com aproximadamente 150 empresas, o grande destaque industrial é atribuído à indústria de confecções, por sua importância para o desenvolvimento econômico do município.

Colatina é a segunda cidade do ES para negócios e atrai cada vez mais empresas, inclusive startups, de olho na inovação. Em 2012, foi intitulada a capital do polo de confecções do estado (LEITE, 2014) e é um dos maiores do país (TOLIPAN, 2014). Todo o potencial econômico evidenciado, além da privilegiada localização geográfica, torna o município de Colatina um atrativo à instalação de novos empreendimentos. Além disso, iniciativas governamentais como investimentos na construção de distritos industriais, na criação do Centro Logístico Industrial Aduaneiro e na oferta de incentivos fiscais contribuíram significativamente para a instalação de empresas como: Centro Norte Logística Integrada; Granibras; e Basalto São Cristovão. Possibilitou ainda, a chegada de outras grandes empresas como os Laboratórios Bagó do Brasil, AXL Alumínios, Grupo Bertolini e Shopping Moda Brasil Premium.

O Espírito Santo exibiu taxa de informalidade de 38,8% em 2022, percentual inferior à média brasileira (39,6%). Colatina é o sétimo município do estado no ranking de pessoas ocupada, apresentando em 2020 um total de 37.662 pessoas com ocupação formal. Vale destacar que há um número considerável de pessoas que tem uma ocupação informal e que contribuem para o baixo índice de pessoas com ocupação (IBGE, 2020).

Colatina é o 11º município em relação ao Índice de Participação dos Municípios (IPM) ano 2021. Atrás de Serra, Vitória, Cariacica, Vila Velha, Linhares, Anchieta, Cachoeiro de Itapemirim, Viana, Aracruz, e Itapemirim e está à frente dos demais municípios (67 municípios) (SEFAZ, acessado em 2023).

O Valor Adicionado Fiscal (VAF), cujo somatório forma o PIB Estadual, tem crescido, conforme tabela abaixo, exceto para o ano de 2016, ano em que houve a crise política, econômica e financeira no Brasil.

Quadro 1 - Evolução do VAF/ES do Município de Colatina

ANO	VAF ANO ANTERIOR (R\$)	VAF ANO BASE (R\$)	Varição em Relação ao ano de 2013
2021	2.520.146.732,02	3.732.214.035,04	135,33%
2020	2.300.669.674,95	2.454.071.109,02	54,74%
2019	2.002.797.300,64	2.126.828.783,23	34,11%
2018	1.848.196.255,30	1.959.290.818,75	23,54%
2017	1.794.967.753,77	1.828.857.884,58	15,32%
2016	1.884.794.052,70	1.788.113.985,57	12,75%
2015	1.662.895.500,54	1.884.568.641,43	18,83%
2014	1.588.600.333,84	1.652.395.179,55	4,19%
2013	1.433.759.753,20	1.585.920.526,51	0,00%

Colatina fechou o ano de 2022 com saldo positivo na geração de empregos, tendo sido criados 1.072 novos empregos formais, de acordo com os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em todo ano, o setor que mais empregou foi o de serviços, com saldo positivo de 678 novos postos de trabalho. Em relação aos anos anteriores, também se verifica uma evolução na admissão de trabalhadores. Em 2019 o saldo positivo se restringiu a 192 novos empregos enquanto que, em 2020, ano de pandemia, o saldo foi negativo com 235 postos de trabalho fechados. A recuperação veio a partir de 2021, quando o número de novos empregos também passou de 1 mil.

De acordo com o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater), referente ao período de 2020–2023, Colatina é destaque regional no setor de comércio e serviços, possuindo também um forte setor industrial que atualmente responde pela maior parte do ICMS recolhido na cidade e contribui para a diversificação da economia local. Os ramos industriais mais significativos, atualmente, são os setores de confecções, moveleiro, metal mecânico, alimentar e de serviços. Exportadores de café, atacadistas e as lojas de pronta entrega dinamizam o comércio local que atende aos municípios do norte capixaba, leste de Minas Gerais e sul da Bahia, representando um universo de mais de 700 mil consumidores (ESPÍRITO SANTO, 2020).

Desde sua colonização, a instalação das unidades fabris, e o setor de comércio e serviços se tornaram importantes empregadoras de mão de obra e geradoras de receita para o município. Apesar da importância dos outros segmentos econômicos, a agricultura apresenta-se como peça fundamental na economia colatinense como uma das principais fontes de geração de trabalho e renda, ocupando a grande parcela da população.

Segundo o Plano Estratégico ES 2019-2022 do Espírito Santo, a transversalidade das políticas públicas em Educação e seus impactos colocam esta área como uma das principais em termos de bem estar social, tendo em vista que seus resultados afetam, de forma direta e indireta, diversos fatores na formação econômica e social, bem como o local em que os cidadãos estão inseridos. Segundo o documento, um dos seus pilares de atuação será a ampliação do acesso, a permanência e a aprendizagem. Além de benefícios sociais e econômicos, investir na educação, ou na geração do conhecimento, tem sido destacado como uma estratégia para o desenvolvimento sustentável e para o aumento da competitividade das nações.

Relevante destacar que no Plano Estratégico ES 2025, o objetivo do Governo do Estado é “Fortalecer a centralidade regional do município de Colatina e promover o desenvolvimento dos municípios de sua área de influência.” Neste Plano, são destacadas ações para:

- aumentar a capacidade de atendimento da rede hospitalar de abrangência regional;
- melhorar e ampliar os serviços de educação de nível técnico e superior;
- melhorar as condições de infraestrutura de logística e transporte, com alcance inter-regional;
- incrementar o suprimento de gás natural;
- expandir a rede de fibra ótica na região;
- conservação e recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; e
- desenvolvimento dos arranjos e cadeias produtivas da região (cafeicultura, fruticultura, confecções, metalmeccânica e rochas ornamentais).

A incorporação do conhecimento à formação profissional possibilita o desenvolvimento de novos produtos e serviços que possibilitem conciliar o crescimento econômico com a conservação e recuperação dos recursos naturais. Além disso, possibilitam adaptabilidade e resposta aos eventos climáticos.

Atentos a essas demandas, inaugurou-se em Colatina, no ano de 2014, o Senai Centromoda, um centro para formação de mão de obra para a indústria de confecções. Moderno e inovador, esse centro de formação possui uma minifábrica têxtil que simula o ambiente industrial. Esta é uma iniciativa do Sistema Findes, por meio do Senai, da ordem de 4 milhões de reais.

No intuito de possibilitar que os novos empreendimentos instalados no município de Colatina e região encontrem, em seu entorno, mão de obra adequada para suas necessidades, além de formar profissionais capacitados para atuarem como gestores públicos na promoção do desenvolvimento social da região, este documento consiste na reformulação do Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Administração pelo Ifes/Campus Colatina.

Há tempos, a administração de negócios e instituições públicas deixou de ser realizada de maneira informal e amadora. Compreende-se, atualmente, que para administrar é necessário considerar inúmeros fatores inerentes ao negócio: estratégias dos concorrentes, relações custo versus benefício, geração de valor para clientes, sócios e acionistas, dentre outros. Ou seja, é necessário um profissional capacitado para um posicionamento da empresa, ou órgão público, que possibilite oferecer benefícios aos consumidores/sociedade. Dessa forma, para as empresas será possível garantir a manutenção de sua competitividade e sua continuidade no mercado, e para a Administração Pública será possível garantir o bem-estar social e a gestão eficiente e eficaz do recurso público.

Considerando a perspectiva de desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo, em especial a perspectiva do município de Colatina e região, é preciso ampliar a oferta de formação profissional para atuação como gestores de recursos públicos e privados. O Ifes-Campus Colatina tem por objetivo atender a essa demanda, oferecendo, gratuitamente, formação profissional de qualidade em diversos níveis de ensino e, em especial para este projeto de curso, na formação de bacharéis em Administração.

O curso de Bacharelado em Administração proposto pelo Ifes-Campus Colatina visa oferecer qualificação de excelência em Gestão e Negócios públicos e/ou privados, por meio de formação profissional para atuação no planejamento, organização, direção e controle de processos relacionados às áreas de recursos humanos, finanças, produção e mercadologia. Mediante a assimilação de conhecimentos, conceitos e princípios científicos e tecnológicos da Administração, bem como de princípios de respeito à pessoa e ao meio ambiente. Com este curso, espera-se contribuir para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes que possibilitem o desenvolvimento organizacional público e privado, visando ainda contribuir para uma melhor atuação dos gestores de negócios, de modo a alavancar o desempenho das organizações locais e regionais, preparando-as para uma atuação mais eficaz frente aos desafios por elas enfrentados.

Segundo o Conselho Federal de Administração (CFA), tanto no setor público quanto no setor privado, as oportunidades são reais e o Administrador é cada vez mais requisitado, devido ao grande número de empresas registradas nas Juntas Comerciais. Ainda que haja oferta de aproximadamente 2000 cursos de bacharelado em Administração no Brasil, a necessidade de formação desse profissional é cada vez maior.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2021, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), na esfera pública federal, o curso presencial com maior número de matrículas é o de Administração (47,1 mil). Tal demanda demonstra que o mercado de trabalho para o administrador continua aquecido, justificando a manutenção da oferta de vagas pelas instituições de ensino.

Ainda que o cenário delineado e as informações apresentadas sinalizem condições favoráveis à continuidade da oferta de vagas de Bacharelado em Administração pelo Ifes-Campus Colatina, no propósito de investir de maneira responsável os recursos públicos federais destinados à educação, como requisito para reformulação deste projeto de curso, avaliou-se a demanda no município de Colatina, município sede do Campus proponente desta formação profissional. Diante do exposto, entende-se que o curso de Bacharelado em Administração, ofertado pelo Ifes-Campus Colatina, turno noturno, possui grande viabilidade e potencial para atuar em uma formação profissional que contribua, principalmente, para o desenvolvimento local e regional.

Cabe salientar, ainda, que, apesar dessa demanda ter sido investigada somente na cidade de Colatina, o Ifes-Campus Colatina exerce importante papel na formação profissional da mão de obra dos municípios adjacentes e, por isso, algumas prefeituras vizinhas à Colatina financiam o transporte de alunos de seus municípios até o Campus. Tais constatações ampliam ainda mais as potencialidades da oferta de um curso como esse pelo Ifes-Campus Colatina.

4. OBJETIVOS

Os objetivos do curso de Bacharelado em Administração do Campus Colatina foram traçados em consonância com o que determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, instituídas pela Resolução n. 5 do CNE, de 14 de outubro de 2021.

4.1. OBJETIVOS GERAIS

Formar profissionais capazes de compreender e gerenciar questões científicas, técnicas, sociais e econômicas das organizações públicas, privadas e do terceiro setor, aptos a liderar processos de tomada de decisão, flexíveis e habilitados a lidar com situações corriqueiras e/ou emergentes que façam parte do campo de atuação do administrador.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos;
- preparar cidadãos e profissionais aptos para intervenção na realidade de forma empreendedora e criativa, ampliando os campos de atuação profissional;
- formar profissionais que sejam capazes de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar processos técnicos relacionados com as áreas de recursos humanos, finanças, produção e mercadologia;
- formar profissionais com visão holística e interdisciplinar que viabilize a busca por soluções complexas para problemas das diversas áreas das organizações públicas, privadas e terceiro setor;
- capacitar o aluno para agir diante dos desafios provenientes de fatores econômicos, socioculturais, históricos e ambientais, políticos e tecnológicos, de forma a identificar oportunidades para diferenciação competitiva do empreendimento no mercado;
- preparar lideranças para a Administração Pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão de obra já inserida no mercado para a atuação na gestão pública; e
- incentivar a pesquisa e a investigação científica visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como alternativas para o desenvolvimento local e global.

5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O perfil do egresso foi traçado de modo a atender o que determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, instituídas pela Resolução/CNE n. 5, de 14 de outubro de 2021.

O curso de Bacharelado em Administração ofertado pelo Ifes-Campus Colatina visa formar um profissional com capacitação e aptidão de excelência em gestão e negócios públicos, privados e terceiro setor, por meio de formação profissional para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observando níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do administrador, sejam estas em instituições públicas ou privadas.

O curso visa, ainda, a uma formação profissional cujas competências sejam:

I - integrar conhecimentos fundamentais ao Administrador - Para além de apenas deter conhecimentos fundamentais, o egresso deve ser capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Entre os conhecimentos fundamentais incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas e outros que sirvam às especificidades do curso;

II - abordar problemas e oportunidades de forma sistêmica - Compreender o ambiente, modelar os processos com base em cenários, analisando a interrelação entre as partes e os impactos ao longo do tempo. Analisar problemas e oportunidades sob diferentes dimensões (humana, social, política, ambiental, legal, ética, econômico-financeira);

III - analisar e resolver problemas - Formular problemas e/ou oportunidades, utilizando empatia com os usuários das soluções, elaborar hipóteses, analisar evidências disponíveis, diagnosticar causas prováveis e elaborar recomendações de soluções e suas métricas de sucesso passíveis de testes;

IV - aplicar técnicas analíticas e quantitativas na análise de problemas e oportunidades - Julgar a qualidade da informação, diferenciando informações confiáveis de não confiáveis, e de que forma ela pode ser usada como balizadora na tomada de decisão. Identificar, sumarizar, analisar e interpretar informações qualitativas e/ou quantitativas necessárias para o atingimento de um objetivo inicial. Julgar a relevância de cada informação disponível, diferenciando meras associações de relações causais. Comunicar suas conclusões a partir da construção e análise de gráficos e de medidas descritivas. Identificar os contextos em que técnicas de inferência estatística possam ser utilizadas e, por meio delas, julgar até que ponto os resultados obtidos em uma amostra podem ser extrapolados para uma população;

V - ter prontidão tecnológica e pensamento computacional - Compreender o potencial das tecnologias e aplicá-las na resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades. Formular problemas e suas soluções, de forma que as soluções possam ser efetivamente realizadas por um agente de processamento de informações, envolvendo as etapas de

decomposição dos problemas, identificação de padrões, abstração e elaboração de sequência de passos para a resolução;

VI - gerenciar recursos - Estabelecer objetivos e metas, planejar e priorizar ações, controlar o desempenho, alocar responsabilidades, mobilizar as pessoas para o resultado;

VII - ter relacionamento interpessoal - Usar de empatia e outros elementos que favoreçam a construção de relacionamentos colaborativos, que facilitem o trabalho em time e a efetiva gestão de conflitos;

VIII - comunicar-se de forma eficaz - Compartilhar ideias e conceitos de forma efetiva e apropriada à audiência e à situação, usando argumentação suportada por evidências e dados, deixando claro quando suportada apenas por indícios, com a preocupação ética de não usar dados para levar a interpretações equivocadas;

IX - aprender de forma autônoma - Ser capaz de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades e aplicá-las em contextos novos, sem a mediação de professores, tornando-se autônomo no desenvolvimento de novas competências ao longo de sua vida profissional.

O egresso do Curso de Administração do Campus Colatina estará apto para atuar na área de gestão das organizações públicas, privadas e terceiro setor. O egresso do curso estará apto, também, a seguir carreira acadêmica, em um processo de formação continuada, podendo, futuramente, atuar como docente e/ou pesquisador.

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1. CONCEPÇÃO

Segundo dados do Conselho Federal de Administração (CFA), os cursos de Administração no Brasil apresentaram um crescimento significativo nas últimas décadas e o número de vagas no mercado de trabalho para o Administrador também seguiu essa tendência de crescimento.

A Administração é uma ciência relativamente recente, tendo em vista que, apenas em 1941, o curso de Administração ganhou uma identidade, com a fundação da Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN/SP). Tal curso foi concebido inspirado no modelo do curso da *Graduate School of Business Administration*, da Universidade de Harvard.

Outro fator relevante para a consolidação acadêmica dos cursos de Administração foi a criação, em 1946, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, a FEAC/USP. Logo em seguida, em 1952, foi criada a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape), pela Fundação Getúlio Vargas. Já em 1954, foi fundada a Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo, a Easp, também ligada à Fundação Getúlio Vargas.

Foi a Easp que formou a primeira turma de Bacharéis em Administração, no ano de 1959, e consolidou o primeiro currículo especializado em Administração, visando formar profissionais especialistas, os quais pudessem considerar os aspectos relativos à crescente concorrência, aos avanços tecnológicos, à integração global, e cientes de que não era mais possível gerir negócios de forma amadora. Outros avanços aconteceram já na década de 1960, quando a Fundação Getúlio Vargas começou a ministrar cursos de Pós-Graduação *lato sensu* nas áreas de Economia e Administração, e a FEA/USP passou a oferecer cursos de Administração.

No entanto, o grande marco para a Administração no Brasil, aconteceu em 1965, com a promulgação da Lei n. 4.769, de 09 de setembro de 1965, que regulamentou a profissão do Administrador, em nível superior, pois, até então, os profissionais da área eram técnicos em Administração. Contudo, a carreira do Administrador, nos níveis técnico e superior, só foi plenamente regulamentada em 1967, por meio do Decreto n. 61.934, de 22 de dezembro de 1967.

No estado do Espírito Santo, segundo dados do site do Instituto Semesp, atualmente, o curso de Bacharelado em Administração está entre os cinco mais procurados, tanto na modalidade presencial quanto a distância, com mais de 12.000 (doze mil) alunos matriculados em 2021.

De acordo com dados do censo realizado pelo CFA, em 2008, a profissão de Administração foi umas das que mais cresceu no Brasil. No ano de 2009, foram aproximadamente 1.800 cursos e mais de 700 mil matrículas. Existem cerca de 280 mil Administradores registrados no Sistema CFA/CRAs. Nesse contexto, foi idealizado o Curso de Bacharelado em Administração do Campus Colatina, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, e como forma de atender à demanda crescente pelo profissional da Administração e de ofertar gratuitamente esta formação à comunidade local e regional.

O Curso de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina foi concebido a partir da premissa de que a região necessita de profissionais preparados para desempenhar atividades

de gestão nas organizações de pequeno, médio ou grande porte, atentos às necessidades de preservação ambiental, à qualidade de vida dos funcionários e da comunidade local, e perspicaz para identificar novas oportunidades de negócios.

O curso tem concepção voltada para a formação ampla do Administrador, com ênfase na vertente da gestão pública, além de um foco na área de negócios, considerando que essas são características do mercado em que os egressos irão operar.

Além da formação científica e técnica, é necessário, também, formar cidadãos com consciência ética, sustentável e social. Para tal, o Ifes-Campus Colatina, por meio da Comissão de Elaboração deste Projeto Pedagógico de Curso, estruturou a Matriz Curricular, objetivando ofertar conteúdos práticos e teóricos, abrangendo as disciplinas e as atividades acadêmicas de forma integrada com as organizações da região.

Ao idealizar este curso, observaram-se as normas do CNE/CEES Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre cargas horárias mínimas e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados na modalidade presencial e fixa o mínimo de 3.00 horas para o Curso de Bacharel em Administração.

Nesse sentido, a metodologia utilizada agrega estratégias de ensino e aprendizagem diversificadas, valorizando o raciocínio e as competências cognitivas, a fim de potencializar a interação entre alunos e professores para a construção de conhecimentos coletivos.

A concepção do curso está baseada na atitude de aprender a aprender, de pensar e relacionar o conhecimento com a experiência cotidiana, permitindo que o aluno integre a teoria, a prática e o contexto de aplicação, incluindo ações de extensão e integração entre a instituição e o campo de atuação do egresso, desenvolvendo o senso crítico e a argumentação.

Assim, o curso foi concebido tendo por base os seguintes aspectos:

- visão ampla e conhecimento das transformações que estão acontecendo na atualidade;
- motivação para conquistar essa visão, desenvolvendo conteúdos curriculares, criando oportunidades de aprendizagem e integrando as diversas disciplinas e atividades acadêmicas;
- integração com os diversos contextos de vida social e pessoal, promovendo uma relação ativa entre os alunos e o objeto do conhecimento, entre o conteúdo aprendido e o observado, entre a teoria e a prática;
- consciência de que o conhecimento é uma construção coletiva e que a aprendizagem mobiliza afetos, emoções e relações com seus pares, além das cognições e habilidades intelectuais.

Em síntese, a formação prevista para o egresso terá como concepção a educação humanística e a visão do todo, permitindo-lhe compreender o cenário econômico, o contexto político-social e a tomada de decisões em uma sociedade globalizada, pautando-se na formação técnica e científica e internalizando valores adequados ao cenário da economia nacional e regional, tais como: responsabilidade social, justiça e ética profissional.

Assim, este projeto de curso tem por base uma concepção de currículo e estratégias da integração curricular baseadas na indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão e inovação e na relação teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem. Ressalta-se, ainda, que a concepção curricular contempla o Decreto nº 5.626 sobre a inclusão de Libras no currículo, a

Resolução CP/CNE nº 1 de 17 de junho de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a Resolução CP/CNE nº 1, de 30 de maio de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e a Resolução CP/CNE nº 2, de 15 de junho de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental.

6.2. METODOLOGIAS

As aulas serão ministradas, majoritariamente, de forma presencial, apresentando, cada uma delas, uma porcentagem de carga horária a distância; algumas disciplinas têm sua carga horária sendo ofertada 100% (cem por cento) a distância, respeitando-se a regulamentação de ter o total de, no máximo, 40% da carga horária total do curso a distância – Resolução Consup 58/2021. O professor definirá em seu Plano de Ensino as estratégias que irá utilizar, como: aulas expositivas, atividades em grupo, estudos de caso, dentre outros.

As atividades desenvolvidas no curso serão realizadas, contemplando entre os seus eixos transversais, a Educação das Relações Étnico-Raciais e o tratamento de questões temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, além de questões relacionadas a Direitos Humanos, Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais e a responsabilidade socioambiental.

Em se tratando de alunos com necessidades educacionais específicas, conforme a Resolução do Conselho Superior nº 55/2017, de 19 de dezembro de 2017, após as demandas identificadas junto ao discente, o Napne poderá se reunir com o setor pedagógico responsável, a coordenadoria do curso e os professores do aluno para juntos definirem as intervenções: adaptações quanto à aprendizagem; adaptações curriculares de pequeno e grande portes; e apoios complementares. Também são previstas flexibilização e/ou adequações curriculares com flexibilização de conteúdos básicos, metodologias de ensino, recursos didáticos e formas de avaliação diferenciadas, quando for o caso.

Os professores deverão conceder apoio educacional complementar ou suplementar agendado aos alunos com necessidades específicas cujas particularidades dificultem o acompanhamento regular dos conteúdos programáticos.

Os alunos serão estimulados a participar e/ou organizar eventos, tais como Seminários, Congressos, Feiras de Negócios etc. Tais eventos serão imprescindíveis para reforçar as atividades interdisciplinares e o trabalho em equipe.

As avaliações deverão respeitar o Regulamento da Organização Didática (ROD) dos Cursos de Graduação do Ifes – Campus Colatina, e atender às especificidades de cada disciplina.

Também serão realizadas atividades interdisciplinares envolvendo docentes e acadêmicos em temas atuais e desafiadores que despertem o interesse em buscar formas de associar a teoria aplicada à prática cotidiana que contemplem o interesse da sociedade civil e/ou temas que perpassam pela prática do administrador e o levem à reflexão. As resoluções de problemas, as pesquisas, as observações, o protagonismo do aluno que passa de receptor passivo de conhecimento a ativo formador de opinião, integram a formação do perfil do egresso que o curso pretende formar.

6.2.1. Estratégias Pedagógicas para disciplinas EaD parciais ou integrais

As disciplinas constantes na matriz curricular do curso incorporarão as técnicas e tecnologias da EaD, para possibilitar um ambiente de aprendizagem flexível. Nesse contexto, os componentes curriculares utilizarão o ambiente virtual de aprendizagem moodle e seus recursos: chat, fórum, tarefas, questionário, biblioteca; enriquecido com vídeos, páginas web, Youtube, Google Meet, Facebook, Padlet, Google Forms, dentre outros aplicativos, combinados de forma harmônica com estratégias pedagógicas presenciais como seminários, aula expositiva dialogada e visitas técnicas.

6.2.2. Perfil docente para atuar em disciplinas EaD

De modo a garantir a construção dos conhecimentos como princípio educativo para disciplinas na metodologia EaD, os professores são orientados a realizar cursos de formação para atuação na Educação a Distância, de preferência ofertada pelo Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor). O Ifes, por meio do Cefor, é especializado na oferta de cursos relacionados à formação inicial e continuada de professores e técnicos administrativos da educação.

A mediação didático-pedagógica na EaD necessita de constante acompanhamento discente. Sendo assim, a formação da equipe do curso (coordenação, docentes, pedagoga) se dará de forma a considerar as opiniões dos alunos sobre a qualidade dos atendimentos, dos recursos utilizados nas salas virtuais, do material didático, da utilização de metodologias investigativas, abertas e colaborativas contribuindo para a permanência e êxito do alunado.

Dessa forma, as atividades e/ou aulas que forem ofertadas na modalidade a distância contarão com a mediação didático-pedagógica do professor da disciplina.

6.3. ESTRUTURA CURRICULAR

6.3.1. Matriz Curricular:

1º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito (PR) Correquisito(CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Economia	Formação Básica	Não há	48	12	60	4
Empreendedorismo	Complementar	Não há	0	30	30	2
Teoria Geral da Administração	Profissional	Não há	48	12	60	4
Fundamentos de Sistemas de Informação	Básico	Não há	48	12	60	4
Comunicação Empresarial	Básico	Não há	0	30	30	2
Introdução ao Cálculo	Estudos Quant. e suas	Não há	48	12	60	4

	tecnologias					
<i>Total do período:</i>			192	108	300	20
2º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito(PR) Correquisito(CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Direito Público	Básico	Não há	48	12	60	4
Gestão de Pessoas	Profissional	Não há	48	12	60	4
Contabilidade Básica	Básico	Não há	48	12	60	4
Sociologia	Básico	Não há	0	30	30	2
Metodologia da Pesquisa I	Básico	Não há	0	30	30	2
Cálculo Aplicado	Estudos Quantitativos e suas tecnologias	Introdução ao Cálculo	48	12	60	4
<i>Total do período:</i>			192	108	300	20
3º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito(PR) Correquisito(CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Gestão de Sistemas de Informação	Profissional	Fundamentos de Sistemas de Informação	48	12	60	4
Direito Empresarial	Básico	Não há	0	60	60	4
Matemática Financeira	Estudos Quantitativos e suas tecnologias	Introdução ao Cálculo	48	12	60	4
Comportamento Organizacional	Profissional	Não há	48	12	60	4
Contabilidade de Custos	Profissional	Contabilidade Básica	48	12	60	4
<i>Total do período:</i>			192	108	300	20
4º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito(PR) Correquisito(CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Gestão Financeira e Orçamentária	Profissional	Matemática Financeira	48	12	60	4

Antropologia Organizacional	Básico	Não há	0	30	30	2
Filosofia	Básico	Não há	0	30	30	2
Estatística	Estudos Quantitativos e suas tecnologias	Não há	48	12	60	4
Pesquisa Operacional	Estudos Quantitativos e suas tecnologias	Não há	48	12	60	4
Direito Tributário	Básico	Não há	48	12	60	4
<i>Total do período:</i>			192	108	300	20
5º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito(PR) Correquisito(CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Gestão da Produção e Operações	Profissional	Não há	48	12	60	4
Marketing	Profissional	Não há	48	12	60	4
Gestão de Processos	Profissional	Não há	24	6	30	2
Estado, Governo e Mercado	Básico	Não há	24	6	30	2
Inglês para Negócios	Básico	Não há	0	60	60	4
Legislação Social e Trabalhista	Básico	Não há	48	12	60	4
<i>Total do período:</i>			192	108	300	20
6º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito(PR) Correquisito(CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	Profissional	Gestão da Produção e Operações	48	12	60	4
Gestão de Análise de Investimentos	Profissional	Não há	48	12	60	4
Gestão Estratégica	Profissional	Não há	48	12	60	4
Metodologia da Pesquisa II	Básico	Metodologia de Pesquisa I	24	6	30	2
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	Básico	Não há	0	30	30	2

Sistemas de Apoio a decisão	Profissional	Não há	0	30	30	2
<i>Total do período:</i>			168	102	270	18
7º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito(PR) Correquisito(CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Logística Empresarial	Profissional	Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	48	12	60	4
Gestão do Conhecimento	Complementar	Não há	33	12	45	3
Legislação Ambiental	Básico	Não há	33	12	45	3
Políticas Públicas	Básico	Não há	48	12	60	4
Teoria dos Jogos	Estudos Quantitativos e suas tecnologias	Não há	24	6	30	2
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	Complementar	Metodologia da Pesquisa II	0	60	60	4
<i>Total do período:</i>			186	114	300	20
8º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito(PR) Correquisito(CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Gestão de Serviços	Profissional	Não há	48	12	60	4
Comércio Eletrônico	Profissional	Não há	48	12	60	4
Elaboração e Análise de Projetos	Complementar	Não há	48	12	60	4
Gestão Ambiental	Básico	Legislação Ambiental	33	12	45	3
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II	Complementar	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I	0	60	60	4
<i>Total do período:</i>			177	108	285	19
Carga horária total presencial de disciplinas obrigatórias¹: 1557			Carga horária total a distância de disciplinas obrigatórias²: 888			

1 O total aqui apresentado refere-se às obrigatórias de cada período letivo acrescido de 90 (noventa) horas de optativas que são obrigatórias para a conclusão do curso.

2 Idem nota anterior.

Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (Obrigatórias)	300
Estágio Supervisionado (Obrigatório)	300
Total das Optativas	270
Total das Eletivas (Obrigatório)	90
Carga Horária Total com Eletivas	3045
Carga Horária Total	3225

De modo geral, os temas que perpassam a Educação para as Relações Étnico-raciais, a Educação Ambiental e Direitos Humanos, são desenvolvidos de modo transversal, contínuo e permanente no enfoque dos conteúdos dos componentes curriculares constantes da matriz curricular.

Contudo, algumas disciplinas desenvolvem os temas pertinentes, de forma mais específica contribuindo para uma formação diversa do discente. Podemos citar os componentes curriculares: **Estado, Governo e Mercado**, que discute historicamente como as minorias são inseridas no contexto do Estado, governo e mercado ao longo dos séculos, bem como algumas ideias e sugestões de políticas públicas de inclusão social e étnico-racial; **Legislação Social e Trabalhista**, que aborda a legislação trabalhista na construção e o respeito ao princípio da igualdade, dignidade da pessoa humana e a não discriminação, com fins de cumprimento da responsabilidade social das empresas e diminuição de segregações e exclusões sociais; **Gestão de Pessoas**, que discute sobre a contratação de pessoas que componham a diversidade da força de trabalho nas organizações. Assim como da Lei nº 8.213/91 que trata da Lei de cotas para Deficientes e Pessoas com Deficiências nas empresas; **Antropologia Organizacional** que trata de Identidade e Etnocentrismo; **Direito Tributário**, cujos conteúdos discutem o Direito tributário como instrumento de inclusão social a partir das imunidades tributárias aos templos religiosos de qualquer natureza e isenção tributária/alíquota zero (incentivos fiscais) para empresas que aderirem a políticas públicas de inclusão social e étnico-racial; **Direito Público**, que trata dos princípios administrativos da relação entre o Estado e os indivíduos diante do respeito a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. E também início, fim, direitos e deveres de todos os indivíduos perante a legislação, que estabelece que só a Constituição Federal poderá fazer distinções, e se essa não o faz é vedado a legislação o fazer; **Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro**, que discute tópicos sobre relações raciais, escravidão e suas consequências no Brasil, racismo, políticas econômicas e relações raciais, políticas reparadoras e afirmativas. Além dos componentes curriculares **Direito Ambiental** e **Gestão Ambiental** que são contribuem para a construção de valores, atitudes e conhecimentos para a conservação do meio ambiente.

6.3.2. Representação gráfica/fluxograma

1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO	
300h	20cr	300h	20cr	300h	20cr	300h	20cr	300h	20cr	270h	18cr	300h	20cr	285h	19cr
COOGENC.010		COOGENC.013		COOGENC.019		COOGENC.028		COOGENC.030		COOGENC.036		COOGENC.042		COOGENC.048	
Fund. de Sistemas de Informação	60h 4cr	Direito Público	60h 4cr	Gestão de Sistemas de Informação	60h 4cr	Pesquisa Operacional	60h 4cr	Gestão da Produção e Operações	60h 4cr	Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	60h 4cr	Logística Empresarial	60h 4cr	Gestão de Serviços	60h 4cr
COOGENC.008		COOGENC.014		COOGENC.020		COOGENC.025		COOGENC.031		COOGENC.037		COOGENC.043		COOGENC.049	
Empreendedorismo	30h 2cr	Gestão de Pessoas	60h 4cr	Direito Empresarial	60h 4cr	Antropologia Organizacional	30h 2cr	Marketing	60h 4cr	Gestão da Análise de Investimentos	60h 4cr	Gestão do Conhecimento	45h 3cr	Comércio Eletrônico	60h 4cr
COOGENC.009		COOGENC.015		COOGENC.023		COOGENC.026		COOGENC.032		COOGENC.038		COOGENC.044		COOGENC.051	
Teoria Geral da Administração	60h 4cr	Contabilidade Básica	60h 4cr	Contabilidade de Custos	60h 4cr	Filosofia	30h 2cr	Gestão de Processos	30h 2cr	Gestão Estratégica	60h 4cr	Legislação Ambiental	45h 3cr	Gestão Ambiental	45h 3cr
COOGENC.007		COOGENC.017		COOGENC.022		COOGENC.027		COOGENC.033		COOGENC.039		COOGENC.047		COOGENC.052	
Economia	60h 4cr	Metodologia de Pesquisa	30h 2cr	Comportamento Organizacional	60h 4cr	Estatística	60h 4cr	Estado Governo e Mercado	30h 2cr	Metodologia da Pesquisa Aplicada II	30h 2cr	Trabalho de Conclusão de Curso I	60h 4cr	Trabalho de Conclusão de curso II	60h 4cr
COOGENC.011		COOGENC.016		COOGENC.021		COOGENC.024		COOGENC.034		COOGENC.040		COOGENC.046		COOGENC.050	
Comunicação Empresarial	30h 2cr	Sociologia	30h 2cr	Matemática Financeira	60h 4cr	Gestão Financeira e Orçamentária	60h 4cr	Inglês para Negócios	60h 4cr	Desenvolvimento e inovações no E-commerce	30h 2cr	Teoria dos Jogos	30h 2cr	Elaboração e Análise de Projetos	60h 4cr
Introdução ao Cálculo	60h 4cr	Cálculo Aplicado	60h 4cr			Direito Tributário	60h 4cr	Legislação Social e Trabalhista	60h 4cr	Sistemas de Apoio a Decisão	30h 2cr	Políticas Públicas	60h 4cr		

TOTAL GERAL

8.225

Disciplinas

2.505

6.3.3. Composição curricular

A composição curricular, do curso de Bacharel em Administração do Ifes-Campus Colatina baseia-se nos seguintes critérios: Conteúdos de Formação Básica, de Formação Profissional, de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias e de Formação Complementar. De acordo com esta classificação, os componentes curriculares da Matriz Curricular do Curso de Graduação em Administração do Campus Colatina foram distribuídos conforme item 6.3.1, acrescido de algumas disciplinas optativas e eletivas descritas no próximo item.

6.3.4. Disciplinas Optativas e Eletivas

DISCIPLINAS OPTATIVAS						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito(PR) Correquisito(CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
O Estado e os problemas contemporâneos	Optativa	Não há	24	6	30	2
Libras	Optativa	Não há	48	12	60	4
Sistemas Colaborativos	Optativa	Não há	48	12	60	4
Gestão em Saúde Pública	Optativa	Não há	24	6	30	2
Gestão de Contratos, Licitação, Convênios e Ajustes	Optativa	Não há	33	12	45	3
Gestão Municipal e Legislação Urbanística	Optativa	Não há	33	12	45	3
<i>Total:</i>			210	60	270	18

6.3.5. Natureza dos Componentes Curriculares: Metodologia de Pesquisa II, TCC I e TCC II

Dada a peculiaridade da interação a ser realizada, e das especificidades entre teoria e prática, a natureza dos componentes curriculares de Metodologia de Pesquisa II, de TCC I e de TCC II são específicas. Dessa forma, requerem e demandam um processo de acompanhamento individual e personalizado, por parte do docente, para cada discente. Isso pelo motivo de que tal acompanhamento possibilita ao docente desenvolver um plano de orientação adequado ao nível cognitivo, às competências, às habilidades, às particularidades de cada discente, que, associado ao conhecimento, contribui para a melhoria do aprendizado, da realização das atividades, do estímulo pelo saber e, ainda, da qualidade dos trabalhos de conclusão de curso.

Para tanto, em consonância com a proposta contida no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso para o curso de Bacharelado em Administração do Ifes/Campus de Colatina, datado de 04 de julho de 2017, deverá ter, a cada oferta da Metodologia de Pesquisa II, disciplina que inicia o plano de orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, a organização de diários específicos, para cada docente, com, no mínimo, 05 (cinco) discentes cada. Com isso, a média do número de alunos matriculados nos diários para cada docente nesta disciplina, deverá ser superior a 2,5, conforme fórmula abaixo.

$$\bar{X}_{\text{Alunos/docente}} = \frac{\sum \text{Alunos}}{\sum \text{Docentes}} > 2,5$$

Além do acompanhamento dos discentes em Metodologia de Pesquisa II, o docente será responsável por ministrar a carga horária total e todos os conteúdos do componente curricular, conforme descrito neste PPC. Consequentemente, os dois componentes curriculares que serão ofertados após o de Metodoliga de Pesquisa II, ou seja, o TCCI e o TCCII deverão seguir a referencialidade de cada diário da disciplina que iniciou o plano de orientação do Trabalho de Conclusão de Curso. Sendo assim, o docente e os discentes, que forem aprovados em Metodologia da Pesquisa II, continuarão a sequência dos estudos. O mesmo se aplicará em TCCII, a fim de que possa haver a continuidade e o devido acompanhamento do discente até encerramento do Trabalho de Conclusão de Curso.

6.3.6. Ementário das disciplinas

Disciplina: ECONOMIA
Carga Horária: 60
Período: 1º
Ementa: Conceitos Introdutórios em Economia; Teoria da Escolha; Análise dos Determinantes da Oferta e Demanda de um bem e o Equilíbrio de Mercado; Elasticidades e Incidência Tributária; Interferências do Governo no Mercado e Eficiência Econômica; Estruturas de Mercado; Introdução à macroeconomia; Economia internacional; Crescimento e desenvolvimento econômico.
Bibliografia Básica:(Mínimode03) SILVA, César Roberto Leite da Silva. LUIZ, Sinclayr. Economia e mercados: introdução à economia. 19 ed. reform. E atual. São Paulo: Saraiva, 2010. VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de

economia. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VECECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. NEVES, Silvério das. **Introdução à economia**. 12 ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar:(Mínimode05)

COSTA FILHO, Adonias Evaristo da. Inflação e incerteza inflacionária no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 355-381, dec. 2016. ISSN 1980-5330. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/125141/122201>>. Acesso em: 19 jun 2017.

[DE CARVALHO SOUSA, L.V.](#) ; [FERNANDES, E.A.](#) ; [DA SILVA, E.H.](#) ; [CIRINO, J.F.](#) Crescimento, comércio, bem-estar e meio ambiente: Os efeitos de externalidades tecnológicas. **Economia Aplicada**, 2015, Vol.19(4), pp.705-728 [Periódico revisado por pares].

ISSN: 14138050; DOI: 10.11606/1413-8050/ea136956 Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/110730/109156> Acesso em 19 jun 2017.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

O'SULLIVAN, Arthur; SHEFFRIN, Steven M.; NISHIJIMA, Marislei. **Introdução à economia: princípios e ferramentas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

RACY, J. C.; MOURA JUNIOR, Á.A. de; FALSARELLA, B. and GONCALVES, L. **Uma contribuição ao desenvolvimento da Economia Política Internacional do Brasil**. *Nova econ.* [online]. 2015, vol.25, n.1 [cited 2017-06-19], pp.35-58. ISSN 0103-635. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512015000100035&lng=en&nrm=iso Acesso em 19/06/2017.

VARGAS, Neide César. Finanças públicas e evolução recente da noção de disciplina fiscal. **Econ. soc. [online]**. 2012, vol.21, n.3 [cited 2017-06-19], pp.643-666. ISSN 0104-0618. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182012000300007>. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jun 2017.

VIANNA, Salvador T. Werneck. BRUNO. Miguel Antonio P. e MODENESI, André de Melo. **Macroeconomia para o desenvolvimento: uma agenda de pesquisa**. IPEA. Rio de Janeiro. 2011. ISSN 1415-4765. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15211 Acesso em 19 jun 2017.

Disciplina: EMPREENDEDORISMO

Carga Horária: 30

Período: 1º

Ementa: Empreendedorismo e espírito empreendedor. Habilidades, atitudes e características dos empreendedores. Oportunidades de negócios; identificação, seleção e definição do negócio. Elementos essenciais para iniciar um novo negócio: o plano de negócio. Análise de Modelos de Negócios.

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

CHIAVENATO, IDALBERTO. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 4 ed. São Paulo: Manole, 2012.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. São Paulo: Atlas; Empreende / LTC, 2017.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores**: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Bibliografia complementar:(Mínimode05)

ARAUJO FILHO, Geraldo Ferreira de. **Empreendedorismo criativo**: a nova dimensão da empregabilidade. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. 2. ed. atual. São Paulo: Cultura, 2006.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ESLABÃO, Daniel da Rosa; VECCHIO, Fabrizio Bon. Condições e Obstáculos ao Empreendedorismo no Brasil. **E3 - Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP**. Volume 2 | Número 2. 2016. Disponível em: <<http://revistae3.com/revista/index.php/revista/article/download/37/36>> Acesso em 19 jun 2017.

GUEDES, Susana Raquel Carvalho. Análise de um Modelo de Negócio no âmbito do Empreendedorismo Social – O Caso “Pista Mágica”. 19/09/2011. 65 f. Dissertação. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. **Mestrado Integrado em Engenharia Industrial e Gestão**. 2011. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/61542>>. Acesso em 19 jun 2017.

MENDONÇA, C., MIRANDA, R., FERRAZ, S.. Empreendedorismo Social: a geração de recursos próprios em ONGS cearenses. Contextus - **Revista Contemporânea de Economia e Gestão** (B2), 13, jun. 2015. Disponível em <<http://www.contextus.ufc.br/2014/index.php/contextus/article/view/638/241>> Acesso em 19 jun 2017.

MOTA, Sónia Alexandra Castro. Análise do Modelo de Negócio da StokvisCelix. 30/09/2012. 58 f. Dissertação. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. **Mestrado em Inovação e Empreendedorismo Tecnológico**. 2012. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/65181/2/26238.pdf>. Acesso em 19 jun 2017.

PRANTZ, C., ANDREIS, A., BUSATO SACILOTO, E., FONSECA DE ANDRADE, S., MUNHOZ OLEA, P., DORION, E.. PERFIL INOVADOR E O PERFIL EMPREENDEDOR: UM ESTUDO DE CASO NO SETOR METALMECÂNICO. **Revista GEINTEC - Gestão, Inovação e Tecnologias**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 4, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistageintec.net/portal/index.php/revista/article/view/393/487>>. Acesso em: 19 Jun. 2017.

VALADARES, Josiel; EMMENDOERFER, Magnus. A Incorporação do Empreendedorismo no Setor Público: reflexões baseadas no contexto brasileiro. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 82 - 98, abr. 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2015v17n41p82>> Acesso em 19 jun 2017.

VALE, Glaucia Maria Vasconcellos, et al. "Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade?" **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, vol. 18, no. 3, 2014, p. 311. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552014000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 19 jun 2017.

Disciplina: TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Carga Horária: 60

Período: 1º

Ementa: O Administrador; Administração e as Organizações; Escola Clássica da Administração; Abordagem Humanística e Comportamental da Administração; Burocracia e os Pilares do Pensamento Administrativo; Teoria das Organizações e Estruturação Organizacional; Administração por Objetivos; Teoria Sistêmica. Teoria Contingencial.

Bibliográfica básica:(Mínimo de 03)

ARAUJO, Luis Cesar G. de. **Teoria geral da administração:** aplicação e resultados nas empresas brasileiras. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** 9 ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Teoria geral da Administração.** São Paulo: Saraiva, 2009

Bibliografia complementar: (Mínimo de 05)

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração:** teoria, processo e prática. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. xix, 411 p. ISBN 9788535218589

DUARTE, Márcia de Freitas; ALCADIPANI, Rafael. Contribuições do organizar (organizing) para os Estudos Organizacionais. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 23, n. 76, p. 57-72, Mar. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302016000100057&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9230763>.

LONGENECKER, Justin Gooderl; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William. **Administração de pequenas empresas.** São Paulo: Pearson Makron Books, 1998. 868 p. ISBN 8534607060 (broch.).

MASIERO, Gilmar. **Administração de empresas:** teoria e funções com exercícios e casos. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009. 533 p. ISBN 9788502089983 (broch.)

MAIA, Velcimiro Inácio. **Administração científica e clássica: A visão dos homens que**

construíram a base da gestão organizacional moderna. **SynThesis Revista Digital** FAPAM, Pará de Minas, v.2, n.2, 85-98, nov. 2010. ISSN 2177-823X. Disponível em <http://fapam.web797.kinghost.net/periodicos/index.php/synthesis/article/view/36/33>. Acesso em: 10 aug. 2017.

OLIVEIRA, Flávia Manuella Uchôa de. As práticas discursivas da Administração de Empresas: análises sobre a dominação do trabalho e do trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 61-75, July 2016. ISSN 1981-0490. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/125902/122756>>. Acesso em: 10 aug. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v19i1p61-75>.

PAÇO CUNHA, Elcemir; GUEDES, Leandro Theodoro. “TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS” COMO IDEOLOGIA NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA (1929-1963). **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, [S.l.], v. 3, n. 8, p. 925-986, mar. 2017. ISSN 2358-6311. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/3783>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Weber e a burocracia. **Revista do Serviço Público**. V. 38, n. 4, 1981. ISSN 2357-8017. Disponível em <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2328/1225>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Disciplina: FUNDAMENTOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

CargaHorária: 60

Período: 1º

Ementa: Diferença entre informação e dado; Representação de dados e de conhecimento; Conceito de sistema; Infraestrutura de tecnologia da informação (TI); Sistemas de informação; Fundamentos da inteligência de negócios; Fatores humanos na gestão da informação

Bibliográficabásica:(Mínimode03)

LYRA, Maurício Rocha. **Segurança e auditoria em sistemas de informação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

STALLINGS, William. **Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

TURBAN, Efraim. VOLONINO, Linda C. **Tecnologia da informação para gestão: em busca de um melhor desempenho estratégico e operacional**. 8 ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

Bibliografia complementar: (Mínimo de 05)

COELHO, Leandro dos Santos; RAITTZ, Roberto Tadeu; TREZUB, Maurício. FControl®: sistema inteligente inovador para detecção de fraudes em operações de comércio eletrônico. **Gest. Prod.**, São Carlos , v. 13, n. 1, p. 129-139, Apr. 2006. Disponível em: <[Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração | Ifes – Campus Colatina
Vigente a partir de xx/xx/2023](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-</p></div><div data-bbox=)

530X2006000100012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 13 agosto de 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2006000100012>.

NICKHORN, M., SELLITTO, M.. ANÁLISE COMPARATIVA DA APLICAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO DE SEGURANÇA EM EMPRESAS DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA. **Revista GEINTEC - Gestão, Inovação e Tecnologias**, Local de publicação, editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 5, dez. 2015. Disponível em:

<<http://www.revistageintec.net/portal/index.php/revista/article/view/700>>. Acessado em: 12 Ago. 2017.

O'BRIEN, James A.; MARAKAS, George M. **Administração de sistemas de informação**. 15. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PHILLIPS, Joseph. **Gerência de projetos de tecnologia da informação**: no caminho certo, do início ao fim. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PIMENTA, Alexandre Manuel Santareno; QUARESMA, Rui Filipe Cerqueira. A segurança dos sistemas de informação e o comportamento dos usuários. **JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag.**, São Paulo , v. 13, n. 3, p. 533-552, Dec. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-17752016000300533&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 12 agosto de 2017.

<http://dx.doi.org/10.4301/s1807-17752016000300010>.

SILVA, Indianara Tavares da; MUZZI, Clarissa Carneiro. Tecnologia da informação, criação e compartilhamento do conhecimento: um estudo do sistema integrado de segurança pública na diretoria de investigações criminais de Santa Catarina. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 7, número 1, p. 81-100, MAR. 2014. DOI: 10.5902/198346598703. Disponível em: <>. Acessado em: 12/8/2017.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George Walter. **Princípios de sistemas de informação**. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

VASCONCELOS; Gouveia de; FREITAS, Isabella; PINOCHET, Contreras; HERNAN, Luis. A tecnologia como forma de controle burocrático: uma análise crítica do uso dos sistemas de segurança de informática em uma empresa de alta tecnologia. **RAM- Revista de Administração Mackenzie** [en linea] 2002, 3 (Sin mes): [Fecha de consulta: 12 de agosto de 2017] Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195418095005>> ISSN 1518-6776. Acessado em: 12/8/2017.

VICO MAÑAS, Antonio. **Administração de sistemas de informação**. 7. ed. São Paulo: Érica, 2007.

Disciplina: COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

CargaHorária: 30

Período: 1º

Ementa: Comunicação e interação verbal. Conceito de comunicação empresarial. Níveis de linguagem e a comunicação empresarial. Elementos da comunicação. Organização do

pensamento e estruturação de mensagens. Competência comunicativa e poder de argumentação. Dificuldades mais frequentes em Língua Portuguesa. Leitura e produção de textos.

Bibliográfica básica:(Mínimo de 03)

CHIAVENATO, IDALBERTO. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 4 ed. São Paulo: Manole, 2012.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. São Paulo: Atlas; Empreende / LTC, 2017.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores**: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Bibliografia complementar:(Mínimo de 05)

ARAUJO FILHO, Geraldo Ferreira de. **Empreendedorismo criativo**: a nova dimensão da empregabilidade. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. 2. ed. atual. São Paulo: Cultura, 2006.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ESLABÃO, Daniel da Rosa; VECCHIO, Fabrizio Bon. Condições e Obstáculos ao Empreendedorismo no Brasil. **E3 - Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP**. Volume 2 | Número 2. 2016. Disponível em:

<<http://revistae3.com/revista/index.php/revista/article/download/37/36>> Acesso em 19 jun 2017.

GUEDES, Susana Raquel Carvalho. Análise de um Modelo de Negócio no âmbito do Empreendedorismo Social – O Caso “Pista Mágica”. 19/09/2011. 65 f. Dissertação. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. **Mestrado Integrado em Engenharia Industrial e Gestão**. 2011. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/61542>>. Acesso em 19 jun 2017.

MENDONÇA, C., MIRANDA, R., FERRAZ, S.. Empreendedorismo Social: a geração de recursos próprios em ONGS cearenses. Contextus - **Revista Contemporânea de Economia e Gestão** (B2), 13, jun. 2015. Disponível em <<http://www.contextus.ufc.br/2014/index.php/contextus/article/view/638/241>> Acesso em 19 jun 2017.

MOTA, Sónia Alexandra Castro. Análise do Modelo de Negócio da StokvisCelix. 30/09/2012. 58 f. Dissertação. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. **Mestrado em Inovação e Empreendedorismo Tecnológico**. 2012. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/65181/2/26238.pdf>. Acesso em 19 jun 2017.

PRANTZ, C., ANDREIS, A., BUSATO SACILOTO, E., FONSECA DE ANDRADE, S., MUNHOZ OLEA, P., DORION, E.. PERFIL INOVADOR E O PERFIL EMPREENDEDOR: UM ESTUDO DE CASO NO

SETOR METALMECÂNICO. **Revista GEINTEC - Gestão, Inovação e Tecnologias**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 4, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistageintec.net/portal/index.php/revista/article/view/393/487>>. Acesso em: 19 Jun. 2017.

VALADARES, Josiel; EMMENDOERFER, Magnus. A Incorporação do Empreendedorismo no Setor Público: reflexões baseadas no contexto brasileiro. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 82 - 98, abr. 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2015v17n41p82>> Acesso em 19 jun 2017.

VALE, Glauca Maria Vasconcellos, et al. "Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade?" **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, vol. 18, no. 3, 2014, p. 311. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552014000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 19 jun 2017.

Disciplina: INTRODUÇÃO AO CÁLCULO

Carga Horária: 60

Período: 1º

Ementa: Conjuntos numéricos. Propriedades dos números reais. Funções de variável real e gráficos; Ponto de máximo e mínimo e suas aplicações em administração. Principais funções elementares: afins, quadráticas, polinomiais, Funções exponenciais e funções logarítmicas e suas aplicações em administração. Função composta. Função inversa; Limites e Continuidade

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mírian Buss. **Cálculo A: funções, limite, derivação e integração**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MORETTIN, Pedro Alberto. HAZZAN, Samuel. BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Cálculo: funções de uma e várias variáveis**. 3 ed.São Paulo: Saraiva, 2016.

STEWART, James. **Cálculo**. São Paulo. Cengage Learning, 2017.

Bibliografia complementar: (Mínimo de 05)

FINNEY, Ross L.; GIORDANO, Frank R.; WEIR, Maurice D. **Cálculo [de] George B. Thomas:** volume 1. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2002. xvi, 660 p. ISBN 8588639068 (broch.)

FINNEY, Ross L.; WEIR, Maurice D.; GIORDANO, Frank R. **Cálculo [de] George B. Thomas:** volume 2. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2003. xvi, 572 p. ISBN 8588639114 (broch.)

HIMONAS, Alex; HOWARD, Alan. **Cálculo: conceitos e aplicações**. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos, 2005. 524 p. ISBN 8521614160.

LEITHOLD, Louis. **O cálculo com geometria analítica**. São Paulo: Harbra, 1994. 2 v. (várias

paginações) ISBN 8529400941 (broch.) vol. 1.

TAVARES, Adilson de Lima. Uma aplicação dos métodos quantitativos em ciências contábeis: um estudo de caso da Empresa NE. **Revista da FARN**, Natal, v.3, n.1/2, p. 69 – 87 , jul 2003 / jun 2004. Disponível em <http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/view/92>. Acesso em 10 ago. 2017.

Disciplina: DIREITO PÚBLICO

Carga Horária: 60

Período: 2º

Ementa: Administração Pública. Princípios Administrativos. Poderes da Administração. Atos administrativos. Intervenção do Estado na Propriedade. Servidores Públicos. Direito civil – direitos da personalidade, pessoa natural, pessoa jurídica, bens jurídicos, contratos.

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

ALEXANDRINO, Marcelo e PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. São Paulo: Método, 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto; (Coord.), Pedro Lenza. **Direito Civil Esquemático 1**. Parte Geral. Obrigações. Contratos. São Paulo: Saraiva.

MAZZA, Alexandre. ALMEIDA, André Luiz Paes de (Org.). **Vade Mecum –administrativo e constitucional**. 16 ed.São Paulo: Rideel, 2017.

Bibliografia complementar: (Mínimo de 05)

ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva; PIRES, Eduardo. [Autonomia privada e suas limitações legais: reflexo da incidência indireta dos direitos fundamentais](#). **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, 2015, Vol.7(2), pp.176-187. ISSN: 2175-2168. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2015.72.07/4724>

BITENCOURT NETO, Eurico. Transformações do Estado e a Administração Pública no século XXI. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 207-225, jan./abr. 2017. DOI: 10.5380/rinc.v4i1.49773. Revista de Investigações Constitucionais. ISSN 2359-5639. DOI: 10.5380/rinc.v4i1.49773. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/49773/31680><http://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/49773/31680>

BRASIL. **Lei 8.112 de 11 de Dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm. Acesso em 27 jul 2017

DE SALLES ALMEIDA MAFRA FILHO, Francisco. Alguns Princípios Constitucionais e Administrativos na Administração Pública Brasileira. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]**,

[S.l.], v. 11, n. 2, p. 494-505, Mai. 2011. ISSN 2179-7943. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/view/1959/1027>>. Acesso em: 03 Ago. 2017.

NETTO LÔBO, Paulo Luiz. Constitucionalização do direito civil. **Revista de Informação Legislativa**. v. 36. n. 141, p. 99-109, 1999. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/453/r141-08.pdf?sequence=4>

Disciplina: GESTÃO DE PESSOAS

Carga Horária: 60

Período: 2º

Ementa: Gestão de Pessoas. Processos e Políticas de: Recrutamento e Seleção, Treinamento e Desenvolvimento, Avaliação de Desempenho, Remuneração e Benefícios Sociais. Planejamento de Carreira. Qualidade de Vida, Higiene e Segurança no Trabalho.

Bibliográfica básica:(Mínimo de 03)

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4 ed. Barueri. SP: Manole, 2014.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos humanos:** princípios e tendências. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROBBINS, Stephen P. DE CENZO, David A. WOLTER, Robert M. **Fundamentos de gestão de pessoas.** 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

ARAÚJO, R. N. O.; CARIOCA, J. M. G.; MACHADO, D. Q.. Estratégia de integração para novos funcionários: um estudo de caso em uma indústria de transformação. **Revista Brasileira de Administração Científica**, Aquidabã, v.3, n.1, p.6-18, 2012. Disponível em: <http://sustenere.co/journals/index.php/rbadm/article/view/ESS2179-684X.2012.001.0001>. Acesso em 19 jun 2017.

BOOG, Gustavo G.; BOOG, Magdalena (Coord.). **Manual de gestão de pessoas e equipes:** estratégias e tendências, volume I. 6. ed. São Paulo: Gente, 2002.

BOOG, Gustavo G.; BOOG, Magdalena (Coord.). **Manual de gestão de pessoas e equipes:** operações, volume 2. São Paulo: Gente, 2002.

BRUM, Tonia Magali Moraes. et al. A Influência da Socialização e Integração na Satisfação dos Servidores Públicos: Um Estudo de Caso em uma Organização Pública. **Desafio online**. V. 2, N. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufms.br/ojs/index.php/deson/article/view/1132>>. Acesso em 19 jun 2017.

CARVALHO, Maria do Carmo Nacif de. **Gestão de pessoas.** Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2007.

CAZOTTO, Elisângela Maria de Souza. Et al. Implantação do processo de recrutamento e

seleção em um hotel no interior de São Paulo. **XIII SEGET**. Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. 31 de outubro e 01 de novembro 2016. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/27124287.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

COBÊRO, Claudia. Principais causas da rotatividade de colaboradores em uma empresa hoteleira do interior de São Paulo. **XIII SEGET**. Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. 31 de outubro e 01 de novembro 2016. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/24624255.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

FRANCELINO, Vanessa de Oliveira. et al. Educação corporativa e seus benefícios às organizações e aos colaboradores: um estudo de caso da Natura. **XIII SEGET**. Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. 31 de outubro e 01 de novembro 2016. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/352424.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

MARTINEZ, Victor de la Paz Richarte, FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Diversidade e Socialização nas Organizações: a inclusão e permanência de pessoas com deficiência. **XXXIII EnAnpad**. 2009. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR1684.pdf>>. Acesso em 19 jun 2017

MARTINS, Eduardo Caruso. A função recrutamento e seleção no enfoque estratégico: o caso da indústria farmacêutica. **IX SemeAd**. Administração no Contexto Internacional. 2006. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/an_resumo.asp?cod_trabalho=467. Acesso em 20 jun 2017.

MONTEIRO, Adival de Sousa. BARBOSA, Marcus Vinícius. IZOLDI, Nohan Cardoso. MONTEIRO, Alinne Gomes. Treinamento em organizações: desafios e possibilidades para educação permanente. **XIII SEGET**. Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. 31 de outubro e 01 de novembro 2016. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/352423.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

MOROZINI, João Francisco et al. Uma proposta de avaliação de desempenho para empregados do setor industrial. **XIII SIMPEP - Bauru**, SP, Brasil, 06 a 08 de novembro de 2006. ISSN 1809-7189. Disponível em: http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/745.pdf. Acesso em 20 jun de 2017.

PINSKI, Isaac. ROCHA, Donatila Brasil. Gestão participativa com valorização do trabalhador: um estudo de caso. **VII SemeAd**. Seminários em Administração FEA-USP. 10 e 11 de Agosto de 2004. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Adm%20Geral/ADM28- Gestao_participativa.PDF. Acesso em 20 jun 2017.

RIBEIRO, Antonio de Lima. **Gestão de pessoas**. São Paulo, SP: Saraiva, 2005.

SILVA, Adriana Oliveira da. Estratégias de Socialização: a forma mais eficaz para a integração entre indivíduo e organização. **SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Disponível em http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/584_Estrategias%20de%20Socializacao.pdf. Acesso em 19 jun 2017.

SILVA, Andressa Hennig, FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. O Processo de Socialização Organizacional como Estratégia de Integração Indivíduo e Organização. **Editorial Reuna**. v.18, n.4, Out. - Dez., 2013. ISSN: 2179-8834. Disponível em: <<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/558>>. Acesso em 20 jun 2017.

SILVA, Bruno Luiz Prado. Et al. A importância do programa de estágio para as empresas

eestudantes: um estudo dos aspectos da formação profissional no município de Varginha - MG. **XIII SEGET**. Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. 31 de outubro e 01 de novembro 2016. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/502429.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

SILVA, Sabrina Rodrigues da. Etall. Viabilidade de implantação de um setor de recursos humanos na empresa Rubifrut Agroindustrial Ltda. **SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 2009. Disponível em http://www.cpege.aedb.br/seget/artigos09/305_VIABILI_SEGET_2009.pdf. Acesso em 19 jun 2017.

STEFANO, Silvio Roberto. GOMES FILHO, Antonio Costa. MULERO, Katia Regina. Motivação: um estudo comparativo entre fatores monetários e não monetários. **VII SemeAd**. Seminários em Administração FEA-USP. 10 e 11 de Agosto de 2004. Disponível em: [http://sistema.semead.com.br/7semead/paginas/artigos%20recebidos/RH/RH38 - _Motivacao.PDF](http://sistema.semead.com.br/7semead/paginas/artigos%20recebidos/RH/RH38_-_Motivacao.PDF). Acesso em 20 jun 2017.

TEODORO, Francielle de Nazaré Fernandes. Et al. A importância do processo de coaching interno no desenvolvimento do colaborador e no alcance dos resultados. **XIII SEGET**. Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. 31 de outubro e 01 de novembro 2016. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/32724380.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

ULRICH, David (Org.). **Recursos humanos estratégicos: novas perspectivas para os profissionais de RH**. São Paulo: Futura, 2000.

ZARIAS, Alexandre. EVANGELISTA, Rafael. O mundo do trabalho em mutação: profissões deixam de existir; novas funções são criadas. **Cienc. Cult.**, Jan 2004, vol.56, no.1, p.6-7. ISSN 0009-6725. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n1/a04v56n1.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

Disciplina: CONTABILIDADE BÁSICA

Carga Horária: 60

Período: 2º

Ementa: Introdução à contabilidade; Elementos patrimoniais; Demonstrações contábeis; Plano de contas; Método das partidas dobradas; Aplicação do método das partidas dobradas; Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

Bibliográfica básica: (Mínimo de 03)

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial: a contabilidade como instrumento de análise, gerência e decisão** 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 29 ed. ampl. E atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2008). **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/455_CPC00%20Pronunciamento.pdf>. Acessado em: <13/06/2017>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2010). **CPC 04 (R1) - Ativo Intangível**. Disponível em :< http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2008.pdf>. Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2009). **CPC 16 (R1) – Estoques**. Disponível em :< [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/243_CPC_16_R1_rev%2003%20\(2\).pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/243_CPC_16_R1_rev%2003%20(2).pdf)>. Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2009). **CPC 27 - Ativo Imobilizado**. Disponível em: http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2008.pdf. Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2009). **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro**. Disponível em: http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/340_CPC_32_rev%2010.pdf. Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2012). **CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas**. Disponível em :< http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/363_CPC_35_R2_rev%2007.pdf>. Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2012). **CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas**. Disponível em :< http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/448_CPC_36_R3_rev%2008.pdf>. Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2011). **CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em:< http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2009.pdf>. Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2016). **CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente**. Disponível em:< http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/527_CPC_47.pdf>. Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS PRONUNCIAMENTO TÉCNICO **CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 7 (IASB – BV2010). Disponível em:< http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2010.pdf>. Acessado em: 11 de julho de 2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Vade-Mécum do profissional da contabilidade**. 6ª edição revista e atualizada. Edição eletrônica. PORTO ALEGRE, RS, dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_legislacao_bolso.pdf?76dda7>. Acessadoem:

13/06/2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Rotinas trabalhistas e previdenciárias para organizações contábeis.** Edição eletrônica. PORTO ALEGRE, RS, dezembro de 2012. 6ª edição revista e atualizada Disponível em:

<http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_rotinasTrab.pdf?76dda7>. Acessado em: 13/06/2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Normas Brasileiras de Contabilidade.** NBC TG – Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as normas internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais. Volume 2. Edição revista e atualizado até novembro de 2016. PORTO ALEGRE, RS, dezembro de 2016. Disponível em:

http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_principios_normas_v1.pdf?76dda7. Acessado em: 13/06/2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Normas Brasileiras de Contabilidade.** NBCs – NBCs T 10 – NBC T 15 NBC TSP Estrutura Conceitual – NBCs TSP NBCs T 16 – NBCs PG. Volume 2. Edição revista e atualizado até dezembro de 2016. PORTO ALEGRE, RS, dezembro de 2016. Disponível em:

http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_principios_normas_v2.pdf?76dda7. Acessado em: 13/06/2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Normas Brasileiras de Contabilidade.** Comunicados Técnicos Interpretações Técnicas, Orientações Técnicas. Volume 3. Edição revista e atualizada até dezembro de 2016. Edição eletrônica. PORTO ALEGRE, RS, dezembro de 2016. Disponível em:

http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_principios_normas_v3.pdf?76dda7. Acessado em: 13/06/2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC N.º 1.418/12 Aprova a ITG 1000 – **Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.** Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1418.pdf>. Acessado em: 11 de julho de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **ITG 2000 (R1) – Escrituração contábil.** (2014).

Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000(R1).pdf)>. Acessado em: 11 de julho de 2017.

DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO (DREI). Instrução Normativa DREI Nº 11, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013. Dispõe sobre procedimentos para a validade e eficácia dos instrumentos de escrituração dos empresários individuais, das empresas individual de responsabilidade Ltda - Eireli, das sociedades empresárias, das cooperativas, dos consórcios, dos grupos de sociedades, dos leiloeiros, dos tradutores públicos e intérpretes comerciais. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas/titulo-menu/pasta-instrucoes-normativas-em-vigor-05/in_11_2013.pdf>. Acessado em: 11 de julho de 2017.

DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO (DREI). Instrução Normativa DREI Nº 38, de 2 de março de 2017(*) Institui os Manuais de Registro de Empresário

Individual, Sociedade Limitada, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, Cooperativa e Sociedade Anônima. Disponível em:<<http://drei.smpe.gov.br/documentos/instrucao-normativa-no-38-retificacao.pdf>>. Acessado em: 11 de julho de 2017.

DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO (DREI). Instrução Normativa DREI nº 15, de 5 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a formação do nome empresarial, sua proteção e dá outras providências. Alterada pela Instrução Normativa nº 40, de 02 de maio de 2017. Disponível em: <<http://drei.smpe.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas/titulo-menu/pasta-instrucoes-normativas-em-vigor/in-15-2013-alterada-pela-in-40-2017.pdf>>. Acessado em: 11 de julho de 2017.

FUTEMA, Mariano Seikitsi, Basso, Leonardo Fernando Cruz andKayo, Eduardo Kazuo Estrutura de capital, dividendos e juros sobre o capital próprio: testes no Brasil. **Rev. contab. finanç.**, Abr 2009, vol.20, no.49, p.44-62. ISSN 1519-7077. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772009000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 10/06/2017.

GOULART, André Moura Cintra. O conceito de ativos na contabilidade: um fundamento a ser explorado. **Rev. contab. finanç.** [online]. 2002, vol.13, n.28 [cited 2017-06-10], pp.56-65. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772002000100004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1808-057X. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772002000100004>.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMA, Rubens. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo , v. 17, n. 40, p. 7-24, Apr. 2006 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772006000100002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 10/06/ 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772006000100002>.

PINTO, Murillo José Torello; MARTINS, Vinícius Aversari; SILVA, Denise Mendes da. Escolhas Contábeis: o Caso Brasileiro das Propriedades para Investimento. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 274-289, dec. 2015. ISSN 1808-057X. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/108780/107207>>. Acesso em: 10 june 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201512280>.

POHLMANN, M. C.; IUDÍCIBUS, S. Relação entre a tributação do lucro e a estrutura de capital das grandes empresas no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 21, n. 53, art. 2, p. 1-25, 2010. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/6397/relacao-entre-a-tributacao-do-lucro-e-a-estrutura-de-capital-das-grandes-empresas-no-brasil>. Acessado em: 10/06/2017.

Disciplina: SOCIOLOGIA

Carga Horária: 30

Período: 2º

Ementa: Evolucionismo e diferença. Padrões normas e culturas. Direitos Humanos. Sociologia

clássica. Da sociologia aplicada à administração.

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

BERNARDES, Cyro. MARCONDES, Reinaldo Cavalheiro. **Sociologia aplicada à administração**. 7 ed. ver. São Paulo: Saraiva, 2009.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia**. 6. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2004.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

COLBARI, Antonia de Lourdes. Cultura da inovação e racionalidade econômica no universo do pequeno empreendimento. **INTERAÇÕES**. Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 237-247, jul./dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/inter/v15n2/03.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

COLBARI, Antonia de Lourdes. Educação e trabalho na retórica empresarial: a atualização do ethos fordista. **CADERNO CRH**. Salvador, v. 25, n. 66, p. 553-572, Set./Dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n66/11.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

MARQUES, Eduardo. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol 22. Nº 64. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a13v2264.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

PEREIRA, Maria Florice Raposo. O espaço na sociologia clássica. **Mercator**. Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 85-93, mai./ago. 2013. ISSN 1984-2201. Disponível em <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1161/492>. Acesso em 14 jun 2017.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos, Trabalho de campo e sociologia relacional: uma experiência na favela do Turano, **Ponto Urbe** [Online], 17 | 2015, posto online no dia 15 Dezembro 2015. Disponível em <http://pontourbe.revues.org/2888>. Acesso em 14 jun 2017.

Disciplina: METODOLOGIA DE PESQUISA I

Carga Horária: 30

Período: 2º

Ementa: A natureza das ciências. As formas de conhecimento. O planejamento da pesquisa. Tipos de pesquisa. Planejamento de pesquisa acadêmica. e técnicas metodológicas. Normas Técnicas. Estruturação de projetos de pesquisa. Estruturação de artigos científicos.

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; MEDEIROS, João Bosco. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 346 p. ISBN 9788597010121

(broch.).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, c1988.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). **Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas**. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2010. 224 p. ISBN 9788530809119 (broch.)

COSTA, Sérgio Francisco. **Método científico: os caminhos da investigação**. São Paulo: HARBRA, 2001. xiv, 103 p. ISBN 9798529402337 (broch.)

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para apresentação de referências - NBR 6023: documento impresso e/ou digital**. Vitória: Ifes, 2015. 75 p. Disponível em: <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/00000F/00000F66.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos: documento impresso e/ou digital**. 7. ed. rev. e ampl. Vitória: Ifes, 2014. 84 p. Disponível em <http://propemm.vi.ifes.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Caderno-WEB-Normas-2014-7a-Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

Disciplina: CÁLCULO APLICADO

Carga Horária: 60

Período: 2º

Ementa: Cálculo Matricial, determinante e sistemas lineares e sua aplicação em Administração. Derivadas, regras de derivação, regra da cadeia. Aplicações da derivada. Fórmula de Taylor infinitesimal. Integral definida. Teorema fundamental do cálculo. Primitivas imediatas. Técnicas de integração.

Bibliográfica básica: (Mínimo de 03)

HIMONAS, Alex e HOWARD, Alan. **Cálculo: conceitos e aplicações**. Rio de Janeiro. LTC

LTCHARIKI, Seiji; ABDONOUR, Oscar João. **Matemática aplicada: administração economia, contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 1999.

MORETTIN, Pedro Alberto. HAZZAN, Samuel. BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Introdução ao cálculo para administração, economia e contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

FREITAS, Adriel Alves de. Integral definida: aplicações em administração. Monografia. Programa de pós-graduação em matemática. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Campo Mourão. 2012. Disponível em <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/478>. Acesso em 10 ago. 2017.

FINNEY, Ross L.; GIORDANO, Frank R.; WEIR, Maurice D. Cálculo [de] George B. Thomas: volume 1. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2002.

FINNEY, Ross L.; WEIR, Maurice D.; GIORDANO, Frank R. Cálculo [de] George B. Thomas: volume 2. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2003.

PEREIRA, W. L. Aplicação do cálculo diferencial em especial as derivadas na economia e administração. 2012. 21f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

SANTIAGO, Pablo Luan; GIRARDI, Rodrigo Lucio; PERINI JUNIOR, Valdir; MONTIBELLER, Hiandra Bárbara Götzinger. Etnomatemática e funções. *Maiêutica - Curso de Matemática*. [v. 3, n. 1 \(2015\)](#) ISSN: 2318-6585. Disponível em https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/MAD_EaD/article/view/1393/542. Acesso em 10 ago. 2017.

ZARPELON, Edinéia; GERMANO, Eloá Dei Tós; SILVA, Sani de Carvalho Rutz da; RESENDE, Luis Mauricio Martins de; NEVES, Marcos Cesar Danhoni. O software Maple como ferramenta auxiliar no processo Ensino-Aprendizagem de cálculo para alunos do curso de administração. *Revista Espacios*. Vol. 37. n. 33, 2016. pp 13. Disponível em <http://www.revistaespacios.com/a16v37n33/16373313.html>. Acesso em 10 ago. 2017..

Disciplina: GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Carga Horária: 60

Período: 3º

Ementa: Sistemas de informação e as organizações. Visão de sistemas de informação no ambiente organizacional. Requisitos de sistemas de informação avançados. Inteligência nos negócios. Gestão de sistemas de informação. Auditoria de sistemas.

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. *Sistemas de Informação Gerenciais*. 9. Ed. São Paulo: Editora Pearson, 2011 disponível em <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2619>

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LYRA, Maurício Rocha. **Segurança e auditoria em sistemas de informação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

BORGES, Julia Garaldi; DE CARVALHO, Marly Monteiro. Sistemas de Indicadores de Desempenho em Projetos. **Revista de Gestão e Projetos - GeP**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 174-207,

oct. 2011. ISSN 2236-0972. Disponível em:
<<http://www.revistagep.org/ojs/index.php/gep/article/view/39>>. Acesso em: 12 aug. 2017.
doi:<http://dx.doi.org/10.5585/10.5585>.

CARVALHO, João Vidal; ABREU, Antônio; ROCHA, Alvaro. Information systems and technologies (IST)/Sistemas e tecnologias de informação (STI). **RISTI (Revista Iberica de Sistemas e Tecnologias de Informação)**. 20 (Dec. 2016): pix. DOI: <http://dx.doi.org.ez120.periodicos.capes.gov.br/10.17013/risti.20.ix-xi>. Disponível em: < <http://go-galegroup.ez120.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA476842746&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=fulltext&issn=16469895&p=AO NE&sw=w&authCount=1&u=ifes&selfRedirect=true>>. Acessado em: 12/8/2017.

COSTA, António Pedro; REIS, Luís Paulo; SOUZA, Francislê Neri de. Investigação Qualitativa para Sistemas e Tecnologias de Informação. **RISTI (Revista Iberica de Sistemas e Tecnologias de Informação)**. E2 (Sept. 2014): pix.

DOI: <http://dx.doi-org.ez120.periodicos.capes.gov.br/10.17013/risti.e2.ix-xii>. Disponível em: < <http://go-galegroup.ez120.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA421626566&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=fulltext&issn=16469895&p=AO NE&sw=w&authCount=1&u=ifes&selfRedirect=true>>. Acessado em 12/8/2017.

CRUZ-CUNHA, Maria Manuela; VARAJÃO, José Eduardo. Seleção de Sistemas CRM Utilizando AHP. **Teoria e Prática em Administração**, v. 1, n. 1, 2011, pp. 1-17. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tpa/article/view/11845> >. Acessado em: 12/08/2017.

VARAJÃO, João; PINTO, Jorge; COLOMO PALACIOS, Ricardo; AMARAL, Luis. Modelo para a avaliação do desempenho potencial de gestores de sistemas de informação. **Interciencia** [en linea] 2012, 37 (Outubre) : [Fecha de consulta: 12 de agosto de 2017] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33925472010>> ISSN 0378-1844 . Acessado em: 12/8/2017

Disciplina: DIREITO EMPRESARIAL

Carga Horária: 60

Período: 3º

Ementa: Títulos de Crédito. Teoria da Empresa. Teoria Geral do Direito Societário. Sociedades em Geral. Sociedade Limitada. Sociedade Anônima. Dissolução e Liquidação das Sociedades. Falência e Recuperação Judicial.

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

CHAGAS, Edilson Eneidino das. **Direito empresarial esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial - direito de empresa. **28 ed. ver. atual. ampl. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2016.**

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial**. 7 ed. ver. atual. Rio de Janeiro: Método, 2017

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

DINIS, Ana Cristina dos Santos Arromba; LOPES, Cidália Maria da Mota; SILVA, Alexandre Miguel Fernandes Gomes; MARCELINO, Pedro Miguel de Jesus. A tributação das sociedades insolventes: evidência empírica em Portugal. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 27, n. 70, p. 43-54, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772016000100043&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

JACQUES, Elidecir Rodrigues; GONCALVES, Flávio de Oliveira. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 489-509, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182016000200489&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

JUPETIPE, Fernanda Karoliny Nascimento; MARTINS, Eliseu; MÁRIO, Poueri do Carmo; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes. Custos de falência no Brasil comparativamente aos estudos norte-americanos. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 20-48, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322017000100020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

LAUAR LEITE, Marcelo. Exegese sobre a constitucionalidade da administração judicial em conflitos societários. **Opinião Jurídica**, Medellín, v. 15, n. 29, p. 203-221, jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25302016000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

ONTO, Gustavo Gomes. O agente econômico e suas relações: identificando concorrentes na política antitruste. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 109-130, jan. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000100109&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

Disciplina: MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carga Horária: 60

Período: 3º

Ementa: O valor do dinheiro; conceitos e classificações das taxas de juros; descontos; investimentos; anuidades; sistemas de amortização.

Bibliográfica básica: (Mínimo de 03)

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CASTELO BRANCO, Anísio Costa. **Matemática financeira aplicada: método algébrico**, HP-12C, Microsoft Excel. 4. Ed. ver. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

VIEIRA SOBRINHO, Jose Dutra. **Matemática Financeira**. São Paulo: Atlas, 2001

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

ANTONIK, Luis Roberto; ASSUNÇÃO, Márcio da Silva. Tabela Price e Anatocismo. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 4, n. 1, Janeiro / Abril – 2006 ISSN – ISSN 1679. Universidade Metodista de Piracicaba Mestrado Profissional em Administração. Disponível em: <<http://www.regen.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/236/408>>. Acessado em: 03/08/2017.

BORSA, Alexandre Bevilaqua; BERLESE, Dauter Dutra; ZANELLA, José. Tipos de taxas de juros e algumas de suas utilizações no mercado financeiro. **Disc. Scientia**. Série Ciências Naturais e Tecnológicas, S. Maria, v. 4, n. 1, p. 63-75, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumNT/article/viewFile/1166/1103>>. Acessado em: 03/08/2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GOMES, Cleomar. O regime de metas de inflação no Brasil e a armadilha da taxa de juros/taxa de câmbio. *Oreiro, José Luís, Luiz Fernando de Paula e Rogério Sobreira, orgs., Política Monetária, Bancos Centrais e Metas de Inflação, Rio de Janeiro: Editora FGV: 21-51.* Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.04.Metas_Inflacao-Cleomar-livro.Mar.22.pdf>. Acessado em 03/08/2017.

CARNEIRO, Francisco G.; DIVINO, José Ângelo; ROCHA, Carlos Henrique Rocha. Reconsiderando o efeito Fisher: uma análise de cointegração entre taxa de juros e inflação. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte_13 (1)_81-0_janeiro-junho de 2003. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/407/411>>. Acesso em: 03/08/2017.

COSTA, Fernando Nogueira da. Deos, Simone Silva de. Brito, José Valney de. Meta inflacionária, juros e preços no varejo brasileiro. **Revista de economia política**, São Paulo, ed. 34, ISSN 0101-3157, ZDB-ID 7340771. - Vol. 1.2001, 4, p. 93-111. Disponível em: <<https://www.econbiz.de/Record/meta-inflacion%C3%A1ria-juros-e-pre%C3%A7os-no-varejo-brasileiro-costa-fernando-nogueira/10001650892>>. Acessado: 03/08/2017.

DE FARO, Clovis. Uma nota sobre amortização de dívidas: juros compostos e anatocismo. *Rev. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 3, p. 283-295, Sept. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402013000300002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 03 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402013000300002>.

MENDONÇA, Helder Ferreira de. Metas para inflação e taxa de juros no Brasil: uma análise do efeito dos preços livres e administrados. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 431-451, Sept. 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572007000300007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 03 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572007000300007>.

PIRES, Marco Antônio Amaral; NEGRA, Elizabeth Marinho Serra. Juros Tabela Price – Discussão no Âmbito da Perícia Contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 155, p. 36-53, out. 2011. ISSN 2526-8414. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/638>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

REZENDE, Teotônio Costa. **Os Sistemas de Amortização nas Operações de Crédito Imobiliário: A Falácia da Capitalização de Juros e da Inversão do Momento de Deduzir a**

Quota de Amortização. 2003. 151 f. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia em Negócios. UFRRJ, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/17329454-Ufrjr-instituto-de-ciencias-humanas-e-sociais-mestrado-profissional-em-gestao-e-estrategia-em-negocios-dissertacao.html>>. Acessado em: 03/08/2017.

SANDRINI, Jackson Ciro. Sistemas de amortização de empréstimos e a capitalização de juros: análise dos impactos financeiros e patrimoniais. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Defesa: Curitiba, 2007. Disponível em:

<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/13709/Microsoft%20Word%20-%20SISTEMAS%20DE%20AMORTIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20EMPR%C3%89STIMOS%20E%20A%20CAPITALIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20JUROS%20-%20AN%C3%81LISE%20DOS%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em: 03/08/2017.

SERRANO, Franklin. Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 63-72, Mar. 2010. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Aug. 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000100004>.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Taxa de juros: nominal, efetiva ou real ?. **Rev. Adm. Empresas**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 77-82, março de 1981. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901981000100008&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901981000100008>.

Disciplina: COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Carga Horária: 60

Período: 3º

Ementa: Comportamento Humano. Indivíduo. O Comportamento Organizacional. Motivação. Gestão de Equipes. Liderança e poder. Gestão de Conflitos. Cultura Organizacional. Gestão do Clima Organizacional.

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

BOWDITCH, James L..BUONO, Anthony F.Elementos de comportamento organizacional.[São Paulo: Cengage, 2012.](#)

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Comportamento organizacional: conceitos e práticas.** São Paulo: Saraiva, 2006.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Tim; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro.** 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner; FANTINEL, Leticia Dias. A noção de cultura nos

Disciplina: COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

estudos contemporâneos de Aprendizagem Organizacional no Brasil: desvendando a rede com o uso da inscrição literária. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 21-39, mar. 2017. ISSN 1679-3951. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/57005/63796>>.

Acesso em: 09 Ago. 2017.

BRAQUEHAIS, Antonio de Paula, et al. O papel da cultura organizacional na gestão do conhecimento revisão de literatura de 2009 a 2015. Vol. 7, Número Especial (2017): **Gestão do Conhecimento, Eficiência e Inovação**. Braquehais. 4-17. ISSN: 2236-417X. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/32944/17293>. Acesso em 08/08/2017.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

ROBBINS, Stephen P. **Fundamentos do comportamento organizacional**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DAL MAGRO, C., SILVA, T., KLANN, R.. Comportamento Estratégico Organizacional e a Prática de Gerenciamento de Resultados nas Empresas Brasileiras **Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)**, North America, 16, mar. 2017. Available at:

<<http://revistaiberoamericana.org/ojs/index.php/ibero/article/view/2389>>. Date accessed: 09 Aug. 2017.

FRANCO, Ketyplyn Sanches et al. A relação entre atributos, atitudes e bem-estar na mudança organizacional. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 32, n. spe, e32ne219, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000500218&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 ago. 2017. Epub 27-Mar-2017.

ROCHA, Camila Martinell. et al. Líder e ética: influências da liderança no desempenho do colaborador. **Revista Científica on-line Tecnologia, Gestão e Humanismo**. v. 8, n. 1, 2017. ISSN: 2238-5819. Disponível em

<http://www.fatecguaratingueta.edu.br/revista/index.php/RCO-TGH/article/view/175/186>. Acesso em 09/08/2017

Disciplina: CONTABILIDADE E CUSTOS

CargaHorária: 60

Período: 3º

Ementa: Introdução à contabilidade de custos; Classificações e nomenclaturas de custos; Sistemas de acumulação de custos; Custeio por absorção; Departamentalização; Materiais diretos; Mão-de-obra direta; Critérios de rateio dos custos indiretos (CIP); Custeio baseado em atividades (ABC); Custos para decisão (custeio variável); Fixação do preço de venda e decisão sobre compra ou produção.

Bibliografia básica:(Mínimode03)

ATKINSON, A. A., KAPLAN, R. S., YOUNG, S. M., MATSUMURA, E. M. **Contabilidade Gerencial**.

São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. 11 ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

ACHAO FILHO, Nélio; QUELHAS, Osvaldo Luíz Gonçalves. Critérios para aplicação de ABC (ActivityBasedCosting) na indústria naval. **Prod.**, São Paulo , v. 13, n. 1, p. 91-102, 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132003000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132003000100008>.

BEUREN, Ilse Maria; ROEDEL, Ari. O uso do custeio baseado em atividades: ABC (ActivityBasedCosting) nas maiores empresas de Santa Catarina. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo , v. 13, n. 30, p. 7-18, dez. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772002000300001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772002000300001>.

BEZERRA, Washington Lucena; CAROLI, Adhemar A. de. Análise de custo, volume e lucro: uma perspectiva de controle gerencial nas micro e pequenas empresas. **Revista Redeca**, v.2, n. 1. Jan-Jun. 2015 p. 45-64. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/27899>. Acessado em: 19/06/2017.

BORGES, Thiago Bernardo; MARIO, Poueri do Carmo; CARNEIRO, Ricardo. A implementação do sistema de custos proposto pelo governo federal: uma análise sob a ótica institucional. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 47, n. 2, p. 469-491, abr. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000200009>.

DURAN, Orlando; TELLES, Jorge; LANZA, Liziane. CÁLCULO DO CUSTO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL: APLICAÇÃO DO CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES NUMA MONTADORA DE ÔNIBUS. **Ingeniare. Rev. chil. ing.**, Arica , v. 15, n. 2, p. 185-192, ago. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-33052007000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-33052007000200009>.

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Welington. **Contabilidade de custos: livro de exercícios**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MECCA, Marlei Salete; FRANZOI, Tatiane de Fatima Matte; ECKERT, Alex; BIASIO, Roberto. Utilização do custo padrão como ferramenta de auxílio aos gestores na tomada de decisão. **Anais... XXII Congresso Brasileiro de Custos** – Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 11 a 13 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4031>>. Acessado em: 19/06/2017.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos: análise e gestão**. 2. ed. rev. e ampl São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

ROCHA, Wellington. Custo de mão-de-obra e encargos sociais. **Caderno de Estudos nº 06**, São

Paulo, FIPECAFI – Outubro/1992. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/cest/n6/n6a03.pdf>>. Acessado em: 19/06/2017.

SANTOS, Leandro do Nascimento. Santos, Tania Ferreira dos. Uma contribuição prática da relação custo, volume e lucro numa indústria têxtil de pequeno porte. **Anais... XIX Congresso Brasileiro de Custos** – Bento Gonçalves, RS, Brasil, 12 a 14 de novembro de 2012. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/286/286>>. Acessado em: 19/06/2017.

SANTOS, Roberto Vatan dos. Planejamento do preço de venda. **Cad. estud.**, São Paulo , n. 15, p. 01-18, June 1997 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511997000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 12 July 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-92511997000100005>.

SILVA, Edson Arlindo. ABREU, Carlos Alberto. Sistemas de Custeio em Instituições Hospitalares: estudo comparativo entre os hospitais da cidade de Muriaé-MG. **Contabilidade Vista & Revista** [enlinea] 2006, 17 (Outubro-Diciembre) : [Fecha de consulta: 12 de julio de 2017] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197014773003>> ISSN 0103-734X .

SOUZA, Paulo César; SCATENA, João Henrique. Apuração do custo da diária de internação hospitalar: um estudo de caso. **Revista RAHIS**. Disponível em: <<file:///C:/Users/user/Downloads/2052-8247-1-PB.pdf>>. Acessado em: 19/06/2017.

SILVA, Nelson Albuquerque de Souza e et al . Importância clínica dos custos diretos hospitalares em pacientes com hipertensão arterial em tratamento num hospital universitário, Rio de Janeiro, Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 20, n. 4, p. 293-302, ago. 1986 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101986000400005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101986000400005>.

SILVA, Edson Arlindo. ABREU, Carlos Alberto. Sistemas de Custeio em Instituições Hospitalares: estudo comparativo entre os hospitais da cidade de Muriaé-MG. **Contabilidade Vista & Revista** [enlinea] 2006, 17 (Outubro-Diciembre) : [Fecha de consulta: 12 de julio de 2017] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197014773003>> ISSN 0103-734X.

PLONSKI, Guilherme Ary; ALMEIDA, Henrique Silveira de; CURY, Ricardo Bernardini George. A gestão de projetos industriais baseada em análise de custos. **Prod.**, São Paulo , v. 1, n. 2, p. 73-86, dez. 1991 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65131991000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65131991000200002>.

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preços de venda:** (ênfase em aplicações e casos nacionais) / \$c Rodney Wernke. São Paulo: Saraiva, 2005.

Disciplina: GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Carga Horária: 60

Período: 4º

Ementa: Introdução às finanças corporativas; Mercado financeiro brasileiro; Obrigações privadas; Fluxo de caixa para orçamento de capital; Administração de capital de giro; Planejamento e controle de fluxo de caixa; Fundamentos e práticas de tesouraria; Orçamento empresarial; Instrumentos de planejamento e controle financeiro; Análise das demonstrações contábeis.

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

ROSS, Stephen A. et al. **Administração financeira: Versão brasileira de corporate finance** 10th edition. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

CAMPOS, A.; JUCÁ, M. N.; NAKAMURA, W. Como os Gestores Brasileiros Tomam suas Decisões de Custo de Capital?. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 13, n. 4, p. 309-330, 2016. **Disponível em:**

<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/44627/como-os-gestores-brasileiros-tomam-suas-decisoes-de-custo-de-capital-/i/pt-br>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

COSTA, W. B.; MACEDO, M. A. S.; YOKOYAMA, K. Y.; ALMEIDA, J. E. F. Análise dos Estágios de Ciclo de Vida de Companhias Abertas no Brasil: Um Estudo com Base em Variáveis Contábil-Financeiras . **Brazilian Business Review**, v. 14, n. 3, p. 304-320, 2017. Disponível em:<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/45105/analise-dos-estagios-de-ciclo-de-vida-de-companhias-abertas-no-brasil--um-estudo-com-base-em-variaveis-contabil-financeiras-/i/pt-br>>. Acessado em: 17 de julho de 2017.

FREZATTI, F.; RELVAS, T. R. S.; JUNQUEIRA, E.; NASCIMENTO, A. R.; OYADOMARI, J. C. Críticas ao orçamento: problemas com o artefato ou a não utilização de uma abordagem abrangente de análise? **Advances in ScientificandAppliedAccounting**, v. 3, n. 2, p. 190-216, 2010.

Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/14496/criticas-ao-orcamento--problemas-com-o-artefato-ou-a-nao-utilizacao-de-uma-abordagem-abrangente-de-analise-/i/pt-br>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

FUSCO, J. P. A.Necessidade do capital de giro e nível de vendas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 36, n. 2, p. 53-66, 1996. Disponível em:<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/12504/necessidade-do-capital-de-giro-e-nivel-de-vendas/i/pt-br>>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

FUTEMA, Mariano Seikitsi; BASSO, Leonardo Fernando Cruz; KAYO, Eduardo Kazuo. Estrutura de capital, dividendos e juros sobre o capital próprio: testes no Brasil. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo , v. 20, n. 49, p. 44-62, abr. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772009000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 jul. 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772009000100004>.

MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R.; BARRETO, K. N. B. Políticas e instrumentos gerenciais utilizados na gestão do capital de giro das pequenas e médias empresas: um estudo exploratório. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 5, n. 1, p. 113-127, 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/34173/politicas-e-instrumentos-gerenciais-utilizados-na-gestao-do-capital-de-giro-das-pequenas-e-medias-empresas--um-estudo-exploratorio--/i/pt-br>>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

MACHADO, M. A. V.; BARRETO, K. N. B. Decisões financeiras de curto prazo das pequenas e médias empresas industriais: um estudo exploratório. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 5, n. 2, p. 7-24, 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/34156/decisoes-financeiras-de-curto-prazo-das-pequenas-e-medias-empresas-industriais--um-estudo-exploratorio/i/pt-br>>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

MAGRO, C. B. D.; LAVARDA, C. E. F. Evidências sobre a caracterização e utilidade do orçamento empresarial nas indústrias de Santa Catarina. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 8, n. 1, p. 39-62, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35055/evidencias-sobre-a-caracterizacao-e-utilidade-do-orcamento-empresarial-nas-industrias-de-santa-catarina-/i/pt-br>>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

RIBEIRO, D. B.; ESTENDER, A. C. O Fluxo de Caixa na Organização Borgatto Comércio E Empreendimentos Ltda. **Revista Administração em Diálogo**, v. 19, n. 2, p. 42-61, 2017. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/45625/o-fluxo-de-caixa-na-organizacao-borgatto-comercio-e-empreendimentos-ltda/i/pt-br>>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

RIBEIRO, Maitê Garcia Cruz; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Análise da relevância de indicadores financeiros e não financeiros na avaliação de desempenho organizacional: um estudo exploratório no setor brasileiro de distribuição de energia elétrica. **Revista de Contabilidade e Organizações**, vol. 6 n. 15 (2012) p. 60-79. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/viewFile/52657/56541>>. Acessado em: 17 de julho de 2017.

SILVA, L. F.; LUCENA, W. G. L.; PAULO, E. Uma Análise do Desempenho Econômico e Financeiro das IPOs no Brasil. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45042/uma-analise-do-desempenho-economico-e-financeiro-das-ipos-no-brasil/i/pt-br>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

Disciplina: ANTROPOLOGIA ORGANIZACIONAL

Carga Horária: 30

Período: 4º

Ementa: História da antropologia; O conceito de cultura; Identidade e etnocentrismo.

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

SCHEIN, Edgar H. **Cultura organizacional e liderança**. São Paulo: Atlas, 2009.

[HERZFELD, Michael](#). **Antropologia: prática teórica na cultura e na sociedade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. S. Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. O direito e a ética em Bentham e Kant: uma comparação. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 38, n. 1, p. 147-166, Apr. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732015000100147&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732015000100009>.

FONTANA, Julio. A filosofia da ciência de Rubem Alves. **Ciberteologia**. Revista de Teologia & Cultura. Edição nº 9 - Ano III - Janeiro/Fevereiro 2007 - ISSN: 1809-2888 Disponível em: <http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/2009/05/01afilosofiadacienciaderubemalves.pdf>

LIMA, Alexandre. Trabalho e ação política em Marx. **ethic@ - An international Journal for Moral Philosophy**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 341-364, jan. 2012. ISSN 1677-2954. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2011v10n2p341/20912>>. Acesso em: 03 ago. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/1677-2954.2011v10n2p341>.

MACHADO, Alexandre Noronha. O dever de realizar o mal. **ethic@ - An international Journal for Moral Philosophy**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 202 - 215, dez. 2016. ISSN 1677-2954. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2016v15n2p202>>. Acesso em: 03 ago. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/1677-2954.2016v15n2p202>.

MORAES, Mário Cesar Barreto et al. Ética na gestão: o discurso organizacional e a percepção dos gestores. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 119-129, jul. 2012. ISSN 2175-8077. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2012v14n33p119/22545>>. Acesso em: 03 ago. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2012v14n33p119>.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SILVEIRA, Daniela. O que é a filosofia: uma abordagem da questão a partir de Elogio da Filosofia de M. Merleau-Ponty. **Filosofia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, [S.l.], feb. 2014. ISSN 2183-6892. Available at: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/filosofia/article/view/548>>. Date accessed: 03 aug. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.21747/548>.

Disciplina: FILOSOFIA

CargaHorária: 30

Período: 4º

Ementa: Introdução ao pensamento filosófico. O homem e a ação. Conhecimento e Filosofia. A filosofia aplicada às organizações. Conceitos clássicos de filosofia de Ética e Moral.

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da filosofia** – volume 1: filosofia pagã antiga. 5 ed. São Paulo: Paulus, 2011.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **O que é Filosofia?** 3 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. 14 ed. São Paulo: Ática, 2010.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. O direito e a ética em Bentham e Kant: uma comparação. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 38, n. 1, p. 147-166, Apr. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732015000100147&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732015000100009>.

FONTANA, Julio. A filosofia da ciência de Rubem Alves. **Ciberteologia**. Revista de Teologia & Cultura. Edição nº 9 - Ano III - Janeiro/Fevereiro 2007 - ISSN: 1809-2888 Disponível em: <http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/2009/05/01afilosofiadacienciaderubemalves.pdf>

LIMA, Alexandre. Trabalho e ação política em Marx. **ethic@ - An international Journal for Moral Philosophy**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 341-364, jan. 2012. ISSN 1677-2954. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2011v10n2p341/20912>>. Acesso em: 03 ago. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/1677-2954.2011v10n2p341>.

MACHADO, Alexandre Noronha. O dever de realizar o mal. **ethic@ - An international Journal for Moral Philosophy**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 202 - 215, dez. 2016. ISSN 1677-2954. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2016v15n2p202>>. Acesso em: 03 ago. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/1677-2954.2016v15n2p202>.

MORAES, Mário Cesar Barreto et al. Ética na gestão: o discurso organizacional e a percepção dos gestores. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 119-129, jul. 2012. ISSN 2175-8077. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2012v14n33p119/22545>>. Acesso em: 03 ago. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2012v14n33p119>.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SILVEIRA, Daniela. O que é a filosofia: uma abordagem da questão a partir de Elogio da Filosofia de M. Merleau-Ponty. **Filosofia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, [S.l.], feb. 2014. ISSN 2183-6892. Available at: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/filosofia/article/view/548>>. Date accessed: 03 aug. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.21747/548>

Disciplina: ESTATÍSTICA
Carga Horária: 60
Período: 4º
Ementa: Estatística Descritiva. Probabilidade e distribuição de probabilidades. Amostragem e distribuição de amostragens. Teoria de Estimação. Teoria de Decisão. Regressão e Correlação.
<p>Bibliográfica básica:(Mínimode03)</p> <p>MORETTIN, Pedro Alberto. BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>BRUNI, Adriano Leal; Estatística Aplicada à Gestão Empresarial. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>SWEENEY, Dennis J.; ANDERSON, David Ray. WILLIAMS, Thomas A.; Estatística aplicada à administração e economia. 3 ed. São Paulo: Thomson, 2013.</p>
<p>Bibliografia Complementar (mínimo de 05)</p> <p>ANDRADE, Lélis Pedro de et al . Governança corporativa: uma análise da relação do conselho de administração com o valor de mercado e desempenho das empresas Brasileiras. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online), São Paulo , v. 10, n. 4, p. 4-31, Aug. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712009000400002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Aug. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712009000400002.</p> <p>CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. O questionário na pesquisa científica. Administração On Line, Prática - Pesquisa – Ensino, ISSN 1517-7912, Volume 1 - Número 1 (janeiro/fevereiro/março - 2000). Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm>. Acessado em: 01/08/2017.</p> <p>MANTOVANI, Daielly Melina Nassif. GOUVêa, Maria Aparecida. Estatística Aplicada à Administração: um estudo de atitudes versus desempenho do aluno Statistics Applied to Business Administration: a study about attitudes versus student’s performance. Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação, ISSN: 1681-5653. Disponível em: <http://rieoei.org/rie_contenedor.php?numero=4424&titulo=Estat%C3%ADstica%20Aplicada%20%C3%A0%20Administra%C3%A7%C3%A3o:%20um%20estudo%20de%20atitudes%20versus%20desempenho%20do%20aluno>. Acessado em: 01/08/2017.</p> <p>MILAGRE, Robson Amaral. Estatística: uma Proposta De Ensino para os Cursos de Administração de Empresas. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/81812/186310.pdf?sequence=1>. Acessado em: 01/08/2017.</p> <p>MOORI, Roberto Giro; ZILBER, Moisés Ari. Um estudo da cadeia de valores com a utilização da análise fatorial. Rev. adm. contemp., Curitiba , v. 7, n. 3, p. 127-147, Sept. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552003000300007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Aug. 2017.</p>

<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-6552003000300007>.

NORMANDO, David; TJADERHANE, Leo; QUINTAO, Cátia Cardoso Abdo. A escolha do teste estatístico - um tutorial em forma de apresentação em PowerPoint. Dental Press J. Orthod., Maringá, v. 15, n. 1, p. 101-106, Feb. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-94512010000100012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Aug. 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S2176-94512010000100012>.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. FECAP. São Paulo, 2001.

Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm>. Acesso em: 27 julho de 2017.

SOUSA, Fabrício Alves de et al. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A CORRELAÇÃO ENTRE A VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) E O LUCRO DAS EMPRESAS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS QUE COMPÕEM ESSE ÍNDICE.

REVISTA REUNIR, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 52-68, dez. 2015. ISSN 2237-3667. Disponível em:

<<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/15>>. Acesso em: 01 ago. 2017. doi:<https://doi.org/10.18696/reunir.v1i1.15>.

TEIXEIRA BARTH, E; (2003). A Análise de Dados na Pesquisa Científica. Importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, 1() 177-201. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75210209>>. Acessado em: 01/08/2017.

Disciplina: PESQUISA OPERACIONAL

CargaHorária: 60

Período: 4º

Ementa: Problemas de Programação Linear (PPL). Introdução ao Método Simplex. Fundamento Teórico do Método Simplex. Método Simplex. Método Simplex de Duas Fases. Método Simplex Revisado. Método Simplex Tabular. Dualidade em Programação Linear. Problemas de Transporte.

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

HILLIER, Frederick S.; LIEBERMAN, Gerald J. **Introdução à pesquisa operacional**. 9 ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

LACHTERMACHER, Gerson. **Pesquisa operacional na tomada de decisões**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 2016.

TAHA, Hamdy A. **Pesquisa operacional**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

BARBOZA, Angela Olandoski et al. Técnicas da pesquisa operacional no problema de horários de atendentes em centrais telefônicas. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 109-127, Apr.

2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2003000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Aug. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2003000100008>.

COSTA, Deise Maria Bertholdi et al . Técnicas da pesquisa operacional aplicadas na otimização dos serviços postais. **Gest. Prod.**, São Carlos , v. 8, n. 1, p. 37-55, Apr. 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2001000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Aug. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2001000100004>.

MAPA, Sílvia Maria Santana; LIMA, Renato da Silva. Uso combinado de sistemas de informações geográficas para transportes e programação linear inteira mista em problemas de localização de instalações. **Gest. Prod.**, São Carlos , v. 19, n. 1, p. 119-136, 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2012000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Aug. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2012000100009>.

SOUZA, Aline Viana; FELIPE, Luis Humberto Guillermo. ABORDAGEM GEOMÉTRICA DE UM PROBLEMA DE PROGRAMAÇÃO LINEAR EM DOIS NÍVEIS. **Exatas & Engenharia**, [S.l.], v. 3, n. 05, mar. 2013. ISSN 2236-885X. Disponível em:
<http://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/exatas_e_engenharia/article/view/84>. Acesso em: 03 ago. 2017.

VISENTINI, Monize Sâmara; BORENSTEIN, Denis. Modelagem do projeto da cadeia de suprimentos global: considerações teóricas e perspectivas futuras. **Gest. Prod.**, São Carlos , v. 21, n. 2, p. 369-388, June 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2014000200011&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Aug. 2017. Epub Mar 21, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2014005000008>.

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO

Carga Horária: 60

Período: 4º

Ementa: Direito tributário. Tributo. Espécies tributárias. Espécies tributárias e capacidade tributária. Sistema tributário nacional, competência tributária e a Constituição Federal de 1988. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Fato gerador. Lançamento tributário. Crédito tributário. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Infrações e penalidades.

Bibliográfica básica:(Mínimo de 03)

BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel de Abreu Machado. **Direito tributário brasileiro**. 13 ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BRASIL. Código Tributário Nacional (1966). Código tributário nacional e constituição federal. 46 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CASSONE, Vittorio. **Direito Tributário**. São Paulo: Atlas Editora, 2017.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

ARAÚJO, Jevuks Matheus; SIQUEIRA, Rozane Bezerra. Demanda por gastos públicos locais: evidências dos efeitos de ilusão fiscal no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 189-219, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612016000100189&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

CAVALCANTE, Pedro. Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 307-330, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000200307&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

GOMES, Antônio Paulo Machado. Características da governança corporativa como estímulo à gestão fiscal. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 27, n. 71, p. 149-168, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772016000200149&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

PESSOA, Leonel Cesarino; COSTA, Giovane; MACCARI, Emerson Antônio. As micro e pequenas empresas, o Simples Nacional e o problema dos créditos de ICMS. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 345-363, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322016000200345&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

SOUZA, Kênia Barreiro; CARDOSO, Débora Freire; DOMINGUES, Edson Paulo. Medidas recentes de desoneração tributária no Brasil: uma análise de equilíbrio geral computável. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 1, p. 99-125, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402016000100099&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017..

Disciplina: GESTÃO E PRODUÇÃO DE OPERAÇÕES

Carga Horária: 60

Período: 5º

Ementa: Funções da Administração da Produção. Tomada de Decisões. Planejamento da Capacidade. Localização Industrial e *Layout* de Instalações. Planejamento do Produto e do Processo. Projetos e Medidas de Trabalho. Previsão de Demanda. Planejamento Agregado. Programação e Controle da Produção.

Bibliográfica básica:(Mínimo de 03)

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento e controle da produção**. 2. ed. rev. atual. Barueri: Manole, 2008.

CORRÊA, Henrique L.; GIANESI, Irineu G. N.; CAON, Mauro. **Planejamento, programação e**

controle da produção: MRP II / ERP : conceitos, uso e implantação: base para SAP, Oracle Applications e outros softwares integrados de gestão. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SLACK, Nigel. BRANDON-JONES, Alistair. JOHNSTON, Robert. **Administração da produção.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

LORENZATTO, Júlia Trindade; RIBEIRO, José Luis Duarte. Projeto de layout alinhado às práticas de produção enxuta em uma empresa siderúrgica de grande porte. **XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.** Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR570429_9507.pdf. Acesso em 27 jul 2017.

LUZZI, André Antônio. Uma abordagem para projetos de layout industrial em sistemas de produção enxuta um estudo de caso. 2004. Dissertação de Mestrado. **Mestrado Profissionalizante em Engenharia.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4721/000459179.pdf?sequence=1>. Acesso em 27 jul 2017.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Produção e Operações.** São Paulo: Pioneira, 1998. 1º capítulo.

PALETTA, Marco Antonio et al. Otimizando o layout do armazém através da movimentação eficiente de materiais. Material Institucional da Faculdade de Tecnologia Prof. Luiz Rosa e Centro Universitário Padre Anchieta. Disponível em http://www.intelog.net/artigosnoticias/arquivos/artigo_layout.pdf. Acesso em 27 jul 2017.

TORTORELLA, Guilherme L.; FOGLIATTO, Flávio S. Planejamento sistemático de layout com apoio de análise de decisão multicritério. **Production**, v. 18, n. 3, p. 609-624, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/prod/v18n3/a15v18n3.pdf>. Acesso em 27 jul 2017.

Disciplina: MARKETING

Carga Horária: 60

Período: 5º

Ementa: O conceito de marketing, sua evolução e aplicações. Ambiente de marketing; Composto de Marketing ou Marketing Mix; Planejamento da comunicação de marketing; O sistema de informação mercadológica – SIM; Desenvolvimento de estratégias e plano de marketing

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J. Paul. **Marketing:** criando valor para os clientes. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

KOTLER, Philip. KELLER, Kavin Lane. **Administração de marketing.** 14 ed. São Paulo: Pearson, 2012.

KOTLER, Philip; RODRIGUES, Ana Beatriz (Trad.). **Marketing 3.0:** as forças que estão

definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 215 p

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

BASTA, Darci et al. **Fundamentos de marketing**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BERNARDINO, Eliane de Castro et al. **Marketing de varejo**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BOEMO, Roberto Vasconcelos et al. Análise do ambiente de marketing: um estudo aplicado em uma cooperativa do setor de agronegócios da região Centro-Oeste do Rio Grande do Sul. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 2, n. 4, p. 59-70, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/20411>. Acesso em 20 jun 2017.

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COSTA, Francisco José et al. Uma análise do interesse de estudantes de administração pela área de marketing. **Revista de Negócios**, v. 14, n. 3, p. 54-71, 2010. Disponível em <http://gorila.furb.br/ojs/index.php/rn/article/viewFile/1138/1182>. Acesso em 20 jun 2017.

DE BRITO PEREIRA, Carlos; TOLEDO, Geraldo Luciano; TOLEDO, Luciano Augusto. Considerações sobre o conceito de marketing: teoria e prática gerencial. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 50, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v16n50/07.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

DÓRIA, Felipe Alessandro; PEREIRA, Everson Danilo; PAPANDRÉA, Pedro José. Marketing. Caminho para a satisfação e fidelização do cliente. **Educação em Foco**, Edição nº: 07, Mês / Ano: 09/2013, Páginas:31-38 Disponível em http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2013/setembro/marketing.pdf. Acesso em 20 jun 2017.

GABRIEL, Martha Carrer Cruz. **Marketing na era digital: conceitos, plataformas e estratégias**. São Paulo: Novatec, 2010.

MEDEIROS, Janine Fleith; CRUZ, Cassiana Maris Lima. Comportamento do consumidor: fatores que influenciam no processo de decisão de compra dos consumidores. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 14, n. 1, p. 167-190, 2006. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Janine_Fleith_De_Medeiros/publication/266492361_COMPORTAMENTO_DO_CONSUMIDOR_FATORES_QUE_INFLUENCIAM_NO_PROCESSO_DE_DECISAO_DE_COMPRA_DOS_CONSUMIDORES/links/5447fabd0cf2d62c30529d55/COMPORTAMENTO-DO-CONSUMIDOR-FATORES-QUE-INFLUENCIAM-NO-PROCESSO-DE-DECISAO-DE-COMPRA-DOS-CONSUMIDORES.pdf. Acesso em 20 jun 2017.

MCCRACKEN, Grant. Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 1, p. 99-115, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v47n1/a14v47n1.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

ROCHA, Everardo; BARROS, Carla. Dimensões culturais do marketing: teoria antropológica, etnografia e comportamento do consumidor. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 4, p. 1-12, 2006. Disponível em http://intranet.fucpe.br/uploads/MATERIAIS_AULAS/25151-25.pdf. Acesso em 20 jun 2017.

SILVA, A. A. et al. A utilização da matriz Swot como ferramenta estratégica—um estudo de

caso em uma escola de idioma de São Paulo. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, v. 8, 2011. Disponível em <http://eng.aedb.br/seget/artigos11/26714255.pdf>. Acesso em 20 jun 2017

Disciplina: GESTÃO DE PROCESSOS (OSM)

Carga Horária: 30

Período: 5º

Ementa: A função de OSM nas empresas; Estruturação nas organizações; Diagnóstico Organizacional; Gestão da Mudança; Métodos e Processos

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. 5 ed. ver. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.

CURY, Antonio. **Organização e métodos: uma visão holística**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. **Organização, sistemas e métodos: análise, redesenho e informatização de processos administrativos**. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estrutura organizacional: uma abordagem para resultados e competitividade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

ALBUQUERQUE, J. P. de. Flexibilidade e modelagem de processos de negócio: uma relação multidimensional. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 3, maio-junho, p.313-329, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902012000300004>. Acesso em 11/07/2017.

BISPO, Danielle de Araújo. Queiroz, Marcelo Victor Alves Bila. FERNANDES, Leandro Trigueiro. "GABRIELA, LEITE E PEDRA": resistência à inovação como limitadora da capacidade de inovar em estruturas organizacionais rígidas. XIX SemeAd – Seminários em Administração. Novembro de 2016. ISSN 2177-3866. <http://login.semead.com.br/19semead/anais/arquivos/438.pdf>. Acesso em 11/07/2017.

CALDAS, M. P. O Triste Destino da Área de O&M - I. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 39, n. 2, abr-jun, p.6-17, 1999. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901999000200002>. Acesso em 11/07/2017.

CALDAS, M. P. O Triste Destino da Área de O&M - II. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 39, n. 3, jul-set, p.6-16, 1999. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901999000300002>. Acesso em 11/07/2017.

FERREIRA, Daniel Barcelos. ITUASSU, Cristiana. WASNER, Fernanda. Algumas Percepções da Estrutura Organizacional da Polícia Civil de Minas Gerais à Luz da Teoria de Henry Mintzberg. XIX SemeAd – Seminários em Administração. Novembro de 2016. ISSN 2177-3866. Disponível em <http://login.semead.com.br/19semead/anais/arquivos/660.pdf>. Acesso em 11/07/2017.

FRANCISCO CERETTA, G; LUIS SALVADO, A; ROBERTO REIS, D. Práticas de gestão inseridas no padrão de modelo de negócio aberto: o caso de uma empresa da indústria da alimentação. **Capital Científico**. 13, 4, 127-140, Oct. 2015. ISSN: 16791991. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/3750/2791>. Acesso em 11/07/2017.

GONÇALVES, J. E. L. Processo, que Processo?. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 4, out-dez, p.8-19, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902000000400002>. Acesso em 11/07/2017.

GONÇALVES, J. E. L. As Empresas São Grandes Coleções de Processos. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 1, jan-mar, p.6-19, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902000000100002> Acesso em 11/07/2017.

Disciplina: ESTADO GOVERNO E MERCADO

Carga Horária: 30

Período: 5º

Ementa: Perspectiva teórica para a análise das relações entre Estado, Governo e Mercado; As relações entre Estado, Governo e Mercado durante o século XX

Bibliografia Básica: (Mínimode03)

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, Governo e Mercado**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17 ed. ver. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

[MAZZUCATO, Mariana](#). **O Estado Empreendedor**: desmascarando o mito do setor público VS. Setor privado. São Paulo: [Portfolio-Penguin](#), 2015.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

GANEM, Angela. A defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos. **Nova Economia**. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. v. 10, n. 1 (2000). Disponível em; <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2142>. Acesso em 19 jun 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Revista Pegada Eletrônica**, 01 July 2013, Vol.14(1). Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2138>. Acesso em 20 jun 2017.

RACY, Joaquim Carlos; MOURA JUNIOR, Álvaro Alves de; FALSARELLA, Bruno and GONCALVES, Laura. Uma contribuição ao desenvolvimento da Economia Política Internacional do Brasil. **Nova econ**. [online]. 2015, vol.25, n.1 pp.35-58. ISSN 0103-6351. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

63512015000100035&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jun 2017.

SOUZA, Bianca Gonçalves de. Ciência da Informação e o mundo neoliberal. **Scire**, 2016, Vol.22 (1), p.25-34. ISSN 1135-3716. Disponível em:

<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4305>. Acesso em 20 jun 2017.

VARGAS, Neide César. Finanças públicas e evolução recente da noção de disciplina fiscal. **Econ. soc.** [online]. 2012, vol.21, n.3, pp.643-666. ISSN 0104-0618. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jun 2017

Disciplina: INGLÊS PARA NEGÓCIOS

Carga Horária: 60

Período: 5º

Ementa: Modal verbs; Imperatives; Phrasal verbs; Conditions; Word forms; Passives; Simple vs continuous tenses; Comparatives and superlatives; Present Perfect vs Simple Past. Preparing for the job market; Sales issues; Marketing products and plans; Finance and economics; Advertising and management; Global concerns in business

Bibliográfica básica:(Mínimo de 03)

BARUM, Guilherme. **Inglês essencial para negócios:** uma ferramenta prática para aprimorar o inglês profissional. São Paulo: Saraiva, 2013.

LIMA, Denilso de. **Combinando palavras em inglês.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2013.

Michaelis Dicionário de Negócios: Inglês-Português com Glossário Português-Inglês. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2010.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

DIAS, Reinildes. **Reading Critically in English.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MARTINEZ, Ron. **Como escrever tudo em inglês.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

RAMPASO, Marianne. Elaboração de material didático voltado aos alunos de inglês para os negócios com base na linguística de corpus. 2016. 240 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - **Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19522>> Acesso em 14 jun 2017

SANTOS, Denise. **O ensino de Língua Inglesa:** foco em estratégias. FNDE. Disal. 2012. 344p.

VIAN JR., Orlando. Inglês instrumental, inglês para negócios e inglês instrumental para negócios. **DELTA** [online]. 1999, vol.15, n.spe, pp.437-457. ISSN 0102-4450.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501999000300017>. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102->

44501999000300017&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em 14 jun 2017.

VIAN JR., Orlando. Ensino de inglês para negócios: diferentes abordagens para diferentes necessidades. **The ESpecialist**. ISSN 2318-7115, [S.l.], v. 35, n. 2, dez. 2014. ISSN 2318-7115. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/21459>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

VARGAS, Neide César. Finanças públicas e evolução recente da noção de disciplina fiscal. **Econ. soc.** [online]. 2012, vol.21, n.3, pp.643-666. ISSN 0104-0618. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jun 2017

Disciplina: LEGISLAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

Carga Horária: 60

Período: 5º

Ementa: Direito do trabalho. Contrato de trabalho. Duração do trabalho. Remuneração e salários. Suspensão, interrupção e alteração do contrato de trabalho. Garantias Provisórias. Extinção do contrato de trabalho. Acidente do trabalho

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

BARROS, Alice Monteiro de. ALENCAR, Jessé Claudio Franco de. **Curso de direito do trabalho**. 11 ed. São Paulo: LTr, 2017.

CARVALHO, William Epitácio Teodoro de. **CLT Organizada, Anotada e Interpretada**. Editora Contemplar, 2017.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

AFONSO, Luís Eduardo. Progressividade e aspectos distributivos na Previdência Social: uma análise com o emprego dos microdados dos registros administrativos do RGPS. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 1, p. 3-30, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402016000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

CORREA, Larissa Rosa. Corporativismo e regulamentação do trabalho no Brasil: um debate entre especialistas brasileiros e norte-americanos na década de 1960. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 209-234, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752016000100209&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

OGUNDAIRO, Brian Bolarinwa; RODRIGUES, Mauro. Previdência e taxa de juros no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 357-374, set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-

71402016000300357&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

ROYER, Luciana de Oliveira. O FGTS e o mercado de títulos de base imobiliária: relações e tendências. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 33-52, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962016000100033&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

SALVAGNI, Julice; VERONESE, Marília Veríssimo. Risco invisível: trabalho e subjetividade no setor elétrico. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, p. 1-12, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100201&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017
VARGAS, Neide César. Finanças públicas e evolução recente da noção de disciplina fiscal. **Econ. soc.** [online]. 2012, vol.21, n.3, pp.643-666. ISSN 0104-0618. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jun 2017

Disciplina: GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Carga Horária: 60

Período: 6º

Ementa: Recursos Materiais e Patrimoniais. Aquisição de Recursos Materiais e Patrimoniais. Administração de Materiais e Estoques

Bibliográfica básica:(Mínimo de 03)

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais:** uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Petrônio. ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GURGEL, Floriano do Amaral. FRANCISCHINI, Paulino G.; **Administração de materiais e do patrimônio.** 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

CHING, Hong Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada – supply chain.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006

DO NASCIMENTO NETO, Renata Valeska; DE OLIVEIRA, José Ricardo Abreu; GHINATO, Paulo. Supply Chain Management: aplicação e ferramentas. 2002. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR11_0851.pdf. Acesso em 14 jun 2017

FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de Materiais. Brasília: **ENAP**, 2015. Disponível em <http://www.enap.gov.br/documents/52930/707328/Enap+Did%C3%A1ticos+-+Gest%C3%A3o+de+Materiais.pdf/76d26d48-37af-4b40-baf1-072a8c31236a>. Acesso em 14 jun 2017

GAVIOLI, Giovana; SIQUEIRA, Maria CM; SILVA, Paulo HR. Aplicação do programa 5s em um

sistema de gestão de estoques de uma indústria de eletrodoméstico e seus impactos na racionalização de recursos. **Unidade Berrini da FGV: SIMPOI**, 2009. Disponível em http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2009/artigos/E2009_T00383_PCN76566.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

OLIVEIRA, Marcela Maria Eloy Paixão; SILVA, Rafaella Machado Rosa da. Gestão de estoque. 2014. **ICE – Instituto Cuiabano de Educação**. Disponível em <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2013/12/13/outros/895c3ab2654ab5a9c11b63e22780aaf3.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

PIRES, Leonardo Doro. Investigação e proposta de melhorias na gestão de estoques: um estudo de caso na Farmafórmula Ltda - Natal/RN. **CONNEXIO-ISSN 2236-8760**, v. 2, n. 1, p. 29-44, 2012. Disponível em <https://repositorio.unp.br/index.php/connexio/article/view/208/192>. Acesso em 14 jun 2017.

SOUSA, Paulo Teixeira de. Logística interna: o princípio da logística organizacional está na administração dos recursos materiais e patrimoniais (ARMP). **Revista Científica FacMais, Goiás**, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em <http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2012/10/10.LOG%C3%8DSTICA-INTERNA-Paulo-Teixeira-de-Sousa2.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

Disciplina: GESTÃO DA ANÁLISE DE INVESTIMENTOS

CargaHorária: 60

Período: 6º

Ementa: Introdução à análise de investimentos. Técnicas de avaliação de investimentos. Avaliação de ações. Política de Dividendos. Risco, retorno e equilíbrio no mercado de capitais. Teoria das opções aplicada na gestão de projetos de investimento. Estrutura de Capital

Bibliográficabásica:(Mínimode03)

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de administração financeira**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

ALCANTARA, José C. G.. O modelo de avaliação de ativos (capital asset pricing model): aplicações. **Revista Administração de Empresas**. São Paulo , v. 20, n. 3, p. 31-41, Sept. 1980 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901980000300003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 02 Aug. 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901980000300003>.

BORTOLUZZO, Adriana. VENEZUELA, Maria Kelly. BORTOLUZZO, Maurício Mesquita. NAKAMURA, Wilson Toshiro. Influência da crise financeira de 2008 na previsibilidade dos modelos de apuração de ativos de risco no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças, USP**, São Paulo, v. 27, n. 72, p. 408-420, set./out./nov./dez. 2016 Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/121498/118391>>. Acessado em: 02/08/2017. DOI: 10.1590/1808-057x201603220.

BRUNI, Adriano Leal. FAMÀ, Rubens. SIQUEIRA, José de Oliveira. Análise do risco na avaliação de projetos de investimentos: uma aplicação do método de Monte Carlo. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n.º 6, 1 trim/98. Disponível em: <<http://bertolo.pro.br/MetodosQuantitativos/Simulacao/c6-Art7.pdf>>. Acessado em 02/08/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). PRONUNCIAMENTO TÉCNICO **CPC 12. Ajuste a Valor Presente**. Brasília, 05 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://static.cpc.meddiagroup.com.br/Documentos/219_CPC_12.pdf>. Acessado em 02/08/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). PRONUNCIAMENTO TÉCNICO **CPC 38. Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração**. Brasília, 02 de outubro de 2008. Disponível em: <http://static.cpc.meddiagroup.com.br/Documentos/219_CPC_38.pdf>. Acessado em 02/08/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). PRONUNCIAMENTO TÉCNICO **CPC 40 (R1). Instrumentos Financeiros: Evidenciação**. Brasília, 01 de junho de 2008. Disponível em: <http://static.cpc.meddiagroup.com.br/Documentos/418_CPC_40_R1_rev%2008.pdf>. Acessado em 02/08/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS PRONUNCIAMENTO TÉCNICO **CPC 39. Instrumentos Financeiros: Apresentação Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 32**. Brasília, 2 de outubro de 2009. Disponível em: <http://static.cpc.meddiagroup.com.br/Documentos/410_CPC_39_rev%2009.pdf>. Acessado em 02/08/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO **CPC 41. Resultado por Ação. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 33**. Brasília, 8 de julho de 2010. Disponível em: <http://static.cpc.meddiagroup.com.br/Documentos/430_CPC_41_rev%2003.pdf>. Acessado em 02/08/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO **CPC 48. Instrumentos Financeiros. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9**. 04 de novembro de 2017. Disponível em: <http://static.cpc.meddiagroup.com.br/Documentos/530_CPC_48.pdf>. Acessado em: 02/08/2017.

MINARDI, Andrea Maria Accioly Fonseca. Teoria de opções aplicada a projetos de investimento. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 74-79, June 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902000000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Aug. 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902000000200008>.

NAGANO, Marcelo Seido. MERLO, Edgard Monforte. DA SILVA, Maristela Cardoso. As variáveis fundamentalistas e seus impactos na taxa de retorno de ações no Brasil. Revista da FAE, **v. 6, n. 2 (2003)**. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/461/356>>. Acessado em: 02/08/2017.

REIS, Solange Garcia dos; MARTINS, Eliseu. Planejamento do balanço bancário: desenvolvimento de um modelo matemático de otimização do retorno econômico ajustado ao risco. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v. 12, n. 26, p. 58-80, Aug. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772001000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772001000200004>.

SVIECH, Vinicius. MANTOVAN, Edson Ademir. Análise de investimentos: controvérsias na utilização da TIR e VPL na comparação de projetos. **Revista Percursos**, v. 13, n. 1 (2013). Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/657/495>>. Acessado em: 02/08/2017.

Disciplina: GESTÃO ESTRATÉGICA

Carga Horária: 60

Período: 6º

Ementa: Conceitos de estratégia. Escolas Estratégicas. Vantagem Competitiva. A formação e a formulação estratégica. Acompanhamento do processo estratégico.

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

BARNEY, Jay B. HESTERLY, Willian S. **Administração estratégica e vantagem competitiva:** conceitos e casos. 3 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011.

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. **Administração estratégica:** planejamento e implantação de estratégias. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce W.; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia:** um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

HOLANDA, LMC; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Estratégia competitiva e posicionamento estratégico: Um estudo exploratório no setor de confecções em Campina Grande-PB.

Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, v. 3, 2006. Disponível em http://professores.aedb.br/seget/artigos06/814_Estrategia%20Competitiva%20e%20Posicionamento%20Estrategico.pdf.

MAINARDES, Emerson Wagner; FERREIRA, João; RAPOSO, Mário. Conceitos de estratégia e gestão estratégica: qual é o nível de conhecimento adquirido pelos estudantes de gestão? **FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão**, v. 14, n. 3, 2011. Disponível em

<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/facefpesquisa/article/view/296/284>

PONTES, Andréa Simone Machiavelli. Análise do tema gestão estratégica nas pequenas empresas prestadoras de serviços: uma revisão bibliográfica. *Navus - Revista de Gestão e Tecnologia*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 26-32, sep. 2012. ISSN 2237-4558. Disponível em: <<http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/28>>. Acesso em: 03 aug. 2017. doi:<https://doi.org/10.22279/navus.2012.v2n2.p17-25.28>.

ROYER, Rogério. As Estratégias Competitivas Genéricas de Porter e o Novo Paradigma da Customização em Massa. **XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção-FURG. São Carlos, SP, Brasil**, p. 4-5, 2010. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2010_TN_STP_119_775_15122.pdf

TODARO, Mauro E. Carozzo; OLIVEIRA, Kellen Kali de. A concepção de estratégias em empresas empreendedoras. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 123-137, jun. 2008. ISSN 1984-3372. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/article/view/35>>. Acesso em: 03 ago. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.19177/reen.v1e12008123-137>.

Disciplina: METODOLOGIA DE PESQUISA II

Carga Horária: 30

Período: 6º

Ementa: Planejamento da pesquisa. Metodologias aplicadas à pesquisa. Estruturação do projeto. Relatórios Técnicos.

Bibliografia Básica:(Mínimode03)

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. MEDEIROS, João Bosco. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência:** filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

GUERRA, Martha de Oliveira; CASTRO, Nancy Campi de. **Como fazer um projeto de pesquisa**. 5. ed. rev. e atual. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2002.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; CALLADO FERNANDEZ, Carlos; PILAR BAPTISTA, Maria Lucio del. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p. ISBN 9788565848282 (broch.)

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para apresentação de referências** - NBR 6023: documento impresso e/ou digital. Vitória: Ifes, 2015. 75 p. Disponível em: <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/00000F/00000F66.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos**: documento impresso e/ou digital. 7. ed. rev. e ampl. Vitória: Ifes, 2014. 84 p. Disponível em <http://propemm.vi.ifes.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Caderno-WEB-Normas-2014-7a-Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007. 225 p. ISBN 9788522448784 (broch.).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p. ISBN 9788524913112 (broch.)

Disciplina: DESENVOLVIMENTO E MUDANÇAS NO ESTADO BRASILEIRO

Carga Horária: 30

Período: 6º

Ementa: Da República Velha até o fim do Regime Militar; Da Nova República até os dias atuais.

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. Brasil, A Trajetória de um País Forte. São Paulo: Trevisan, 2009.

CALABREZ, Felipe. **Introdução à economia política**: o percurso histórico de uma ciência social. São Paulo: Editora Intersaberes, 2020 disponível em

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/178120>

CARDOSO JUNIOR, Jose Celso. Para a reconstrução do desenvolvimento no Brasil: eixos estratégicos e diretrizes de política. São Paulo: [Hucitec Editora](#), 2011.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Da “era vargas” à FHC: transições políticase reformas administrativas.

Revista de Ciências Sociais, v.36 n. 1/2 2005 p. 33-51. Disponível em:

http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v36n12/rcs_v36n12a3.pdfAcesso em 14 jun 2017.

BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; Bragança Paulista(SP)/ Ed. Universidade de São Francisco, 2001.

202p. Ebook gratuito em: bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6702>. Acesso em 14 jun 2017.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CEPÊDA Vera Alves; MEDEIROS. Tiago Batista. “O DASP e a formação de um pensamento político-administrativo na década de 1930 no Brasil”. **Temas de**

Administração Pública, Departamento de Administração Pública, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, v. 9, n. 1 (2014), ISSN 1982-4637. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6961>. Acesso em 14 jun 2017.

COSTA, Frederico Lustosa da; COSTA, Elza Marinho Lustosa da. Nova história da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 50(2):215-236, mar./abr. 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/60843>. Acesso em 14 jun 2017.

COSTA, Frederico Lustosa da. “Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 42(5):829-74, set/out 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. 192p. Ebook gratuito em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1224.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/ Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 212p. Ebook gratuito em: cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/108.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, 27 de julho a 01 de agosto de 2003. Disponível em: <https://anais.anpuh.org/?p=17747>. Acesso em 14 jun 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Getúlio Vargas: uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 16f. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1592.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6833/1593.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14 jun 2017.

O PROJETO de Vargas revisto 50 anos depois. **Jornal da Unicamp**, Universidade Estadual de Campinas, 11 a 17 de outubro de 2004. Disponível em: www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju269pag07.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. A Burocracia no Brasil: as bases da administração pública nacional em perspectiva histórica (1920-1945). **História** [online]. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2009, vol.28, n.2, pp.775-796. ISSN 1980-4369. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742009000200027>. Acesso em 14 jun 2017.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345p. Ebook gratuito em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/142.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

PINHEIRO JUNIOR, Fernando Antônio França Sette. **A evolução das políticas sociais no Brasil: o período de 1930 a 2010**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecn-mineira/2014/site/>

[arquivos/a-evolucao-das-politicas-sociais-no-brasil.pdf&gws_rd=cr&ei=0B5BWdrslszNmwG--q_ADg](#). Acesso em 14 jun 2017.

Disciplina: SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO

Carga Horária: 30

Período: 6º

Ementa: Processo Decisório. Abordagens decisórias. Definição de um sistema de apoio a decisão. Características do processo de tomada de decisão. Características de um sistema de apoio a decisão. Modelo conceitual de um sistema de apoio a decisão. Teorias, metodologias, técnicas e ferramentas aplicáveis à análise de decisões

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 9. Ed. São Paulo: Editora Pearson, 2011 dispon[ível em <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2619>

PACHECO, Marco Aurelio Cavalcanti; VELLASCO, Marley Maria B. Rebuzzi. **Sistemas inteligentes de apoio a decisão: análise econômica de projetos de desenvolvimento de campos de petróleo sob incerteza**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Interciência, 2007.

YU, Abraham Sin Oih (Coord.). **Tomada de decisão nas organizações: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

FALBO, R. A. ; MACHADO, B. N. ; CARVALHO, V. A. . Uma Infra-estrutura para Apoiar a Elaboração Colaborativa de Artefatos de Software. In: **V Simpósio Brasileiro de Sistemas Colaborativos**, Vila Velha, ES, Brasil, 2008. Disponível em: <<http://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?arnumber=4700794>>. Acessado em: 01/08/2017.

FONSECA, Maria Helena; GURA, Andréia; BITTENCOURT, Juliana Vitória Messias. Tomada de Decisão nas Organizações: a utilização do sistema de apoio à decisão – SAD. Anais...**VI Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção**. Ponta Grossa, PR, Brasil, 30 de novembro a 02 de dezembro de 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/2162908/Downloads/01474253336.pdf>>. Acessado em: 01/08/2017.

QUINTELLA, Rogério Hermida; SOARES JÚNIOR, Jair Sampaio. Sistemas de Apoio a decisão e Descobertas de Conhecimento em Bases de Dados: Uma Aplicação Potencial em Políticas Públicas. **Revista O&S**, set/dez de 2003. Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v10n28/06.pdf>>. Acessado em: 01/08/2017

PEROTTONI, Rodrigo; Oliveira, Mirian; LUCIANO, Edimara M.; FREITAS, Henrique. Sistemas de Informações: Um Estudo Comparativo das Características Tradicionais as Atuais. **READ**, Edição 21, Vol. 7 No. 3, Mai - Jun de 2001. Disponível em: <

http://gianti.ea.ufrgs.br/files/artigos/2001/2001_102_ReAd.pdf>. Acessado em: 01/08/2017

PORTO, Maria Alice Guedes; BANDEIRA, Anselmo Alves. O Processo Decisório nas Organizações. **XIII SIMPEP** - Bauru, SP, Brasil, 6 a 8 de Novembro de 2006. Disponível em: <http://www.FERREIRA.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/980.pdf>. Acessado em: 01/08/2017

Disciplina: LOGÍSTICA EMPRESARIAL

Carga Horária: 60

Período: 7º

Ementa: Entendendo a Cadeia de Abastecimento Integrada. Cadeia de Abastecimento x Estratégias de Negócio. Processo da Cadeia de Abastecimento. Infra-Estrutura de Transporte x Cadeia de Abastecimento. Cadeia de Abastecimento: Estoques

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

ALVARENGA, Antônio Carlos; NOVAES, Antônio Galvão N. **Logística aplicada:** suprimento e distribuição física. Edgard Blucher: São Paulo, 2000.

BALOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/ logística empresarial. São Paulo: Bookman Companhia Ed., 2006.

BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento.** São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia Complementar (mínimo de 05)

CHAVES, Gisele de Lorena Diniz; BATALHA, Mário Otávio. Os consumidores valorizam a coleta de embalagens recicláveis? Um estudo de caso da logística reversa em uma rede de hipermercados. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 423-434, 2006. Disponível em <http://limpezapublica.com.br/textos/05.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

HASEGAWA, J. K. et al. Planejamento logístico de rotas para sistema de navegação apoiado por GPS. In: **COBRAC–Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. Florianópolis–SC.** 2000. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Galera_Monico/publication/228853313_Planejamento_logistico_de_rotas_para_sistema_de_navegacao_apoiado_por_GPS/links/00b7d5195245cc7b1e000000/Planejamento-logistico-de-rotas-para-sistema-de-navegacao-apoiado-por-GPS.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

LUNA, Mônica Maria Mendes, et all. Planejamento de logística e transporte no Brasil: uma análise dos planos nacional e estaduais. 2011. **XXV Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes**, 2011. Belo Horizonte – MG. Disponível em <http://nures.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/10/PLANEJAMENTO-DE-LOG%C3%8DSTICA-E-TRANSPORTE-NO-BRASIL-UMA-AN%C3%81LISE.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

ROBLES, Léo Tadeu. **A prestação de serviços de logística integrada na indústria**

automobilística no Brasil: em busca de alianças logísticas estratégicas. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-30012004-115341/pt-br.php>. Acesso em 14 jun 2017.

SHIBAO, Fábio Ytoshi; MOORI, Roberto Giro; SANTOS, Mario Roberto dos. A logística reversa e a sustentabilidade empresarial. **Seminários em administração**, v. 13, 2010. Disponível em http://web-resol.org/textos/a_logistica_reversa_e_a_sustentabilidade_empresaial.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

Disciplina: GESTÃO DO CONHECIMENTO

Carga Horária: 45

Período: 7º

Ementa: Introdução à Gestão do Conhecimento. Desenvolvimento da Gestão do Conhecimento Organizacional. Modelos e uso da informação.

Bibliográfica básica: (Mínimode03)

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. **Gestão do Conhecimento em Organizações:** proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial:** como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

FLEURY, Maria Tereza; OLIVEIRA JR, M. M. **Gestão Estratégica do Conhecimento:** integrando aprendizado, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2008

NONAKA, Ikujiro. TAKEUCHI, Hirotaka. **Gestão do conhecimento.** São Paulo: Bookman Companhia Editora, 2008

Bibliográfica complementar: (Mínimode05)

BRITO, R. P. de.; BRITO, L. A. L. Vantagem Competitiva, Criação de valor e seus efeitos sobre o Desempenho. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 1, jan-fev, p.70-84, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902012000100006>

CHERMAN, Andrea. ROCHA-PINTO, Sandra Regina. Valoração do conhecimento: significação e identidade na ação organizacional. **Revista de Administração de Empresa – RAE.** V. 53. n 2. Mar/abr 2013. 142-155. ISSN 0034-7590. Disponível em http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_0034_7590201300200003_0.pdf

CAMPOS, Vicente Falconi. **O valor dos recursos humanos na era do conhecimento.** 7. ed. Nova Lima: INDG, 2004.

COSTA, Alyne Ferreira. OLIVEIRA, Denis Renato de. Adaptação da ferramenta balanced scorecard à gestão pública municipal: o caso da prefeitura de Lavras-MG. Gestores de Tecnologia da Informação na Região Metropolitana de Fortaleza – CE. **XVIII SemeAd – Seminários de Administração.** Novembro de 2015. ISSN 2177-3866. Disponível em

<http://sistema.semead.com.br/18semead/resultado/trabalhosPDF/1223.pdf>.

FARIAS, Rafael Araújo Sousa. PETRI, Sérgio Murilo. Desenvolvimento do Balanced Scorecard em uma Empresa Prestadora de Serviços de Consultoria Tributária. **XVIII SemeAd – Seminários de Administração**. Novembro de 2015. ISSN 2177-3866. Disponível em <http://sistema.semead.com.br/18semead/resultado/trabalhosPDF/255.pdf>.

GOMES, Giancarlo. WOJAHN, Rafele Matte. Aprendizagem organizacional, inovação e desempenho: estudo em pequenas e médias empresas (PMEs). **XVIII SemeAd – Seminários de Administração**. Novembro de 2015. ISSN 2177-3866. Disponível em <http://sistema.semead.com.br/18semead/resultado/trabalhosPDF/642.pdf>.

HÖRBE, Tatiane de Andrade Neves. MOURA, Gilnei Luiz de. MACHADO, Emanuely Comoretto. VARGAS, Katiúscia Schiemer. Estudo da capacidade dinâmica sob a lente do aprendizado organizacional: o caso de uma empresa ganhadora do prêmio nacional da qualidade. **XIX SemeAd – Seminários de Administração**. Novembro de 2016. ISSN 2177-3866. Disponível em <http://login.semead.com.br/19semead/anais/arquivos/1086.pdf>.

MIRANDA DA SILVA, Heide. Gestão do conhecimento e inteligência competitiva em organizações: uma abordagem conceitual. **Revista de Iniciação Científica da FFC**. v. 7, n. 1 (2007). Disponível em <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/issue/view/25>.

PEREIRA, Julio Cesar. LIMA, Tereza Cristina Batista de. PAIVA, Luis Eduardo Brandão. LIMA, Marcos Antonio Martins. Aprendizagem Empreendedora: Estudo com Gestores de Tecnologia da Informação na Região Metropolitana de Fortaleza – CE. **XVIII SemeAd – Seminários de Administração**. Novembro de 2015. ISSN 2177-3866. Disponível em <http://sistema.semead.com.br/18semead/resultado/trabalhosPDF/833.pdf>

RICHE, Georges Ayoub e ALTO, Ricardo Monte. As organizações que aprendem, segundo Peter Senge: “a quinta disciplina”. **Cadernos Discentes COPPEAD**. Rio de Janeiro. N 9. P. 36-55, 2001. Disponível em <http://www.mettodo.com.br/pdf/Organizacoes%20de%20Aprendizagem.pdf>.

SANTORO, Sergio. BIDO, Diógenes de Souza. Estratégias de aprendizagem utilizadas por gerentes no desenvolvimento de suas competências em instituições financeiras pública e privada. **XIX SemeAd – Seminários de Administração**. Novembro de 2016. ISSN 2177-3866. Disponível em <http://login.semead.com.br/19semead/arquivos/751.pdf>.

WOJAHN, Rafele Matte. GOMES, Giancarlo. Orientação empreendedora, capacidade de aprendizagem organizacional, inovação e desempenho: estudo em empresas da indústria moveleira. **XIX SemeAd – Seminários de Administração**. Novembro de 2016. ISSN 2177-3866. Disponível em <http://login.semead.com.br/19semead/anais/arquivos/782.pdf>.

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Carga Horária: 45

Período: 7º

Ementa: Conceito de meio ambiente. Princípios Fundamentais do Direito do Ambiente. A

Constituição Federal e o Meio Ambiente. A Política Nacional de Meio Ambiente. O Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradadoras do Meio Ambiente. Responsabilidade Civil e Criminal decorrentes de Dano Ambiental. A Lei de Crimes Ambientais. O Código Florestal..

Bibliográfica básica:(Mínimode03)

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

RODRIGUES, Marcelo Abelha; LENZA, Pedro. **Direito ambiental esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEDAUAR, Odete. **Coletânea de legislação ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015

Bibliográfica complementar: (Mínimode05)

ALVES, Paulo Roberto. Desenvolvimento, ambiente e os impasses no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 91, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000200703&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

JACOBI, Pedro Roberto; GIATTI, Leandro Luiz. Dilemas ambientais e fronteiras do conhecimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 7-9, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

MARTINS, Paulo Sérgio; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo; NAGANO, Marcelo Seido. Fatores contingenciais da gestão ambiental em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 156-179, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712016000200156&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

PASSOS, Flora Lopes; COELHO, Polyana; DIAS, Adelaide. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 269-297, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962017000100269&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 271-283, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100271&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

SILVA, Júlio César Borges; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves; AMORIM, Marisa Fasura. Análise comparativa de modelos e práticas de gestão ambiental em pequenas e médias empresas do setor da construção civil a partir de estudos teóricos. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 151-164, mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000100151&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

Disciplina: POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga Horária: 60

Período: 7º

Ementa: Conceitos básicos de políticas públicas. Políticas públicas: estruturas e processos. Estruturação de problemas. Processos de tomada de decisões políticas. Ciclo de política: formulação, implementação e avaliação de políticas. Abordagens recentes e reflexão sobre atores nas políticas.

Bibliográfica básica: (Mínimode03)

DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. **Políticas públicas:** princípios, propósitos e processo. São Paulo: Atlas, 2012.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

HOCHMAN, G. ARRETCHE M. e MARQUES E. (org.) **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014

Bibliográfica complementar: (Mínimode05)

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas e direito administrativo. **Revista de informação legislativa**, v. 34, n. 133, p. 89-98, jan./mar. 1997 | Revista Trimestral de Direito Público, n. 13, p. 134-144, 1996. Disponível: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198/r13310.PDF?sequence=4>. Acessado em: 12 de julho de 2017.

RESENDE, Grazielle Andrade; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Democratização de políticas sociais no Brasil: venturas e desventuras das organizações da sociedade civil. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 177-192, abr. 2014. ISSN 1984-7289. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/10689/10968>>. Acesso em: 12 jul. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.10689>.

RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. Disponível

em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36102140/Apostila_GP_-_Politicass_Publicas.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1499893414&Signature=z18nTMIjV6%2BuumZmuXvnzkkU8kc%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DPOLITICAS_PUBLICAS.pdf>. Acessado em: 12 de julho de 2017.

SANTOS, Hermílio. Perspectivas contemporâneas para a constituição de redes de políticas públicas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 59-68, dez. 2006. ISSN 1984-7289. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/34/1606>>. Acesso em: 12 jul. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2005.1.34>.

SANTOS, Hermílio. Perspectivas contemporâneas para a constituição de redes de políticas públicas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 59-68, dez. 2006. ISSN 1984-7289. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/34/1606>>. Acesso em: 12 jul. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2005.1.34>.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>

Disciplina: TEORIA DOS JOGOS
Carga Horária: 30
Período: 7º
Ementa: Natureza e limites da teoria dos jogos. Modelando um jogo. Analisando um jogo simultâneo de informação completa. Algumas aplicações importantes do conceito do equilíbrio de Nash. Analisando jogos sequenciais. Analisando jogos repetidos. Apresentando jogos de informação incompleta
<p>Bibliografia Básica: (Mínimode03)</p> <p>ALVES, Paulo Vicente. Jogos e simulações de empresas. São Paulo: Alta Books, 2015.</p> <p>FIANI, Ronaldo. Teoria dos jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.</p> <p>GRAMIGNA, M. R. M. Jogos de empresas e técnicas vivenciais. São Paulo: Makron Books, 2007</p>
<p>Bibliográfica complementar: (Mínimode05)</p> <p>ABBADE, Eduardo. Aplicação da teoria dos jogos na análise de alianças estratégicas. GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas – Ano 5, nº 3, Jul-Set/2010, p. 131-147. Disponível em http://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/download/378/319. Acesso em 19 jun 2017.</p> <p>ENEGUIN, Fernando B. BUGARIN, Maurício S..A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos. Econ. Apl. [online]. 2008, vol.12, n.3, pp.341-363. ISSN 1413-8050. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000300001. Acesso em 19 jun 2017.</p> <p>HEIN, Nelson; OLIVEIRA, Rafaela Cristina de; LUNARDELLI, Paulo Afonso. Sobre o uso da teoria dos jogos na tomada de decisões estratégicas. XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção - Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2003_tr0605_1538.pdf</p> <p>VEIGA, Cristiano Henrique Antonelli da et al. Atividade didática em comércio exterior: uma abordagem entre custo e sustentabilidade. Administração: Ensino e Pesquisa, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 179-207, mar. 2015. ISSN 2358-0917. doi:http://dx.doi.org/10.13058/raep.2015.v16n1.212. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/212>. Acesso em: 20 jun. 2017.</p> <p>VITORINO FILHO, Valdir Antonio; SACOMANO NETO, Mário; ELIAS, Jorge José. Teoria dos Jogos: uma abordagem exploratória. Revista Conteúdo, Capivari, v. 1, n. 2, p. 112-129, 2009. Disponível em http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/view/24</p>

Disciplina: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC I

Carga Horária: 60

Período: 7º

Ementa: Referencial teórico. Produção escrita. Técnicas metodológicas. Instrumentos de pesquisa empírica. Relatórios Técnicos.

Bibliografia Básica: (Mínimode03)

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; MEDEIROS, João Bosco. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar:(Mínimode05)

CUNHA, Renata Cristina Oliveira Barrichelo. Práticas de pesquisa na escola básica: discutindo alguns encaminhamentos metodológicos. **EDUCAÇÃO: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106 Disponível em

<<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/6868/6230>> Acesso em 22 jun 2017

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**(Ribeirão Preto) [online]. 2002, vol.12, n.24, pp.149-161. ISSN 0103-863X. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2002000300004> Acesso em 22 jun 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para apresentação de referências** - NBR 6023: documento impresso e/ou digital. Vitória: Ifes, 2015. 75 p. Disponível em: <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/00000F/00000F66.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos**: documento impresso e/ou digital. 7. ed. rev. e ampl. Vitória: Ifes, 2014. 84 p. Disponível em <http://propem.vi.ifes.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Caderno-WEB-Normas-2014-7a-Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.** [online]. 2004, vol.30, n.2, pp.289-300. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007> Acesso em 22 jun 2017.

TREINTA, Fernanda Tavares; FARIAS FILHO, José Rodrigues; SANT'ANNA, Annibal Parracho and RABELO, Lúcia Mathias. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Prod. [online]**. 2014, vol.24, n.3, pp.508-520. Epub Oct 01, 2013. ISSN 0103-6513. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132013005000078> Acesso em 22 jun 2017.

VICENTE, Paulo. O uso de simulação como metodologia de pesquisa em ciências sociais. **Cad.**

EBAPE.BR [online]. 2005, vol.3, n.1, pp.01-09. ISSN 1679-3951. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512005000100008>> Acesso em 22 jun 2017.

Disciplina: GESTÃO DE SERVIÇOS

Carga Horária: 60

Período: 8º

Ementa: Introdução à gestão de serviços; Planejamento aplicado a gestão de serviços; Estratégias de relacionamento com clientes; Gestão da qualidade; Organização do trabalho na prestação de serviços; Marketing em serviços

Bibliográfica básica: (Mínimode03)

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. **Administração de serviços**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

HOFFMAN, K. D.; BATESON, J. E. G. **Princípios de marketing de serviços**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2016.

JOHNSTON, R.; CLARK, G. **Administração de operações de serviços**. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliográfica complementar:(Mínimode05)

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma gerencial e legitimação do estado social. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 147-156, Feb. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000100147&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612166376>.

CALLEGARO, Ana Rita Catelan. BRASIL, Vinícius Sittoni. A gestão da experiência do cliente no varejo. **REBRAE. Revista Brasileira de Estratégia**. V. 5, n. 2, 207-220, ISSN: 1983-8484. Disponível em http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10343/2/A_Gestao_da_Experiencia_do_Cliente_no_Varejo.pdf Acesso em 10 ago. 2017.

CASTRO, Francisco Gómez; FIGUEIREDO, Luiz Fernando. A economia criativa como proposta de valor nos modelos de negócio.. **Navus - Revista de Gestão e Tecnologia**, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 111-122, July 2016. ISSN 2237-4558. Disponível em: <<http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/111>>. Acesso em: 10 aug. 2017. doi:<https://doi.org/10.22279/navus.2016.v6n3.p111-122.405>.

MEURER, Aline Mara; ANTONI, Verner Luis; MEDEIROS, Janine Fleith de. A influência dos serviços ao cliente no marketing de relacionamento: um estudo no varejo de autosserviço. **Revista de Gestão Organizacional**. v. 8, N.1, 2015. Jan/abr. ISSN: 1983-6635. Disponível em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/1808/1869>. Acesso em 10 ago. 2017.

VIANA, Ana Paula Severo; BOCHI, César Gioda; SCHEIBLER, Bruno de Almeida.

Implementação de sistemas de gestão da qualidade no ramo de serviços: um estudo de caso em um centro de serviços compartilhados. **JOURNAL OF LEAN SYSTEMS**, 2016, Vol. 1, Nº 4, pp. 39-52. ISSN: 2448-0266. Disponível em http://nexus.ufsc.br/index.php/lean/article/view/1238/pdf_25. Acesso em 10 ago. 2017

Disciplina: COMÉRCIO ELETRÔNICO

Carga Horária: 60

Período: 8º

Ementa: Modelos de Comércio Eletrônico; Comércio Eletrônico e o Ambiente Empresarial; Aspectos de Comércio Eletrônico; Linguagens e Ambientes apropriados; Estrutura de Análise de Comércio Eletrônico; Situação Atual e Tendências

Bibliográfica básica: (Mínimode03)

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Comércio eletrônico:** modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação. São Paulo: Atlas, 2010.

FRANCO JUNIOR, Carlos F. **E-business:** internet, tecnologia, e sistemas de informação na administração de empresas. São Paulo: Atlas, 2006.

TURBAN, Efraim; KING, David. **Comércio eletrônico - estratégia e gestão.** São Paulo: Pearson Brasil, 2004.

Bibliográfica complementar: (Mínimode05)

CAPELLI, Andressa Lacerda. STURM, Alexandre. SOARES, Fabiano Dias. ROSA, Fábio Steffen Gonçalves da. PAIVA, Luciano Pintos. CORDEIRO, Valéria França. Comércio Eletrônico: um estudo de caso das lojas Renner. **Revista de Iniciação Científica – RIC**, Cairu/BA. Jun. 2015, Vol 02, nº 02, p. 67-74, ISSN 2258-1166 Disponível em: <http://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/05_COMERCIO_ELETRONICO.pdf>. Acessado em 29/07/2017.

DINIZ, Leticia Lelis. SOUZA, Lívia Garcia Alves de. CONCEIÇÃO, Luan Rodrigues da. FAUSTINI, Marcelo Rangel. O Comércio Eletrônico como ferramenta estratégica de vendas para empresa. **Anais...III Encontro Científico E Simpósio de Educação Unisalesiano, Lins, SP, 17 – 21 de outubro de 2011.** Disponível em <>. Acessado em: Acessado em 29/07/2017.

FELIPINI, Dailton. Material distribuído gratuitamente. **Modelo ABCCommerce de Plano de Negócios.** Blue Editora e Livraria Ltda., São Paulo, ISBN: 978-85-66833-97-6. Distribuído gratuitamente por LeBooks Editora. São Paulo, versão outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.procon.sp.gov.br/pdf/GuiadeComercioEletronico.pdf>>. Acessado em 29/7/2017.

FELIPINI, Dailton. **Empreendedorismo na internet:** como agarrar esta nova oportunidade de negócios? Blue Editora e Livraria Ltda, São Paulo, ISBN: 978-85-66833-67-6. Distribuído gratuitamente por LeBooks. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Empreendedorismo_na_Internet.html?>

id=kRG3CwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acessado em 29/07/2017.

GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETÁRIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA. FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – ProCon/SP. **Guia Comércio Eletrônico**. Disponível em:

<<http://www.procon.sp.gov.br/pdf/GuiadeComercioEletronico.pdf>>. Acessado em: 29/7/2017.

MELLO, Adriano de. E-Business e E-Commerce. **Revista Científica do Unisalesiano**– Lins – SP, ano 2, n.3, jan/jun de 2011. Disponível em:<<http://www.salesianolins.br/universitaria/artigos/no3/artigo5.pdf>>. Acessado em 29/07/2017.

NUERNBERG, Júlio César. O futuro do comércio eletrônico. **Revista Olhar Científico** – Faculdades Associadas de Ariquemes – V. 01, n.2, Ago./Dez. 2010. Disponível em:<<http://www.olharcientifico.kinghost.net/index.php/olhar/article/view/54/38>>. Acessado em 29/07/2017.

Disciplina: ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

Carga Horária: 60

Período: 8º

Ementa: O projeto no processo de planejamento da firma; A estrutura e as etapas de um projeto; A análise de mercado; Localização; Determinação da escala do projeto; Financiamentos para o projeto; Os quadros financeiros do projeto; Critérios quantitativos de análise econômica de projetos; Avaliação de projetos públicos

Bibliográfica básica: (Mínimode03)

HELDMAN, Kim. **Gerência de projetos:** Guia para o Exame Oficial do PMI. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração de projetos:** como transformar idéias em resultados. São Paulo: Atlas, 2014.

VALERIANO, D. L. **Gerência em projetos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia.** São Paulo: Makron Books , 1998

Bibliográfica complementar: (Mínimode05)

BARROS, T. S. Análise de Viabilidade Econômica dos Estádios da Copa do Mundo FIFA 2014 . **Revista Gestão Organizacional**, v. 9, n. 1, p. 43-65, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/42414/analise-de-viabilidade-economica-dos-estadios-da-copa-do-mundo-fifa-2014->>>. Acessado em: 08/08/2017.

LOPES REGO, Marcos. IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. Gerenciamento de projetos: existe produção científica brasileira? **Anais...XXXV Encontro do ANPAD**, Rio de Janeiro/RJ, 4 a 7 de

setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR2508.pdf>>. Acessado em: 08/08/2017.

MOREIRA PINTO, Marcos. OLINQUEVITCH, JOSÉ LEÔNIDAS. THEODORO, Aldecir Jose. Morozini, João Francisco. GUTH. Sérgio Cavagnoli. FASSINA, Paulo Henrique. Análise de Viabilidade Econômica De Projetos De Investimento: Métodos utilizados em Empresas Fabricantes De Balas Do Estado Do Rio Grande do Sul. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Custos** – Belo Horizonte - MG, Brasil, 30 de outubro a 01 de novembro de 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/2162908/Downloads/1812-1812-1-PB.pdf>. Acessado em: 08/08/2017.

NARDELLI, Paula Moreira; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Análise de um projeto agroindustrial utilizando a Teoria de Opções Reais: a opção de adiamento. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 49, n. 4, p. 941-966, dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000400006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032011000400006>.

RIBEIRO, C. A. B.; PECH, G. Fatores contribuintes decisivos para maturidade em gerenciamento de projetos segundo um núcleo de especialistas: uma perspectiva pela análise de conteúdo. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 16, n. 3, p. 138-167, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/43534/fatores-contribuintes-decisivos-para-maturidade-em-gerenciamento-de-projetos-segundo-um-nucleo-de-especialistas--uma-perspectiva-pela-analise-de-conteudo/i/pt-br>>. Acessado em: 08/08/2017.

SONTAG, A. G.; CRUZ, I. K. H.; CRUZ, F. P. B.; BERTOLINI, G. R. F. Análise de viabilidade econômica para sistemas de tratamento de resíduos sólidos urbanos no município de Marechal Cândido Rondon – PR. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 1-13, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/39489/analise-de-viabilidade-economica-para-sistemas-de-tratamento-de-residuos-solidos-urbanos-no-municipio-de-marechal-candido-rondon---pr>>. Acessado em: 08/08/2017.

VILELA, J.; SILVA, M. A. V. R.; QUINTAIROS, P. Análise integrada de viabilidade econômica de projetos aplicada à substituição de uma máquina. **Gestão e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 1-22, 2007. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10280/analise-integrada-de-viabilidade-economica-de-projetos-aplicada-a-substituicao-de-uma-maquina>>. Acessado em: 08/08/2017.

Disciplina: GESTÃO AMBIENTAL

Carga Horária: 45

Período: 8º

Ementa: Política e Gestão Ambiental. Instrumentos de Gestão. Gestão ambiental no município. Gestão ambiental na empresa. Sistemas de gestão ambiental na empresa. Série ISO. Auditoria ambiental. Noções de Perícia Ambiental

Bibliográfica básica: (Mínimode03)

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental** – Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental. São Paulo: Atlas, 2014.

PHILLIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMERO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri: Manole, 2014.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001** sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliográfica complementar: (Mínimode05)

ALMEIDA, Clarissa Lima; NUNES, Ana Bárbara de Araújo. Proposta de indicadores para avaliação de desempenho dos Sistemas de Gestão Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho de Empresas do ramo de engenharia consultiva. **Gest. Prod.**, São Carlos , v. 21, n. 4, p. 810-820, Dec. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2014000400011&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017. Epub Nov 07, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X649>.

AMARAL, Alexandre Cintra do et al . Criando valor para o acionista através da certificação ISO 14000: Um estudo múltiplo de casos. **Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Lisboa , v. 10, n. 1-2, p. 37-47, jan. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642011000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 ago. 2017.

BANKUTI, Sandra Mara Schiavi and BANKUTI, Ferenc Istvan. Gestão ambiental e estratégia empresarial: um estudo em uma empresa de cosméticos no Brasil. **Gest. Prod.** [online]. 2014, vol.21, n.1, pp.171-184. ISSN 0104-530X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2014000100012>.

CAETANO, Miraya Dutra Degli Esposti; DEPIZZOL, Daniela Bertolini; REIS, Adriana de Oliveira Pereira dos. Análise do gerenciamento de resíduos sólidos e proposição de melhorias: estudo de caso em uma marcenaria de Cariacica, ES. **Gest. Prod.**, São Carlos , v. 24, n. 2, p. 382-394, June 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2017000200382&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017. Epub Feb 23, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-530x1413-16>.

DUARTE, Carla Grigoletto; FERREIRA, Victoria Helena; SANCHEZ, Luis Enrique. Analisando audiências públicas no licenciamento ambiental: quem são e o que dizem os participantes sobre projetos de usinas de cana-de-açúcar. **Saude soc.**, São Paulo , v. 25, n. 4, p. 1075-1094, Dec. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000401075&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902016151668>.

GUILHERME, Jerónimo Taundi et al . Gestão e diagnóstico ambiental: Um estudo de caso em um porto de Santa Catarina, Brasil. **RGCI**, Lisboa , v. 13, n. 3, p. 353-363, set. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-88722013000300008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.5894/rgci414>.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopes de Sousa. Evidências da relação entre a evolução da gestão ambiental e a adoção de práticas de green supply chain management no setor eletroeletrônico brasileiro. **Rev. Adm. (São Paulo)**, São Paulo , v. 49, n. 3, p. 606-616, Sept.

2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072014000300013&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017.

<http://dx.doi.org/10.5700/rausp1171>.

MARTINS, Paulo Sérgio; ESCRIVAO FILHO, Edmundo; NAGANO, Marcelo Seido. Gestão ambiental e estratégia empresarial em pequenas e médias empresas: um estudo comparativo de casos. **Eng. Sanit. Ambient.**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 2, p. 225-234, June 2015 .

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522015000200225&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-41522015020000115365>.

MORAES, Luís Carlos. LICENCIAMENTO AMBIENTAL: DO PROGRAMÁTICO AO PRAGMÁTICO. **Soc. nat.**, Uberlândia , v. 28, n. 2, p. 215-226, Aug. 2016 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132016000200215&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320160203>.

SANCHEZ, Luis Enrique. Por que não avança a avaliação ambiental estratégica no Brasil?. **Estud. av.**, São Paulo , v. 31, n. 89, p. 167-183, Apr. 2017 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100167&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890015>.

SALGADO, Camila Cristina Rodrigues; COLOMBO, Ciliania Regina. Sistema de gestão ambiental no Verdegreen Hotel – João Pessoa/PB: um estudo de caso sob a perspectiva da resource-based view. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo , v. 16, n. 5, p. 195-225, Oct. 2015 .

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712015000500195&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n5p195-225>.

VILELA, J.; SILVA, M. A. V. R.; QUINTAIROS, P. Análise integrada de viabilidade econômica de projetos aplicada à substituição de uma máquina. **Gestão e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 1-22, 2007. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10280/analise-integrada-de-viabilidade-economica-de-projetos-aplicada-a-substituicao-de-uma-maquina>>. Acessado em: 08/08/2017

Disciplina: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC II

Carga Horária: 60

Período: 8º

Ementa: Elaboração e Defesa do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) - Trabalho escrito.

Bibliográfica básica: (Mínimode03)

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. MEDEIROS, João Bosco. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência:** filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. rev. e

ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2016.

Bibliográfica complementar: (Mínimode05)

CUNHA, Renata Cristina Oliveira Barrichelo. Práticas de pesquisa na escola básica: discutindo alguns encaminhamentos metodológicos. **EDUCAÇÃO:** Teoria e Prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106 Disponível em

<<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/6868/6230>> Acesso em 22 jun 2017

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**(Ribeirão Preto) [online]. 2002, vol.12, n.24, pp.149-161. ISSN 0103-863X. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2002000300004> Acesso em 22 jun 2017.

Instituto Federal do Espírito Santo. Normas para apresentação de referências – NBR 6023: documento impresso e/ou digital. Vitória: Ifes, 2015. Disponível em <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/00000D/00000D65.pdf>> Acesso em 22 jun 2017.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.** [online]. 2004, vol.30, n.2, pp.289-300. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007> Acesso em 22 jun 2017.

TREINTA, Fernanda Tavares; FARIAS FILHO, José Rodrigues; SANT'ANNA, Annibal Parracho and RABELO, Lúcia Mathias. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Prod. [online]**. 2014, vol.24, n.3, pp.508-520. Epub Oct 01, 2013. ISSN 0103-6513. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132013005000078> Acesso em 22 jun 2017.

VICENTE, Paulo. O uso de simulação como metodologia de pesquisa em ciências sociais. **Cad. EBAPE.BR** [online]. 2005, vol.3, n.1, pp.01-09. ISSN 1679-3951. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512005000100008>> Acesso em 22 jun 2017

Disciplina: O ESTADO E OS PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS

Carga Horária: 30

Período: OPTATIVA

Ementa: Dimensões conceituais e históricas do estudo dos problemas e políticas sociais; Políticas sociais do estado brasileiro.

Bibliográfica básica: (Mínimode03)

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. São Paulo: Campus, 2000.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil. Afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Bibliográfica complementar: (Mínimode05)

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) / editor: Guilherme Mendes Resende. - Brasília : Ipea, 2017. v. 3 (411 p.) : il., gráfs., mapas color. Inclui Bibliografia ISBN: 978-85-7811-293-6.>. Access on 14 Aug. 2017. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29421.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desenvolvimento Humano para Além das Mídias: 2017. – Brasília: PNUD : IPEA : FJP, 2017. 127 p. : il., gráfs. color. ISBN: 978-85-88201-45-3. Accesse on 14 Aug. 2017. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/desenvolvimento-alem-das-medias.pdf>.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Perspectivas da política social no Brasil / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília : Ipea, 2010. 452 p. : gráfs., mapas, tabs. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro ; Proteção Social, Garantia de Direitos e Geração de Oportunidades ; Livro 8). ISBN 978-85-7811-063-5. Accesse on 14 Aug. 2017. Disponível em http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_perspectivasdapolitica.pdf

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo / Luciana Jaccoud, organizadora ; Frederico Barbosa da Silva ... [et al.]. – Brasília : IPEA, 2005. 435 p. : gráfs., tabs. Accesse on 14 Aug. 2017. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3234/1/Livro_Questao_Social.pdf

MAGALHAES, Rosana. Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 18, supl. p. S121-S137, Jan. 2002 . Available from <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000700013&lng=en&nrm=iso>. Access on 14 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000700013>.

Disciplina: LIBRAS – LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS

Carga Horária: 60

Período: OPTATIVA

Ementa: Histórico da educação de surdos. Legislação. Língua Brasileira de Sinais. A língua de sinais e outras formas de comunicação visual.

Bibliográfica básica: (Mínimode03)

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**: ideologias e práticas Pedagógicas. São Paulo: Autêntica, 2007.

CAPOVILLA, Fernando César e outros. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. V.2. São Paulo: Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

DORZIAT, A. **Pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Bibliográfica complementar: (Mínimode05)

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 24 abril 2002. Retirado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso: 08 ago 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002: Brasília: DF. 2005. Retirado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso: 08 ago 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 08 ago 2017.

FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ALTAS HABILIDADES NO RIO GRANDE DO SUL - FADERS. **Mini dicionário de Libras**. Porto Alegre, 2010. Disponível em http://www.faders.rs.gov.br/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf. Acesso em 10 ago. 2017.

SANTOS, EF. Tecendo leituras nas pesquisas sobre Libras: sentidos atribuídos ao seu ensino na educação superior. In: ALMEIDA, WG., org. Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente [online]. Ilhéus, BA: **Editus**, 2015, pp. 67-91. ISBN 978-85-7455-445-7. Available from SciELO Book

Disciplina: SISTEMAS COLABORATIVOS

Carga Horária: 60

Período: OPTATIVA

Ementa: Classificação de sistemas colaborativos. Tecnologias de desenvolvimento de sistemas colaborativos. Ambientes de grupos (Groupware). Modelagem da colaboração. Percepção (awareness) no trabalho em grupo. Comunicação mediada por computador. Sistemas de gerenciamento de fluxos de trabalho (workflow). Sistemas de compartilhamento e peer-to-peer. Integração hardware-software na construção de sistemas colaborativos. Sistemas colaborativos aplicados ao desenvolvimento de software

Bibliográfica básica: (Mínimode03)

PIMENTEL, M. & FUKS, H. **Sistemas Colaborativos**. São Paulo: Elsevier, 2011.

MATTOS, João R. Loureiro de. GUIMARÃES, Leonam dos Santos. **Gestão da tecnologia e inovação: uma abordagem prática**. São Paulo: Saraiva, 2013.

THIVES JR., Juarez Jonas. **Workflow - uma Tecnologia para Transformação do Conhecimento**. São Paulo: Editora Insular, 2001.

Bibliográfica complementar: (Mínimode05)

ANTUNES, Pedro. HERSKOVIC, Valéria; OCHOA, Sérgio F.; PINO, José A. Structuring Dimensions for Collaborative Systems Evaluation. **ACM Computing Surveys (CSUR) Surveys Homepage archive**, volume 44 Issue 2, February 2012., article No. 8, ACM New York, NY, USA. Disponível em: <
http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/125595/Antunes_Pedro.pdf?sequence=1>. Acessado em: 15/8/2017.

GRUDIN, Jonathan; POLTROCK, Steven. (2012). **Taxonomy and theory in computer supported cooperative work**. In S. W. J. Kozlowski (Ed.), *The oxford handbook of organizational psychology* (pp. 1323-1348). New York: Oxford University Press. Disponível em: <
<https://pdfs.semanticscholar.org/4d1d/5906f04855ed245d0d15760a8b7b7a78184b.pdf>>. Acessado em: 15/8/2017.

MEDINA, Rafael Duque; NIETO-REYES, Alicia. Measuring the usability of groupware applications with a model-driven method for the user interaction analysis. *Proceeding Interacción '15 Proceedings of the XVI International Conference on Human Computer Interaction* Vilanova i la Geltrú, Spain — September 07 - 09, 2015. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1145/2829875.2829913>, Disponível em: <
http://delivery.acm.org/10.1145/2830000/2829913/a44-Medina.pdf?ip=200.137.77.130&id=2829913&acc=ACTIVE%20SERVICE&key=344E943C9DC262BB%2EA285C5EF005F0C75%2E4D4702B0C3E38B35%2E4D4702B0C3E38B35&CFID=972722550&CFTOKEN=68513876&_acm_=1502817507_d107df103a4be77b8fb3e8457efbc533>. Acessado em: 15/8/2017.

NEIVA, Frâncila; CAMPOS, Heleno; DAVID, José Maria; BRAGA, Regina; ARAÚJO, Marco Antônio Araújo; CAMPOS, Fernanda Campos; MACIEL, Rita Suzana Pitangueira Maciel. *Interoperability Requirement to Enhance Collaboration in Software Product Lines: A Systematic Mapping*.

13º SBSC - Simpósio Brasileiro de Sistemas Colaborativos, Porto Alegre - RS, 2016. Disponível em: < <https://ufjf-br.academia.edu/HelenoCampos>>. Acessado em: 15/8/2017.

SILVA, Daniel. SARTORI, Deivid; BERKENBROCK, Carla. HIRATA, Celso. Aplicando o Design Science Research no Desenvolvimento de um Sistema Colaborativo Assistivo. **Revista de Informática Aplicada**, volume 12, número 1, 2016. Disponível em: <
<http://ria.net.br/index.php/ria/article/view/163/172>>. Acessado em: 15/8/2017.

Disciplina: GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA

Carga Horária: 30

Período: OPTATIVA

Ementa: Processo histórico do desenvolvimento das políticas de saúde no Brasil; Gestão do SUS; Gestão da vigilância em saúde; Planejamento em saúde; Economia da saúde; Monitoramento, controle, avaliação e auditoria em saúde

Bibliográfica básica: (Mínimode03)

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988

RODRIGUES, P.H.; SANTOS, I.S. **Saúde e Cidadania: uma visão histórica e comparada do SUS**. São Paulo: Editora Atheneu, 2011.

GIOVANELLA, Ligia, ET all. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. São Paulo: CEBES, 2013.

Bibliográfica complementar: (Mínimode05)

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 127 p. ISBN 978-85-8071-024-3. Disponível em <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/A-Atencao-Primaria-e-as-Redes-de-Atencao-a-Saude.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Gestão do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 133 p. ISBN 978-85-8071-027-4. Disponível em <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/A-GESTAO-DO-SUS.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Alternativas de Gerência de Unidades Públicas de Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 157 p. ISBN 978-85-8071-029-8. Disponível em <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/Alternativas-de-Gerencia-de-Unidades-Publicas-de-Saude.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. CONASS Debate – Governança Regional das Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2016. 118 p. – (CONASS Debate, 6). ISBN 978-85-8071-039-7. Disponível em <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/conass-debate-n-6.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

MOREIRA SILVEIRA FILHO, Roberto, MAIA DOS SANTOS, Adriano, AMORIM CARVALHO, Jamille, Fidelis de Almeida, Patty, Ações da Comissão Intergestores Regional para gestão compartilhada de serviços especializados no Sistema Único de Saúde. **Physis -Revista de Saúde Coletiva** [en linea] 2016, 26 (Julio-Septiembre) : [Fecha de consulta: 10 de agosto de 2017] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400848354008>> ISSN 0103-7331

PINEAULT, Raynald. Compreendendo o sistema de saúde para uma melhor gestão. **Conjunto das referências bibliográficas**. 2016. 1 ed. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE – CONASS. ISBN 978-85-8071-037-3. Disponível em

<http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/LEIASS-2.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

Disciplina: GESTÃO DE CONTRATOS, LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E AJUSTES

Carga Horária: 45

Período: OPTATIVA

Ementa: Contratos Administrativos. Convênio administrativo. Consórcio Público. Licitação. Serviço Público. Concessão e Permissão

Bibliográfica básica: (Mínimode03)

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2017.

JUSTEN FILHO, Marçal.Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. **São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.**

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática**. São Paulo: Método, 2017

Bibliográfica complementar: (Mínimode05)

ALVES, Léo da Silva. Gestão e fiscalização de contratos públicos. **REVISTA DO TCU**, out / dez 2004. Disponível em: <
<http://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/viewFile/610/671>>. Acessado em: 08/08/2017.

CABRAL, S.; REIS, P. R. C.; SAMPAIO, A. H. Determinantes da participação e sucesso das micro e pequenas empresas em compras públicas: uma análise empírica. **Revista de Administração**, v. 50, n. 4, p. 477-491, 2015. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/38636/determinantes-da-participacao-e-sucesso-das-micro-e-pequenas-empresas-em-compras-publicas--uma-analise-empirica->>. Acessado em 08/08/2017.

DETONI, Robert Luthrr Salviato. Checklist da Lei nº 8.666/93: procedimentos de auditoria para licitações e contratos. **RAP** Rio de Janeiro n(b)89.114. Nov/Dez 1999 Disponível em: <
http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/artigos/6128.pdf>. Acessado em: 08/08/2017.

FREITAS, Marcelo de. MALDONADO, José Manuel Santos de Varge. AROUCA, Sergio Arouca. O pregão eletrônico e as contratações de serviços contínuos. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro 47(5):1265-281, set./out. 2013 Disponível em: <
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/12052/10971>>. Acessado em: 08/08/2017.

MADERS, Angelita Maria. Contratos Públicos, Convênios e Consórcios: peculiaridades .

Revista Direito em Debate, ano X V nº 27 e 2 8, jan.-jun ./jul .- de z. 2007. Disponível em: <
<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/667/385>

>. Acessado em: 08/08/2017.

MARTINS, Túlio César Pereira Machado. Análise das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público à luz da Lei de Licitações Públicas. **Revista do tribunal de contas do Estado de Minas Gerais**, outubro, novembro, dezembro 2011, v. 81, n. 4, ano XXIX. Disponível: < <http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1354.pdf>>. Acessado em: 08/08/2017.

PECI, A.; FIGALE, J.; OLIVEIRA, F.; BARRAGAT, A.; SOUZA, C. Oscips e termos de parceria com a sociedade civil: um olhar sobre o modelo de gestão por resultados do governo de Minas Gerais*. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1137-1162, 2008. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/2276/oscips-e-termos-de-parceria-com-a-sociedade-civil--um-olhar-sobre-o-modelo-de-gestao-por-resultados-do-governo-de-minas-gerais->>. Acessado em 08/08/2017.

SILVEIRA, E. S.; CINTRA, R. F.; VIEIRA, S. F. A.; LOPES, A. C. V. Análise do processo de compras do setor público: o caso da Prefeitura Municipal de Dourados/MS. **Revista de Administração IMED**, v. 2, n. 3, p. 158-171, 2012. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/31768/analise-do-processo-de-compras-do-setor-publico--o-caso-da-prefeitura-municipal-de-dourados-ms>>. Acessado em 08/08/2017.

STORTO, P. R.; REICHER, S. C. Elementos do direito do terceiro setor e o marco regulatório das organizações da sociedade civil. **Pensamento & Realidade**, v. 29, n. 2, p. 19-43, 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/43472/elementos-do-direito-do-terceiro-setor-e-o-marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil>>. Acessado em: 08/08/2017.

Disciplina: GESTÃO MUNICIPAL E LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

Carga Horária: 45

Período: OPTATIVA

Ementa: Estudo teórico-prático da Legislação Urbana, em particular dos instrumentos urbanísticos e jurídico tributários que orientam o processo de constituição do urbano e o controle do uso e da ocupação do solo nos municípios.

Bibliográfica básica: (Mínimode03)

FERNANDES, E. ALFONSIN, B. orgs. **Direito Urbanístico:** estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo. FAPESP/Nobel , 1997.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.

Bibliográfica complementar:(Mínimode05)

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do**

pensamento único: desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013

BRASIL. Lei Nº 2.806 de 22 de dezembro de 1977. Institui o código de postura municipal de Colatina e dá outras providencias. Disponível em http://www.colatina.es.gov.br/legislacao/Codigo_postura.pdf.

BRASIL. Lei Nº 4.226 de 12 de fevereiro de 1996. Dispõe sobre o código de obras do município de Colatina. Disponível em http://www.colatina.es.gov.br/legislacao/Codigo_obras.pdf

BRASIL. Lei Nº 5273, de 12 de março de 2007. Institui o plano diretor do município de Colatina, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes e dá outras providências para as ações de planejamento no município de Colatina. Disponível em <http://legislacaocompilada.com.br/colatina/Arquivo/Documents/legislacao/html/L52732007.html>.

BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

BRASIL. Lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm

6.3.7. Estágio Curricular Supervisionado

Com base na Lei Federal n.11.788, de 25 de setembro de 2008, na Resolução do Conselho Superior n. 58/2018, de 17 de dezembro de 2018, na Portaria Ifes n. 468, de 06 de março de 2017, o Colegiado do Curso de Administração, juntamente com o NDE, em parceria com a Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (CrieC), apresentou o Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do Curso em Administração para a Direção Geral. Esta submeteu o referido Regimento ao Conselho de Gestão, que aprovou o mesmo, conforme Portaria n. 256, de 30 de agosto de 2017.

O Estágio é considerado um ato educativo escolar curricular supervisionado, desenvolvido no ambiente do trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de alunos, devidamente matriculados no Curso de Bacharelado em Administração, tendo-se em vista que:

- o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando; e
- o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e da contextualização curricular, promovendo:
 - o relacionamento dos conteúdos e contextos para dar significado ao aprendizado;
 - a integração à vivência e à prática profissional ao longo do curso;
 - a aprendizagem social, profissional e cultural para o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho;
 - a participação em situações reais de vida e de trabalho em seu meio;
 - o conhecimento dos ambientes profissionais;
 - as condições necessárias à formação do aluno no âmbito profissional;

- a familiarização com a área de interesse de atuação do futuro profissional;
- a contextualização dos conhecimentos gerados no ambiente de trabalho para a reformulação dos cursos; e
- a inclusão do aluno com necessidades específicas no mercado de trabalho.

O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser Obrigatório ou Não Obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do PPC.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é aquele definido como tal no Projeto do Curso, tendo, para curso de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina, carga horária total de 300 (trezentas) horas, executando atividades relacionadas com referido curso. É também requisito para aprovação e obtenção de Diploma.

Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e o Não Obrigatório não criam vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os requisitos do Art. 3º da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Ainda de acordo com esse mesmo artigo, o Estagiário:

- poderá receber ajuda financeira a título de bolsa-auxílio, sendo compulsória a sua concessão, bem como a de auxílio-transporte, no caso de Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório;
- poderá acordar com a Unidade Concedente outra forma de contraprestação, desde que acompanhado pelo setor responsável pelo estágio do Ifes-Campus Colatina;
- deverá estar segurado contra acidentes pessoais, nos valores de mercado, sendo o seguro recolhido pela Unidade Concedente; e
- no caso de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, havendo impossibilidade de contratação do seguro por parte da Unidade Concedente, a responsabilidade deverá ser assumida pelo Ifes.

Os estagiários com Necessidades Específicas terão direito a serviços de apoio de profissionais da educação especial, conforme Resolução Consup/Ifes nº 58, de 17 de dezembro de 2018, bem como outras especificidades regulamentadas na Lei de Estágio.

6.3.7.1 Do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório poderá ser realizado em empresas públicas e/ou privadas, após a celebração do Termo de Convênio para Concessão de Estágio e assinaturado Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o Ifes-Campus Colatina e a Empresa concedente, de acordo com as definições contidas no Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Bacharelado em Administração.

Para cumprir o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, o discente deverá estar regularmente matriculado no Curso de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina. Além disso, Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório o discente deverá:

- ter sido aprovado em todos os componentes curriculares dos quatro primeiros períodos do Curso; ou

- ter concluído e sido aprovado em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos componentes curriculares do curso.

A duração mínima do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será de 300 (trezentas) horas e não poderá ultrapassar 2 anos, sendo que somente serão permitidos estágios de até 30 horas semanais, cuja jornada não apresente conflito com o horário do curso.

Alunos em condições especiais, citados nos artigos 36 a 41, do Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Bacharelado em Administração, poderão convalidar suas atividades de Estágio Curricular Supervisionado, desde que atendam aos requisitos estabelecidos no Regimento supracitado. O pedido de convalidação e a concessão de equivalência serão examinados e validados pela Coordenação do Curso, ouvido o Colegiado do Curso, e pela Criec.

6.3.7.2 Do Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório poderá ser realizado em empresas públicas e/ou privadas, após a celebração do Termo de Convênio para Concessão de Estágio e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o Ifes-Campus Colatina e a Empresa Concedente, de acordo com as definições contidas no Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Bacharelado em Administração. Cabe ressaltar que esse estágio:

- é opcional e realizado em áreas que possibilitem o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho;
- pode ser feito a partir do 1º período do curso;
- deve ter carga horária máxima de 30 horas semanais, que não conflite com o horário do curso;
- em período de férias escolares, a jornada de trabalho poderá ser estabelecida em comum acordo entre o Estagiário e a concedente do estágio, sempre com a interveniência do Ifes-Campus Colatina;
- em área afim do curso, pode ter suas horas convalidadas como Atividades Complementares para o Estagiário, desde que sejam obedecidos aos critérios descritos no Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina.
- Tem duração mínima, na mesma unidade concedente, de um semestre. E duração máxima de dois anos.
- No que tange à realização do Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório, o estudante deverá:
 - estar regularmente matriculado no curso; e
 - elaborar os Relatórios de Estágio e cumprir os prazos de entrega desses relatórios.

6.3.7.3 Das partes

6.3.7.3.1 Do Ifes

O Ifes, na qualidade de interveniente, por meio do setor responsável pelo estágio do Campus Colatina, celebrará Termo de Compromisso de Estágio com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando menor de 18 (dezoito) anos, e com a Unidade

Concedente, Termo de Convênio para Concessão de Estágio, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso de Bacharelado em Administração, à etapa e modalidade da formação escolar do discente e ao horário e calendário escolar.

O estágio será interrompido quando o aluno:

- executar atividades não compatíveis com o Plano de Estágio;
- não comparecer ao estágio por período determinado no Termo de Compromisso, sem justa causa;
- trancar matrícula, desistir ou mudar de curso;
- não cumprir o convencionado no Termo de Compromisso;
- usar documentação fraudulenta;
- solicitar certificado de conclusão de curso; e
- exercer atividades no estágio não compatíveis com as suas limitações, caso seja um aluno com necessidades específicas.

O Ifes poderá celebrar Termo de Convênio para Concessão de Estágio com entes públicos e privados, bem como profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, sendo que:

- a celebração do Termo de Convênio para Concessão de Estágio entre o Ifes e a Unidade Concedente não dispensa a celebração do Termo de Compromisso; e
- a Rescisão do Termo de Compromisso de Estágio dar-se-á em conformidade com o acordado em documento próprio.

6.3.7.3.2 Da Unidade Concedente

As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados no curso de Bacharelado em Administração. No entanto, cabe ressaltar que:

- as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como os profissionais liberais, serão denominadas, para fins do estágio, Unidades Concedentes;
- as Unidades Concedentes deverão considerar o disposto no Art. 9º, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para que possam oferecer estágios aos alunos do Ifes;
- as Unidades Concedentes deverão considerar também o disposto no § 5º, do Art. 17, da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que assegura às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio;
- a falta de atendimento por parte das Unidades Concedentes a qualquer dispositivo normativo pertinente ao estágio torna nulo o respectivo Termo de Compromisso ajustado e o período, ficando o Ifes isento de responsabilidade de qualquer natureza, seja trabalhista, previdenciária, civil ou tributária; e

- a Unidade Concedente deverá ter funcionário, de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do Estagiário, para ser o Supervisor dele. Esse supervisor poderá orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários, simultaneamente, e terá como atribuições:
- fornecer aos estagiários as informações necessárias para o desenvolvimento do estágio;
- facilitar o acesso do estagiário às dependências da Unidade Concedente, necessárias para o desenvolvimento do estágio;
- orientar e acompanhar, efetivamente, a execução das atividades do estagiário;
- vistar os relatórios do estagiário;
- prestar informações sobre o desempenho do estudante;
- informar ao Professor Orientador de estágio ou à Criec qualquer irregularidade verificada em relação ao Estagiário;
- preencher o Relatório Final de Estágio da Unidade Concedente, mencionando a aprovação ou não no estágio; e
- participar de reuniões na Instituição, quando convidado.

6.3.7.3.3 *Do Estagiário*

Em se tratando do estágio, compete ao Estagiário:

- desenvolver atitude proativa na procura por estágio, bem como ética e honestidade no cumprimento das atividades do estágio;
- zelar pelo nome do curso de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina;
- participar das reuniões de acompanhamento com o Professor Orientador;
- elaborar os relatórios de estágio e apresentá-los no prazo ao seu Professor Orientador; e
- cumprir os prazos e as orientações dadas pelo Professor Orientador e pela Criec.
- Em relação aos estágios, devem ser observadas, ainda, algumas questões:
- a jornada diária de atividades desenvolvidas pelo aluno estagiário não poderá ultrapassar 6 (seis) horas, perfazendo uma carga horária semanal máxima de 30 (trinta) horas, que será definida de comum acordo entre o Ifes, a Unidade Concedente e o alunoestagiário;
- o horário do estágio deverá constar no Termo de Compromisso e compatibilizar-se com o horário escolar;
- as atividades extraclasse do Ifes que conflitarem com o horário do estágio deverão ser acordadas entre o Ifes, a Unidade Concedente e o Estagiário, com o objetivo de não prejudicar o aluno;
- o documento comprobatório referente às atividades extraclasse deverá ser emitido pela Coordenadoria de Gestão Pedagógica ou pelo Coordenador do Curso;
- no caso de estágio obrigatório, para o aluno que concluiu toda a etapa escolar ou nos períodos em que não estejam programadas aulas presenciais, a jornada semanal poderá ser de até 40 (quarenta) horas;
- o estágio obrigatório, em regime de escala, só poderá acontecer após o término da etapa escolar, desde que o aluno seja maior de idade;
- entende-se como término da etapa escolar a conclusão de todos os Componentes Curriculares, exceto Trabalhos de Conclusão de Curso e estágio.

- O estágio Obrigatório e Não Obrigatório em área correlata serão diferenciados, pois poderão ser realizados após a conclusão da etapa escolar, desde que esse tempo não ultrapasse o período de Integralização do curso ou que o aluno não tenha solicitado o documento de Conclusão do Curso.
- O estágio Obrigatório e Não Obrigatório em área correlata poderão ser realizados pelo tempo máximo de 24 (vinte e quatro) meses na mesma Unidade Concedente, exceto para os alunos com necessidades específicas que poderá ter o tempo do estágio não obrigatório ampliado em até 50%.
- O aluno que iniciar o Estágio Obrigatório e/ou Não Obrigatório em área correlata, após o término da etapa escolar, deverá manter vínculo e frequência, por meio dos encontros com o Professor Orientador.
- Os períodos de estágio, tanto obrigatório quanto Não Obrigatório, podem ser fracionados em Unidades Concedentes diferentes.
- O aluno, a qualquer tempo, para poder realizar Estágio Obrigatório e/ou Não Obrigatório em área correlata deverá solicitar, à Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA), a pré-matrícula no Componente Curricular “Estágio”.
- Os estágios Obrigatório e Não Obrigatório poderão ocorrer simultaneamente, desde que não haja prejuízo das atividades escolares/acadêmicas.

6.3.7.3.4 Do Setor Responsável pelo Estágio

No Ifes-Campus Colatina, o setor responsável pela tramitação dos processos de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e o Não Obrigatório é a Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (Criec), vinculada à Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.

A viabilização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e o Não Obrigatório, todavia, poderá ser realizada pela Criec, pelo Estagiário ou por agente de integração, público ou privado.

À Criec compete:

- avaliar o local de estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando, juntamente com um profissional da área;
- realizar reuniões com os Coordenadores de Curso para atualização das orientações gerais sobre estágio;
- auxiliar os Coordenadores de Curso na orientação dos alunos sobre o funcionamento do estágio;
- Orientar, previamente, os alunos sobre o funcionamento do estágio;
- identificar, captar e cadastrar para o Ifes as oportunidades de estágios junto às Unidades Concedentes;
- divulgar oportunidades de estágio e cadastrar os alunos;
- encaminhar às Unidades Concedentes os educandos candidatos ao estágio;
- providenciar os formulários, necessários para as condições do estágio, integrantes do Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Bacharelado em Administração, bem como os demais documentos necessários para a efetivação, acompanhamento e finalização do estágio;

- enviar para as Coordenadorias de Curso os Planos de Estágio e a documentação necessária para a validação do estágio;
- assessorar o educando Estagiário durante a realização e finalização do estágio;
- celebrar Termos de Convênio e Termos de Compromisso para fins de estágio;
- providenciar os formulários de Relatório Final de Estágio do aluno e da empresa, separadamente, bem como orientar os alunos quanto ao seu preenchimento e devolução;
- assegurar a legalidade dos procedimentos formais de estágio;
- atestar, por meio de declaração, a carga horária de estágio excedente ao definido no PPC, caso o aluno solicite;
- cadastrar no Sistema Acadêmico a carga horária do estágio prevista no PPC; e
- orientar e acompanhar os alunos com necessidades específicas, contribuindo para a sua inserção e o seu desenvolvimento no campo de estágio.

6.3.7.3.5 Do Professor Orientador

Ao Professor Orientador de estágio compete:

- zelar pelo desenvolvimento acadêmico e divulgar as orientações deste regulamento, assim como qualquer documento pertinente e sob sua guarda;
- acompanhar o desenvolvimento do Plano de Estágio, assistindo os educandos durante o período de realização;
- assegurar a compatibilidade das atividades desenvolvidas no estágio com as previstas no PPC, quando Estágio Obrigatório ou Não Obrigatório em área correlata;
- participar de reuniões de acompanhamento de estágio junto à Criec;
- fixar e divulgar datas e horários de orientação para os alunos estagiários, compatíveis com o Calendário Escolar;
- avaliar os relatórios de estágios quanto às habilidades e às competências necessárias ao desempenho profissional, identificando anormalidades e propondo adequações, devidamente substanciadas, quando necessário;
- prestar orientações referentes ao estágio, se assim for solicitado, às Unidades Concedentes ofertantes de vagas de estágio;
- divulgar, sempre que possível, o perfil do curso junto à Unidade Concedente; e,
- orientar e acompanhar os alunos com necessidades específicas, contribuindo para a sua inserção e o seu desenvolvimento no campo de estágio.

6.3.7.3.6 Do Coordenador do Curso

O Coordenador do Curso de Bacharelado em Administração exercerá, também, a Coordenação do Estágio, sendo suas competências:

- indicar um Professor Orientador da área a ser desenvolvida no estágio, encaminhando à Criec o Plano de Estágio, no prazo máximo de 5 dias corridos da solicitação.
- convocar o Colegiado do Curso, em caso de recurso das decisões do Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado, pertinentes aos requisitos do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ou Não Obrigatório do Curso de Bacharelado em Administração;

- convocar, quando necessário, reuniões com o Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado e acadêmicos estagiários, buscando cumprir o Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Bacharelado em Administração e as disposições legais pertinentes à matéria;
- visitar as salas de aula para esclarecimentos aos alunos;
- divulgar e prestar informações sobre Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ou Não Obrigatório;
- atender, individualmente, ao Estagiário que necessitar de auxílio e informações;
- organizar e acompanhar o processo de orientação dos estagiários;
- auxiliar os estagiários na identificação de oportunidades de projetos de estágio;
- servir como interlocutor entre professores, alunos estagiários e empresas concedentes de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ou Não Obrigatório;
- conceder, juntamente com o Colegiado do Curso, a equivalência das atividades de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório aos alunos que requeiram e tenham direito; e
- orientar na elaboração do Relatório Final de Estágio.

6.3.7.3.7 *Da formalização do estágio*

A formalização do estágio ocorre mediante celebração do Termo de Convênio para a Concessão de Estágio e do Termo de Compromisso. Ambos os documentos são obrigatórios para realização do estágio e deverão ser oficializados, impreterivelmente, antes do início do estágio, pois não será validado qualquer período de estágio anterior ao da celebração de tais termos.

O Termo de Convênio para Concessão de Estágio é um instrumento jurídico, obrigatório, em que estará explicitado, além das responsabilidades do Ifes e da Unidade Concedente, o tempo de duração do convênio. Este terá duração de cinco anos, contados a partir da data de sua assinatura, e poderá ser denunciado, de acordo com o previsto no documento, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com a conscientização de ambas as partes.

O Termo de Compromisso de Estágio é um instrumento jurídico, em que estarão acordadas todas as condições de realização do estágio entre o educando e a Unidade Concedente, com interveniência obrigatória do Ifes. Há nesse termo uma parte integrante: o Plano de Estágio. Tal Plano deverá conter, obrigatoriamente, as atividades previstas a serem desenvolvidas em concordância com as competências e habilidades elencadas no PPC.

Em caso de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, o aluno deverá preencher o Plano de Estágio Obrigatório. Em caso de Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório, o aluno deverá preencher o Plano de Estágio Não Obrigatório. Em caso de aproveitamento profissional, o aluno deverá preencher o Plano de Atividades. As alterações na documentação de estágio deverão ser feitas por meio do Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio.

O desligamento do Estagiário ocorrerá automaticamente ao término da vigência do Termo de Compromisso. O Estagiário poderá ser desligado da Unidade Concedente antes do encerramento do período previsto, por interesse de qualquer uma das partes, devendo, neste caso, o solicitante comunicar às outras partes, por meio da Rescisão do Termo de Compromisso de Estágio.

Visitas Técnicas, palestras, feiras, convenções e outros eventos de curta duração não serão computados como horas de estágio.

6.3.7.3.8 Do acompanhamento e da avaliação

O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo Professor Orientador do Ifes e por Supervisor da Unidade Concedente, comprovado por vistos nos relatórios e por menção de Aprovação Final.

A Unidade Concedente deverá observar o disposto no inciso III, do art. 9º, da Lei n. 11.788/2008, para proceder à supervisão do Estagiário.

O acompanhamento do estágio é de responsabilidade do Ifes e se efetivará por meio de relatórios do Estagiário e da Unidade Concedente (Relatório Periódico de Estágio), validados pelo Professor Orientador, atendendo às finalidades descritas no Art. 1º do regulamento de estágio do curso de Bacharelado em Administração.

Será realizada, no mínimo, uma reunião de orientação entre o Professor Orientador e seu orientando no estágio, por semestre.

Na avaliação do estágio serão consideradas:

- a compatibilidade das atividades desenvolvidas com as previstas no Plano de Estágio previamente aprovado;
- a compatibilidade das atividades desenvolvidas, não previstas no Plano de Estágio, com o PPC;
- a qualidade e a eficácia das atividades realizadas;
- a capacidade inovadora ou criativa demonstrada pelo Estagiário; e
- a capacidade do Estagiário para se adaptar socialmente ao ambiente de trabalho.

Sendo as atividades desenvolvidas não compatíveis com o Plano de Estágio, estas deverão ser ajustadas imediatamente ao plano de estágio. As atividades relatadas não compatíveis com o Plano de Estágio não serão consideradas válidas para o estágio e na reincidência da incompatibilidade, o estágio será cancelado pelo Ifes.

O estágio será considerado válido e a etapa cumprida quando as atividades realizadas e os procedimentos de acompanhamento forem aprovados pelo Supervisor da Unidade Concedente e pelo Professor Orientador, em documentação final de Conclusão do Estágio, e quando for registrada a conclusão no Sistema Acadêmico do Ifes.

Ao final do estágio, o Relatório Final deve ser preenchido:

- pela Unidade Concedente, estando devidamente assinado e carimbado pelo Supervisor da Unidade Concedente; e
- pelo Estagiário, estando devidamente assinado por ele.

O Relatório Final, preenchido pelo Estagiário, deve apresentar os anexos que comprovam treinamentos, cursos, seminários, leituras, dentre outros.

O aluno será aprovado no Estágio Supervisionado desde que tenha:

- entregue os documentos de início do estágio, citados nos artigos 20 e 23 do Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Bacharelado em Administração;

- submetido ao processo de orientação, conforme definido no Capítulo IV do Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Bacharelado em Administração;
- entregado corretamente os documentos de Conclusão de Estágio, definidos no artigo 32 do Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Bacharelado em Administração; e
- cumprido a carga horária total do estágio.

Tendo sido o aluno aprovado no estágio, a Cricec encaminhará à CRA a documentação, para fins de arquivamento na pasta do aluno.

6.3.7.3.9 Do aproveitamento profissional, das atividades de extensão, da monitoria, da iniciação científica e dos estágios em nível superior

O educando empregado na iniciativa privada ou pública poderá aproveitar suas atividades profissionais para cumprir o Estágio Obrigatório, desde que atue na área do respectivo curso, sejam suas atividades aprovadas pelo Professor Orientador e atendidos os procedimentos de finalização do estágio.

Quando a situação do educando empregado não for contemplada pelo *caput* do Artigo 35 do Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso em Administração, as atividades poderão ser realizadas na organização empregadora, desde que esta possua área correlata a de seu curso e permita ao educando empregado realizar suas atividades, aprovadas pelo Professor Orientador, e atenda aos procedimentos de acompanhamento e finalização do estágio.

A habilitação do educando, caracterizando-o como empregado, será constituída pelo registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Carteira Funcional ou documento equivalente. A comprovação será realizada por cópia autenticada da CTPS em cartório ou por servidor do Ifes e/ou pela apresentação da declaração da empresa, em papel timbrado, assinada e carimbada pelo responsável legal, conforme modelo apresentado no Regulamento de Estágio.

Terá direito à equivalência o aluno que estiver enquadrado em uma ou mais das seguintes condições:

- for proprietário (a) da empresa ou da organização;
- por motivo profissional não poder sair do atual emprego para a realização do estágio em outra empresa ou organização;
- apresentar uma atividade profissional inerente ao desempenho das tarefas especificadas do técnico de administração;
- desenvolver atividade gerencial ou atividade técnica específica de Técnico em Administração, no período mínimo de 01 (um) ano, comprovado em CTPS, demonstrando evolução profissional; e
- tiver aplicado à sua prática profissional, no período mínimo de 01 (um) ano, os conhecimentos técnicos e científicos absorvidos no curso de Bacharelado em Administração.

O educando proprietário de empresa poderá aproveitar suas atividades profissionais para cumprir o estágio, desde que atue na área do respectivo curso, sejam suas atividades

aprovadas pelo Professor Orientador e atendidos os procedimentos de finalização do estágio. Para tanto:

- a habilitação do educando, caracterizando-o como proprietário, será constituída pelo contrato social da empresa, devidamente registrado na junta comercial correspondente;
- deverá apresentar cópia autenticada do contrato social em Cartório ou por servidor do Ifes; e
- apresentar declaração da empresa, em papel timbrado, assinada e carimbada pelo responsável legal, conforme modelo apresentado no Regulamento de Estágio.

O educando trabalhador autônomo ou prestador de serviços poderá aproveitar suas atividades profissionais para cumprir o estágio, desde que atue na área do respectivo curso, sejam suas atividades aprovadas pelo Professor Orientador e atenda os procedimentos formais do Ifes. Para esse fim:

- a habilitação do profissional, caracterizando-o como autônomo, será constituída pelo Registro de Pagamento a Autônomo (RPA);
- deverá apresentar cópia autenticada do RPA em Cartório ou por servidor do Ifes; e
- apresentar a declaração da empresa, em papel timbrado, assinada e carimbada pelo responsável legal, conforme modelo apresentado no Regulamento de Estágio.

O educando que esteja desenvolvendo atividades de extensão no Ifes poderá aproveitar essas atividades, para cumprir o Estágio Obrigatório, desde que sejam na área do respectivo curso, aprovadas pelo Professor Orientador e atendidos os procedimentos de finalização do estágio. Para tanto, deverá apresentar:

- o Plano de Atividades, preenchido pelo Professor Orientador das Atividades de Extensão;
- o Relatório Final (aproveitamento das atividades de extensão), preenchido pelo educando; e
- o Relatório Final (aproveitamento das atividades de extensão), preenchido pela Unidade Concedente.

O educando que esteja desenvolvendo atividades de monitoria no Ifes poderá aproveitar essas atividades para cumprir o Estágio Obrigatório, desde que sejam na área do respectivo curso, aprovadas pelo Professor Orientador e atendidos os procedimentos de finalização do estágio. Sendo que, para isso, deverá apresentar:

- o Plano de Atividades de Monitoria, preenchido pelo Professor Orientador da Área de Estudo da Monitoria;
- o Relatório Final preenchido pelo Monitor; e
- o Relatório Final preenchido pelo Professor Orientador do Monitor.

O educando que esteja desenvolvendo atividades de iniciação científica no Ifes poderá aproveitar essas atividades, para cumprir o Estágio Obrigatório, desde que sejam na área do respectivo curso, aprovadas pelo Professor Orientador e atendidos os procedimentos de finalização do estágio. Devendo, para tal fim, apresentar:

- o certificado de participação emitido pela Agência de Fomento ou pelo Ifes; e
- o Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica ou Tecnológica para constar como carga horária de Estágio.

6.3.7.3.10 Das disposições gerais do estágio

O não cumprimento das normas estabelecidas no Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Bacharelado em Administração pelos educandos estagiários ou pela Unidade Concedente resultará na não validação do estágio ou no seu cancelamento.

Quando o Ifes for a Unidade Concedente, a competência para gerir o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será da Criec e, a competência para gerir o Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório será da área de Gestão de Pessoas do Ifes/Campus Colatina.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do curso de Bacharelado em Administração em conjunto com a Criec.

A inscrição no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório obedecerá ao Calendário de Matrícula do Ifes.

Para os estágios realizados, por meio dos acordos nacionais e internacionais de mobilidade estudantil, o Colegiado do Curso deverá efetuar sua convalidação para efeitos de validade legal.

Qualquer recurso impetrado por estudante matriculado em Estágios Supervisionados deverá ser encaminhado ao Professor Orientador. Caso o recurso não seja resolvido pelo Professor Orientador, deverá ser protocolado na Criec, via Coordenação de Curso.

6.3.8. Atividades Acadêmico-científico-culturais

Em 20 de novembro de 2019, a Portaria n. 497 do diretor Geral do Campus Colatina, tornou público o Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina, visando atender às normas do Conselho Nacional de Educação (CNE), ressaltando a Resolução MEC/CNE/CES n. 2, de 18 de junho de 2007, e posteriores atualizações, cujo cumprimento é requisito indispensável à conclusão do curso e à colação de grau.

Entende-se como Atividade Complementar, a atividade não integrante nas práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares, oficinas ou seminários obrigatórios do Curso Superior, desde que afins à área de formação geral e profissional do curso. As atividades complementares devem ser desenvolvidas dentro do prazo de Conclusão do Curso, conforme definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Caberá ao aluno realizar Atividades Complementares que privilegiem a construção de saberes que fomentem comportamentos sociais, humanos, éticos, culturais e profissionais.

O Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina definirá as atividades complementares padronizadas aos cursos de graduação presenciais, podendo os colegiados dos cursos proporem Atividades Complementares adicionais, devidamente aprovadas pelo núcleo docente estruturante (NDE).

Importante ressaltar que não poderão ser consideradas atividades complementares: o estágio curricular obrigatório; o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); as atividades acadêmicas produzidas como conteúdos integrantes de disciplinas e/ou componentes regulares das ementas dos cursos; e as atividades funcionais exercidas pelo aluno na empresa em que possui vínculo empregatício, ou seja, proprietário.

6.3.8.1 Dos objetivos

As Atividades Complementares têm por objetivo complementar a formação acadêmica da graduação em atividades não abrangidas pelo currículo do curso e/ou possibilitar a participação dos acadêmicos em projetos de ensino, pesquisa e extensão, buscando o enriquecimento do processo ensino aprendizagem, priorizando:

- a complementação da formação social e profissional;
- as atividades de disseminação e/ou aquisição de conhecimentos e prestação de serviços;
- as atividades de intercâmbio acadêmico e de iniciação científica e tecnológica; e
- as atividades desenvolvidas no âmbito de programas de difusão cultural.

Essas atividades visam diversificar a formação do estudante com atividades e situações inerentes à profissão, bem como a vivência de situações reais que contribuam para seu crescimento pessoal e profissional, permitindo o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a contribuir para sua formação técnica e humanística.

6.3.8.2 Das disposições gerais das atividades complementares

O Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina, publicado pela Diretoria Geral - portaria n 497, de 20 de novembro de 2019, normatiza o cumprimento da carga horária mínima prevista em Atividades Complementares integrantes das matrizes curriculares dos Cursos de Graduação presenciais e as exige como obrigatórias para a Colação de Grau, para a obtenção de Histórico Escolar de Conclusão de Curso e Diploma, na forma da legislação vigente, sendo de responsabilidade do aluno e não havendo dispensa das mesmas.

Sendo assim, o aluno do Curso de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina, deverá, ao longo do curso, somar um total de 300 (trezentas) horas em participação e/ou organização de eventos, tais como, congressos, palestras, seminários, simpósios, palestras, feira de negócios, dentre outros.

As Atividades Complementares aceitas para integralização curricular são aquelas previstas no Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina e aquelas aprovadas pelo NDE dos Cursos de Graduação presenciais, do Ifes-Campus Colatina. Tais atividades receberão registro de carga horária de acordo com a tabela constante no Anexo B do Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do Ifes-Campus Colatina, observando-se o limite máximo por evento, nela fixado. Além disso, o total de horas aprovadas, de cada grupo, não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da carga horária prevista no PPC de cada curso.

O aproveitamento de carga horária referente às Atividades Complementares será aferido mediante comprovação de participação e aprovação do Colegiado de Curso.

Os alunos vindos de transferência de outro curso de graduação terão as atividades complementares lá realizadas validadas somente mediante a entrega de documentação constante no Art. 11 do Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina.

As Atividades Complementares serão computadas somente se desenvolvidas no decorrer do curso, entre o primeiro e último o período, sem prejuízo da frequência e do aproveitamento

das atividades regulares do curso, desde que o aluno esteja regularmente matriculado no mesmo.

6.3.8.3 Da tramitação e registro

Após abertura do período estabelecido pelo Calendário Escolar, o discente deverá protocolar na Secretaria de Registro Acadêmico o pedido de aproveitamento das atividades curriculares complementares, por meio de requerimento próprio, anexo A do Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina, com todos os comprovantes das atividades realizadas, em original ou cópia autenticada. Tendo-se em vista que:

- o documento que comprova a realização da Atividade Complementar deverá ser expedido em papel timbrado da Instituição ou órgão promotor, com carimbo e assinatura do responsável e com a respectiva carga horária do evento; e
- serão aceitas cópias da documentação que comprovam a realização da Atividade Complementar, desde que as mesmas estejam devidamente autenticadas em cartório, em certificado digital ou por servidor autorizado.

Recebido e protocolado pela/na Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA), o pedido será enviado ao Colegiado do Curso para análise e validação. Após a homologação pelo Colegiado do Curso, o Coordenador do Curso realizará o registro das Atividades Complementares no Histórico Escolar do aluno, por meio do Sistema Acadêmico (SA).

O Coordenador do Curso enviará para a CRA, após registro no SA, toda a documentação, para arquivamento na pasta do aluno. Fica facultado à Coordenadoria do Curso manter uma cópia da documentação do aluno.

6.3.8.4 Das competências

6.3.8.4.1 Compete ao Colegiado do Curso:

- propor ao NDE novos Componentes Curriculares de enriquecimento da Matriz, que poderão ser considerados como Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso e com o Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina;
- homologar as Atividades Complementares realizadas que forem devidamente comprovadas pelo aluno;
- resolver os casos omissos no Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina e interpretar seus dispositivos; e
- tomar, em primeira instância, todas as demais decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento das disposições regulamentares.

6.3.8.4.2 Compete ao Coordenador do Curso:

- fazer a divulgação referente ao cumprimento da carga horária relativa às Atividades Complementares e realizar orientação geral dos alunos do curso quanto a tais atividades;
- articular e incentivar a participação dos alunos em Atividades Complementares, realizadas em instituições do país e do exterior;
- orientar o aluno na escolha das atividades a realizar;
- conferir se a documentação entregue está correta: requerimento para solicitação de validação das horas de atividades complementares originais e/ou cópias autenticadas (em cartório, em certificado digital ou por servidor autorizado) exigida para a validação da atividade;
- encaminhar a documentação ao Colegiado para fins de homologação das Atividades Complementares;
- controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como manter sempre atualizados os registros das atividades realizadas;
- enviar para a CRA, após homologação do Colegiado do Curso, a documentação do aluno para arquivamento; e
- orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares.

6.3.8.4.3 *Compete ao discente:*

- informar-se acerca das Atividades Complementares oferecidas pela Instituição e por outras também;
- inscrever-se nos programas e participar efetivamente deles;
- providenciar a documentação que comprove a sua participação nas Atividades Complementares;
- apresentar à Instituição, nos prazos estabelecidos no Calendário Escolar, formulário de requerimento de registro de Atividades Complementares, anexo B do Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina, com documentação comprobatória das atividades realizadas;
- acumular carga horária mínima, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina; e
- guardar consigo a documentação original comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitado.

6.3.8.5 Das atividades complementares previstas

ORD	ATIVIDADE	PERÍODO	Nº DE HORAS	MÁXIMO DE HORAS
GRUPO 1: ENSINO				

1	Monitoria em disciplinas do curso	por semestre	30	60
2	Estágio extracurricular remunerado na instituição (laboratórios, núcleos...)	por semestre	15	60
3	Estágio extracurricular não remunerado na instituição (laboratórios, núcleos...)	por semestre	30	60
4	Estágio não obrigatório na área do curso	por semestre	30	90
5	Curso de idioma	por Módulo	10	20
6	Visitas técnicas propostas pelos professores do curso e aprovadas pela coordenação	por Visita	Horas Total da Visita	60
7	Presença em palestra técnico-científica relacionada com os objetivos do curso	por Palestra	2	40
8	Presença em palestra de formação humanística	por Palestra	2	20
9	Participação como ouvinte em sessões de teatro e de cinema, que contenham conteúdo pertinente à formação acadêmica, com o respectivo planejamento e orientação do professor e provação da coordenação do curso	por Participação	2	20
10	Presença em defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desde que não seja exigência de Atividade de Componente Curricular	por Participação	1	20
11	Curso relacionado com os objetivos do curso	por Módulo	Em função da Carga Horária do Curso	60
12	Oficinas relacionadas com objetivos do curso	por Módulo	10	30
13	Disciplinas optativas ofertadas, desde que não estejam na carga horária mínima do curso	por Disciplina	Em função da Carga Horária da Disciplina	60
14	Disciplinas eletivas cursadas no Campus Colatina ou em outro Campus do Ifes	por Disciplina	Em função da Carga Horária da Disciplina	30
15	Participação em concurso com premiação em área de interesse do curso	por Concurso	15	30
16	Participação em projeto de ensino como bolsista	por Semestre	30	120
17	Participação em projeto de ensino como voluntário	por Semestre	60	120
GRUPO 2: PESQUISA				
18	Participação em projeto de pesquisa como bolsista	por semestre	30	120

19	Participação em projeto de pesquisa como voluntário	por semestre	60	120
20	Publicação de artigo completo em anais de simpósios ou encontros científicos de interesse do curso	por Publicação	30	30
21	Apresentação oral de trabalho em congressos, seminários, simpósios, encontros científicos de interesse do curso	por Publicação	15	30
22	Publicação de artigo completo em anais de congressos	por Publicação	20	60
23	Apresentação de pôster de trabalho em congressos e eventos	por Publicação	10	30
24	Publicação de resumos em anais de congressos	por Publicação	10	30
25	Publicação de artigo completo em revista indexada em áreas afins	por Publicação	30	60
26	Participação em congresso, simpósio, mostra de iniciação científica ou encontro técnico-científico em áreas afins	por Evento	Carga Horária do Evento comprovada por certificado	60
27	Publicação de livro em área de interesse do curso	por Publicação	30	60
28	Publicação de capítulos de livro, nota técnica, manual ou equivalente, em área de interesse do curso	por Publicação	30	60
GRUPO 3: EXTENSÃO				
29	Participação em evento cultural, simpósio ou evento de caráter cultural relacionado com a área de interesse do curso.	por Evento	3	30
30	Participação em comissão organizadora de eventos como exposição, semana acadêmica, mostra de trabalhos, devidamente instituída e na área de interesse do curso	por Evento	Carga Horária do Evento comprovada por certificado	30
31	Participação em comissão organizadora de eventos exposições de caráter social, artístico e cultural na área de interesse do curso	por Evento	Carga Horária do Evento comprovada por certificado	30
32	Ministrante de palestras e afins, relacionada com os objetivos do curso	por Palestra	5	30
33	Ministrante de oficina relacionada com os objetivos do curso	por Oficina	5	30
34	Participação em projetos institucionais de extensão comunitária em áreas de interesse da instituição	por Projeto	10	30

35	Participação em Empresa Júnior e afins	por Semestre	25	50
36	Participação em programa, projeto ou prestação de serviços de extensão como bolsista	Por Semestre	30	120
37	Participação em programa, projeto ou prestação de serviços de extensão como voluntário	Por Semestre	60	120
GRUPO 4: ATIVIDADES ESTUDANTIS, POLÍTICAS E SOCIOCULTURAIS				
38	Representante estudantil no Colegiado do Curso com mandado cumprido	por Reunião	2	30
39	Participação em diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselho Superior e Colegiados internos à instituição.	por Reunião	2	30
40	Representante em Comissões instituídas pela Direção e/ou Coordenação de Curso, com mandato cumprido.	por Reunião	2	30
41	Participação em atividades políticas e socioculturais na área de interesse do curso	por Participação	10	30
42	Presença em palestra de formação política, social e cultural devidamente instituída	por Palestra	2	20
43	Participação em evento, simpósio de caráter político, social e cultural devidamente instituído	por Participação	Carga Horária do evento comprovada por certificado	30

6.3.9. Trabalho de Conclusão de Curso

Considerando as Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação, a Legislação Pertinente e o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina a Coordenação de Curso, juntamente com o Colegiado do Curso e o NDE aprovaram o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Bacharelado em Administração que foi homologado *ad referendum* pela Direção Geral do Ifes-Campus Colatina, conforme Portaria n.183, de 07 de julho de 2017.

6.3.9.1 Do projeto de trabalho de conclusão de curso (TCC)

Na prática, o desenvolvimento do TCC parte da reflexão do problema real constante na proposta do Projeto. A pesquisa exige operacionalidade e método de trabalho. Para tanto, é necessário:

- I. Tema específico: a escolha do tema a partir das linhas de pesquisa deve considerar a relevância, a originalidade, a atualidade, a viabilidade, o conhecimento do pesquisador e aptidão pessoal para lidar com o assunto escolhido;
- II. Problema Científico: delimitado a partir do problema real em consonância com o tema;
- III. Determinação dos Objetivos geral e específico. Embora haja flexibilidade, deverão ser seguidos os objetivos definidos no Projeto;
- IV. Justificativa: indica a relevância e necessidade da pesquisa, bem como as contribuições sociais que trará para compreensão, intervenção e/ou solução do problema;
- V. Revisão de Literatura: levantamento da literatura já publicada sobre o assunto o qual servirá de referencial teórico para construção do TCC. As referências utilizadas devem contemplar autores clássicos e atuais, de livros e artigos científicos, além de outras publicações;
- VI. Metodologia: deverão ser seguidos os procedimentos metodológicos definidos no projeto, permitindo-se a adequação necessária para aperfeiçoar as condições de pesquisa;
- VII. Redação do Trabalho Científico: a elaboração do TCC exige do pesquisador, análise, síntese, reflexão e aplicação dos autores pesquisados. O texto criado deverá ter embasamento teórico resultante de leituras preliminares, expondo fatos, emitindo parecer pessoal, relacionando conceitos e ideias de diversos autores, de forma esquematizada e estruturada;
- VIII. Apresentação do Trabalho: o TCC deverá ser redigido segundo as normas de apresentação de trabalhos científicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e/ou as normas constantes no Regulamento em vigência no Ifes; e
- IX. Cronograma de Execução do Projeto de Pesquisa: deve-se observar atentamente o cronograma apresentado na Proposta de Projeto.

6.3.9.2 Do trabalho de conclusão de curso

O TCC deverá ser escrito em forma de artigo científico, com o mínimo de 20 (vinte) e o máximo de 30 (trinta) páginas. Deverá ser apresentado no prazo máximo de 06 (seis) meses, a partir da data de finalização da última disciplina do curso. Caso isso não ocorra, o período poderá ser prorrogado por mais 03 (três) meses, desde que não ultrapasse o total de 02 (dois) anos. Para tanto, o pedido de prorrogação deverá ser feito pelo aluno ao Colegiado do Curso, antes do término do prazo estabelecido para a elaboração e apresentação do TCC, apresentando as devidas justificativas.

Os alunos deverão elaborar individualmente um TCC para o qual receberão orientação docente, sendo que:

- a orientação será realizada pelo professor orientador, cabendo, quando necessário uma coorientação;
- o coorientador poderá ser ou não um servidor do Ifes, conforme critérios estabelecidos para corpo docente e deverá possuir titulação mínima de mestre ou reconhecido saber;
- a troca de orientador poderá ser concedida por deferimento do professor de TCC II;

- nenhum aluno será autorizado a apresentar seu TCC sem a concordância do seu orientador;
- o estudante só poderá submeter seu TCC à avaliação da banca examinadora, após integralizar a carga horária mínima exigida pelo curso, que é a de aprovação em 70% (setenta por cento) dos componentes curriculares dos seis primeiros períodos do curso. Deverá, ainda, estar em dia com suas obrigações acadêmicas, bem como não ter pendências com a CRA do Campus; e
- a banca examinadora será composta por 03 (três) avaliadores, mestres ou doutores, sendo um deles o orientador.

6.3.9.2.1 Na elaboração e defesa do TCC, compete ao Orientador:

- orientar o estudante na escolha do tema de estudo;
- estabelecer com o orientando o plano de estudo, o respectivo programa, os horários e formas de atendimento e outras providências necessárias;
- ajudar o orientando na formulação do problema a ser investigado;
- analisar e avaliar as etapas produzidas, apresentando sugestões de leituras, estudos ou experimentos complementares, contribuindo na busca de soluções de problemas surgidos no decorrer dos trabalhos;
- indicar bibliografia básica para o tema de sua especialidade;
- informar o orientando sobre o cumprimento das normas, procedimentos e critérios de avaliação do TCC;
- definir, ao final do processo de elaboração do TCC, se o mesmo está em condições de ser apresentado à banca de avaliação; e
- oficializar, junto à coordenação do curso, os casos passíveis de avaliação e aprovação de TCC, para agendarem data, local e hora de apresentação da defesa pública.

6.3.9.2.2 Na elaboração e defesa do TCC, compete ao Orientando:

- definir um tema para o TCC e a problemática;
- realizar pesquisas teóricas e/ou práticas para concretizar o TCC; e
- conhecer e cumprir as normas técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos em vigor no Ifes.

6.3.9.2.3 Compete ao professor da disciplina TCC II:

- divulgar linhas de pesquisa do curso;
- fornecer ao estudante orientações pertinentes às normas do curso;
- fornecer as normas aos professores orientadores;
- divulgar a lista de professores orientadores aos estudantes;
- convocar, sempre que necessário, orientador e orientando, para discutir questões relativas à organização, ao planejamento, ao desenvolvimento e à avaliação do TCC; e
- administrar, quando necessário, o processo de substituição de professor orientador.

6.3.9.3 Do fluxo interno para apresentação do TCC

Considerando o que dispõe o item I da Portaria n. 1.266/2012, emitida pela Reitoria do Instituto Federal do Espírito Santo, bem como as particularidades dos Projetos dos Cursos de graduação do Ifes-Campus Colatina, fica determinado que:

- a. no término da trajetória de confecção do (TCC), quando o aluno/dupla e o professor orientador chegarem à conclusão de que o trabalho está finalizado, o professor orientador deverá assinar um documento indicando o aceite para que o aluno defenda seu trabalho. Isto deve ser feito no prazo mínimo de 20 dias antes do prazo estabelecido em Calendário para o acontecimento das defesas;
- b. o documento de aceite deverá ser enviado, pelo professor orientador, para o professor da disciplina de Metodologia II (ou equivalente) do aluno, juntamente com a indicação dos dois membros da banca avaliadora (que deverão ser convidados pelo professor orientador). O professor orientador constituirá a banca examinadora como presidente da mesma;
- c. o professor da disciplina de Metodologia II (ou equivalente) será o coordenador de toda a tramitação que envolve as defesas;
- d. de acordo com o período indicado no Calendário Acadêmico, o professor da disciplina de Metodologia II (ou equivalente) organizará um cronograma de apresentações, o qual deverá ser encaminhado aos orientadores, que informarão seus alunos. A divulgação do cronograma deverá ocorrer, no mínimo, 15 dias antes das defesas acontecerem;
- e. o aluno deverá entregar, ao professor orientador, com no mínimo 15 dias antes de sua defesa, cópia de seu TCC em formato digital editável e o professor orientador ficará responsável por encaminhar cópias aos demais membros da banca;
- f. as defesas serão públicas. Elas serão divulgadas pelo professor da disciplina de Metodologia II (ou equivalente) em meio impresso (informativos afixados nos murais do Campus) e no *site* oficial do Campus Colatina;
- g. no dia da defesa, se a banca não estiver plenamente constituída, deverá ser agendada nova data.
- h. cada aluno terá, no mínimo, 15 (quinze) e, no máximo, 20 (vinte) minutos para sua apresentação oral, contados a partir do horário agendado. O aluno deve comparecer ao local de avaliação com 01 (uma) hora de antecedência. Caso ocorra o não comparecimento do aluno, este deverá apresentar justificativa por escrito (no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a data estabelecida) ao professor orientador, a qual será analisada por ele, juntamente com o professor de Metodologia II (ou equivalente). Caso a justificativa seja aceita, nova data de defesa deverá ser marcada;
- i. após a apresentação, o presidente da banca (que é o orientador do aluno) passará a palavra a cada um dos demais membros para que façam suas considerações;
- j. encerrada a arguição, a banca se reunirá, em particular, para decidir sobre a aprovação ou não do TCC e a nota que será atribuída. Haverá uma ficha própria de avaliação, a ser entregue a cada membro da banca. Nesta, serão registradas as notas individuais e, ao final, será definida a média de tais notas. Ao término, o aluno será chamado para que se proceda à leitura da ata, bem como seja informado o seu resultado. Para que o aluno seja aprovado, ele deverá obter a nota mínima de 60 (sessenta) pontos;

- k. no dia das defesas, o professor da disciplina de Metodologia II (ou equivalente) organizará a seguinte documentação (por aluno): fichas de avaliação contendo os critérios avaliativos (uma para cada membro da banca), folha de aprovação (duas cópias), ata de defesa (três cópias) e declaração para a banca (uma para cada membro);
- l. após o parecer da banca, se não houver necessidade de alterações, o aluno sairá de sua defesa com a folha de aprovação e a ata, devidamente assinada pela banca. Ficando as demais cópias dos documentos para a Instituição, as quais deverão ser encaminhadas pelo professor da disciplina de Metodologia II (ou equivalente) para a Coordenadoria de Curso (folha de aprovação e ata) e para a CRA (ata de defesa);
- m. se houver necessidade de modificação, o aluno terá até 60 (sessenta) dias para fazer as alterações e não levará nenhum dos documentos consigo. Dentro do prazo estabelecido o aluno deverá enviar, por *email*, seu TCC em formato editável para o professor orientador fazer as devidas conferências. Estando as recomendações cumpridas, o professor orientador enviará uma declaração ao professor da disciplina de Metodologia II (ou equivalente), informando que o TCC foi finalizado;
- n. o professor da disciplina de Metodologia II (ou equivalente) entregará, então, a ata de defesa e a declaração das correções para a CRA. As cópias dos documentos deverão ser entregues, também, para o aluno. O aluno deverá receber, ainda, a folha de aprovação;
- o. o aluno, autorizado pelo professor orientador, por meio de cópia digital da declaração presente no Regulamento de TCC, deverá enviar a versão final, em formato editável, do TCC, contendo a folha de aprovação e a declaração do autor para publicação e utilização do trabalho em ambiente virtual para o *email* da Biblioteca do Campus Colatina (biblioteca.colatina@ifes.edu.br). Os documentos deverão estar digitalizados com as devidas assinaturas. A folha de aprovação e a declaração do autor são elementos pré-textuais do trabalho e deverão ser inseridos dentro dele. No e-mail deverá constar, ainda, a declaração de cumprimento das correções (digitalizada com assinatura); a Ficha Catalográfica será providenciada pela Biblioteca do Campus;
- p. o aluno deverá solicitar o nada consta da Coordenação do Curso, da Biblioteca e do Cric, junto com o relatório de estágio. Munido dessas documentações, solicitará à CRA sua Colação de Grau.
- q. após a defesa, o aluno receberá uma listagem com todas as providências que deverá tomar para a solicitação de Colação de Grau; e
- r. casos omissos serão analisados e definidos pelo Colegiado do Curso.

6.3.9.4 Da aprovação do TCC

Será considerado aprovado no TCC o aluno que obtiver:

- nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos na disciplina de TCC I e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento); e
- nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos na apresentação oral do TCC para a Banca Examinadora, referente à disciplina TCC II, e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

6.3.9.5 Da divulgação do trabalho

Quanto ao TCC, não podem existir restrições de propriedades, segredos ou quaisquer impedimentos ao seu amplo uso e divulgação. Todas as divulgações (publicações) devem explicitar o nome do Ifes, do Curso e do(s) Orientador(es) do TCC. Além disso, Junto com a versão final do TCC, o aluno deverá entregar a declaração de autoria assinada e autorizar a publicidade e divulgação, resguardando o direito à propriedade intelectual, quando couber.

6.3.9.6 Das disposições gerais do TCC

Em se tratando das Disposições Gerais, o não cumprimento das normas estabelecidas no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração, pelos discentes, resultará na reprovação do mesmo; os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Administração; e Qualquer recurso impetrado pelo discente deverá ser encaminhado ao Professor Orientador; caso não seja resolvido pelo mesmo, aquele deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Administração que enviará ao Colegiado do Curso.

6.3.10. Iniciação Científica

As Atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica são um instrumento que permite introduzir os alunos de graduação, na pesquisa científica. Nessa perspectiva, projetos de pesquisa e de iniciação científica caracterizam-se como um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno. Em síntese, essas atividades podem ser definidas como instrumento de formação de recursos humanos qualificados. Os Projetos de Pesquisa seguirão as normas e procedimentos estabelecidos na Resolução do Conselho Superior do Ifes n. 140, de 14 de dezembro de 2022. Os trabalhos de Iniciação Científica seguirão as diretrizes e normas contidas na Resolução do Conselho Superior, também do Ifes, n. 02, de 14 de março de 2016.

6.3.11. Extensão

As atividades de extensão dos cursos superiores do Ifes são regulamentadas pela Resolução CNE/CES n. 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024; e a Resolução Consup/Ifes n. 38, de 31 de agosto de 2021. Nesse sentido, para o desenvolvimento do perfil desejado, o curso deve oferecer aos graduandos a possibilidade de apropriação de conhecimentos por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, permitindo ao acadêmico um domínio de competências que perpassam as seguintes dimensões:

- a) sociopolítica, por meio da abordagem crítico-reflexiva da realidade e do conhecimento;
- b) sociocultural, que apresenta situações de ensino-aprendizagem em que o aluno e as pessoas envolvidas possam compreender e expressar o real;
- c) técnico-científica caracterizada por intermédio do domínio dos fundamentos científicos do curso que possam auxiliar na sustentação do desenvolvimento econômico e social;
- d) técnico profissional que envolve conhecimentos técnicos e práticas específicas da profissão.

Desse modo, a Extensão é uma atividade acadêmica, articulada de forma indissociável ao Ensino e à Pesquisa, marcada por um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre o instituto e outros setores da sociedade, para tanto listam-se as principais atividades de extensão do curso:

- participação e organização do *Workshop* de Administração, desenvolvidos por alunos, técnicos e professores;
- participação semestral em feiras, palestras, seminários, exposições e eventos temáticos, por áreas de interesse do curso;
- seleção de alunos interessados em participar da incubadora de empresas do Ifes- Campus Colatina; e
- visitas técnicas em empresas privadas ou órgãos públicos, que colaborem para a construção do saber da prática administrativa, em suas mais diferentes áreas, como produção, *marketing*, finanças, recursos humanos, dentre outras.

7. AVALIAÇÃO

7.1. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O processo de avaliação da implantação do PPC realiza-se, constantemente, por meio do NDE, juntamente com o Colegiado do Curso, a Coordenação do Curso e a Coordenadoria de Gestão Pedagógica (CGP), com reuniões para análise dos instrumentos disponíveis, quais sejam:

- cumprimento de seus objetivos;
- perfil do egresso;
- habilidades e competências;
- estrutura curricular;
- flexibilização curricular;
- atividades Complementares;
- pertinência do curso no contexto regional; e
- corpo docente e discente.

Esse processo de avaliação do PPC conta com os alunos e a comunidade acadêmica, diretamente envolvida, no sentido de verificação da necessidade de possíveis reestruturações e adaptações.

A Comissão Própria de Avaliação também fornece informações importantes para o processo de avaliação do PPC, quando da aplicação da Avaliação Institucional.

A cada ano, o NDE, a Coordenação de Curso e a CGP verificam as informações para planejar as modificações e/ou adaptações necessárias no PPC.

7.1.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), conforme artigo 2º, da Resolução do CS 64/2019, é composto por membros do corpo docente do curso que exerçam liderança acadêmica em seu âmbito, mediante o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão, sendo composto pelo(a) Coordenador(a) de Curso, como seu presidente nato, e por pelo menos 04 (quatro) docentes que ministrem disciplinas regulares no curso, considerando-se os seguintes critérios: pelo menos 60% (sessenta por cento) dos membros do NDE devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, sendo um deles, pelo menos, com título de Doutor(a); todos os membros devem atuar em regime de trabalho de tempo integral; garantir a representatividade dos núcleos profissionalizantes e/ ou específico do curso, sendo composto preferencialmente por professores que tenham experiência na área de atuação profissional do curso.

Esse grupo de docentes, juntamente com a Comissão instituída pela portaria do Diretor Geral do Ifes-Campus Colatina n. 59, de 13 de fevereiro de 2023, alterada pela Portaria DG/Ifes- Campus Colatina n. 183, de 08 de maio de 2023, elaborou a reformulação do PPC apresentado neste documento, definindo seus limites e possibilidades em função da realidade local, dos recursos disponíveis, das expectativas da comunidade e das legislações vigentes. Esta construção se fez com reflexão, estudo, trocas de experiência e correção de rumos. O trabalho conjunto torna-se importante para o PPC não seja fruto do pensamento de uma só pessoa, o

Coordenador, e que os professores aliados do processo de pensar o curso, sejam meros executores de ementas, uma vez que só têm a visão de suas próprias disciplinas e não do curso como um todo. Sendo assim, o curso de Administração do Ifes-Campus Colatina é resultado de um processo de construção coletiva.

7.1.1.1 Composição do NDE

O Curso de Bacharelado em Administração possui um Núcleo Docente Estruturante responsável pela construção do Projeto Pedagógico, acompanhamento e planejamento, de acordo com Resolução do seu órgão, constituído pela Portaria-DG Ifes-Campus Colatina n. 299, de 12 de agosto de 2022, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Representação
Izabel Maria Laeber	Mestre	DE	Presidente e Membro da Comissão de reformulação do PPC.
Thereza Christina Ferrari Paiva	Mestre	DE	Representante do Núcleo profissionalizante/específico
Mauriceia Soares Pratisoli Guzzo	Mestre	DE	Membro da Comissão de reformulação do PPC do curso e representante do Núcleo profissionalizante/específico
Octavio Cavalari Junior	Doutor	DE	Representante do Núcleo profissionalizante/específico
Thiago Chieppe Saquetto	Doutor	DE	Representante do Núcleo profissionalizante/específico

Fonte: Comissão de elaboração do PPC.

O NDE do curso de Bacharelado em Administração possui 100% (cem por cento) dos componentes com título de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e com regime de trabalho em dedicação exclusiva. O NDE constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica do curso de Bacharelado em Administração, com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica, corresponsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico de Curso.

A operacionalização do NDE ocorre na medida em que seus membros, no todo, em parte ou individualmente, participarem de atividades propostas pelo Colegiado ou Coordenação de Curso.

7.2. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação é um dos elementos que compõem o processo de ensino aprendizagem, e não deve ser vista como um fim a ser alcançado, mas como um instrumento dentro de um amplo processo para o alcance de determinados objetivos. Uma de suas finalidades é socializar, com competência técnica e senso crítico, o saber social historicamente construído. A avaliação não pode ser estática, ou seja, precisa ser progressiva e sistemática, envolvendo o universo educacional como um todo. Entendendo a avaliação como parte integrante do processo de formação, são considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores.

Como são múltiplas as áreas abrangidas pela Matriz Curricular do curso Bacharelado em Administração, múltiplas e diversificadas são, também, as formas de avaliação, sejam elas orais ou escritas, individuais ou coletivas. O professor tem autonomia para escolher as metodologias e os critérios de avaliação que melhor se apliquem à disciplina ou atividade que ele ministra. Entretanto, todos os aspectos envolvidos no processo são discutidos em reuniões periódicas e devem estar contidos no Plano de Ensino de cada disciplina.

O acompanhamento periódico das avaliações serve para garantir que sejam coerentes com os aspectos propostos nos programas de disciplinas, mas também como diagnose de possíveis falhas, o que possibilita que os setores competentes auxiliem o professor na busca de soluções e melhorias na qualidade de seu trabalho.

Uma avaliação bem elaborada e bem aplicada apresenta resultados que servem para retroalimentar o sistema educacional como um todo, o qual, por sua vez, não pode ser dissociado da vida real e deve ter sempre um caráter de contextualização e interdisciplinaridade.

As formas de avaliação, bem como sua periodicidade, variam de acordo com as especificidades e objetivos de cada Componente Curricular, mas devem seguir o previsto no ROD/2023 dos Cursos Superiores do Ifes, conforme descrito a seguir:

Art. 78. A avaliação será realizada de forma processual, com caráter diagnóstico e formativo, envolvendo docentes e discentes.

Art. 79. Na avaliação serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo, afetivo e psicomotor, incluídos o desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores, visando diagnosticar estratégias, avanços e dificuldades, de modo a reorganizar as atividades pedagógicas.

§ 1º Os discentes público da Educação Especial devem ser avaliados sob formas e/ou condições adequadas às suas especificidades nas diferentes áreas do saber e/ou do fazer, de forma a contribuir para o seu crescimento e autonomia, tal como previsto em ato normativo institucional.

§ 2º Na avaliação dos discentes com necessidades específicas, o Ifes oferecerá adaptações de aplicação e de instrumentos de avaliação, bem como os apoios necessários por orientação do Napne e/ou solicitação do discente, conforme previsto nas normas institucionais e nacionais.

§ 3º O processo de avaliação da aprendizagem deverá ser orientado pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e pelo PPC, considerando cada modalidade de ensino.

[...]

Art. 82. Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados com a utilização de, no mínimo, 3 (três) instrumentos documentados, tais como: exercícios, projetos, provas, trabalhos, atividades práticas, fichas de observação, relatórios, autoavaliação, dentre outros.

§ 1º Os critérios e valores de avaliação adotados pelo docente deverão, obrigatoriamente, ser explicitados no Plano de Ensino e apresentados aos discentes no início do período letivo, assim como os valores atribuídos a cada item dos respectivos instrumentos avaliativos, observadas as normas estabelecidas neste regulamento.

§ 2º O valor máximo atribuído a cada instrumento avaliativo não poderá exceder 40% (quarenta por cento) do total de pontos do semestre.

§ 3º Os instrumentos avaliativos com valor superior a 10% (dez por cento) da pontuação total semestral deverão ser divulgados com antecedência mínima de 3 (três) dias letivos.

§ 4º Os docentes deverão registrar, no sistema de informações acadêmicas, os resultados das atividades avaliativas e consolidar as notas (apropriá-las) num prazo de até 12 (doze) dias letivos a contar da data da aplicação.

§ 5º No final do processo, serão totalizadas as faltas e uma única nota para cada componente curricular.

[...]

Art. 86. Na verificação do aproveitamento em qualquer componente curricular dos cursos de graduação, serão considerados:

I - o resultado semestral obtido após, no mínimo, 3 (três) instrumentos de avaliação, conforme o Art. 82;

II - o resultado do exame final;

III - a frequência mínima exigida.

§ 1º Será aprovado no componente curricular, o discente que obtiver nota semestral maior ou igual a 60 (sessenta) pontos e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária ministrada.

[...]

§ 3º O discente que obtiver nota inferior a 60 (sessenta) pontos e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária ministrada poderá realizar o instrumento final de avaliação.

§ 4º Será considerado aprovado no componente curricular o discente que obtiver nota final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, resultante da média aritmética entre o resultado semestral das avaliações parciais e a nota do exame final, caso este tenha sido necessário.

§ 5º O discente que não obtiver a média estabelecida no § 4º deste artigo estará reprovado no componente curricular.

§ 6º Será considerado, para efeito de registro acadêmico, o melhor resultado obtido pelo discente entre o resultado semestral e a média calculada de acordo com o § 4º deste artigo.

A avaliação não deve se restringir a medir resultados, mas deve servir como instrumento de aprendizado. Para tanto, não deve ser apenas repetidora de conhecimentos previamente memorizados e acumulados.

Observando os preceitos pedagógicos, a avaliação deve ser diversificada, contextualizada e composta por questões que valorizem, além dos conteúdos específicos, o senso crítico, o raciocínio lógico e a capacidade de expressão e argumentação do aluno.

A resolução das provas em aula, após a correção das mesmas, é válida para dirimir dúvidas e verificar os pontos fortes e fracos da turma e do próprio docente. É um momento importante de autoavaliação.

Embora as avaliações se traduzam em valores numéricos, o recurso da avaliação qualitativa é bastante proveitoso e os alunos têm se mostrado receptivos a isso. Assiduidade, interesse, participação, realização de tarefas e cumprimento de prazos são valores que também merecem atenção e não devem ser desprezados no processo de avaliação do aprendizado.

Entretanto, diversos fatores podem contribuir para aumento dos índices de evasão escolar. Nesse contexto, faz-se necessário a adoção de estratégias significativas que contribuam para a construção do conhecimento visando à formação integral do aluno, que certamente contribuirão para a igualdade de condições para a sua permanência.

Desta forma, são adotadas ações de acompanhamento pedagógico, com diálogo estreito entre a Coordenação do Curso, os docentes e o setor pedagógico, de modo a identificar alunos com dificuldades de aprendizagem. Para estes casos, quando necessário, são reorganizadas atividades avaliativas, com instrumentos diversificados e aplicados no decorrer do semestre, com critérios quantitativos e/ou qualitativos, contribuindo para a formação discente, sua permanência e conseqüente êxito no curso.

Além da oportunidade de nova avaliação nos componentes curriculares, também é utilizada a estratégia de monitoria e atendimento docente, ambas em horário extraclasse. Assim, estas iniciativas, possibilitam ao discente lidar com a própria aprendizagem.

7.3. AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso inclui os processos internos e externos, pois a combinação dessas duas possibilidades permite identificar diferentes dimensões daquilo que é avaliado, diferentes pontos de vista, particularidades e limitações. Inclui-se, aqui, a avaliação do desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Sempre que o curso participar dessa etapa de avaliação, o NDE, a Coordenação e a CGP utilizarão as informações para verificar os pontos fortes e fracos do curso e, assim, propor mudanças, caso necessário.

Em outra dimensão de avaliação, o curso de Bacharelado em Administração também prevê a realização de avaliação do curso, sob a ótica do discente e da comunidade acadêmica, conforme avaliação realizada pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA). Tais ações servem para levantar e diagnosticar pontos que precisam ser modificados e melhorados na estrutura do curso, na prática pedagógica, no cumprimento do PPC e no do Projeto Institucional, bem como fornecer subsídios para a diretoria e coordenadorias tomarem decisões. Esse processo avaliativo é, sobretudo, uma forma de interlocução com a comunidade acadêmica, que participa e colabora para a criação de uma cultura avaliativa no curso.

Diversos instrumentos e métodos combinados são utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do Ifes e conforme orientação da Avaliação Institucional. Os métodos adotados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

As dimensões avaliadas são:

- analisar e avaliar o Plano do Curso, sua execução e aplicabilidade e definir propostas de redirecionamento;
- analisar a produção acadêmica visando possíveis mudanças, atualizações e adequações;
- avaliar a relação do curso com a comunidade, por meio da Avaliação Institucional, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade;
- avaliar os Recursos Humanos envolvidos no curso, buscando aprimorar o desenvolvimento profissional de forma permanente;

- avaliar o grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, os mecanismos de gestão, buscando coerência entre os meios de gestão e o cumprimento dos objetivos e planejamento institucional;
- atentar para a infraestrutura física e tecnológica, tendo em vista sua adequabilidade para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão para a satisfação dos usuários dos serviços prestados, com vistas à definição de propostas de redimensionamento;
- adequar o Projeto do Curso ao Plano de Desenvolvimento Institucional; e
- avaliar as formas de atendimento ao Corpo Discente e integração deste à vida acadêmica, identificando os programas de ingresso, acompanhamento pedagógico, permanência do estudante, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, a representação nos órgãos estudantis, buscando propostas de adequação e melhoria desta prática no Ifes para a qualidade da vida estudantil e a integração do aluno à comunidade.

7.4. PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Estabelecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a CPA é o órgão colegiado formado por membros de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil organizada, que tem por atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), consideradas as diretrizes, critérios e estratégias emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004 que institui os Sinaes estabelece, ainda, como diretriz, que a CPA terá atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.

A Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal do Espírito Santo terá a seguinte composição:

- dois representantes do corpo docente;
- dois representantes do corpo técnico-administrativo;
- dois representantes da sociedade civil organizada; e
- dois representantes do corpo discente.

Para colaborar na condução da Autoavaliação Institucional em cada Campus do Ifes, foram criadas as Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs), que desenvolvem as atividades, juntamente com a CPA. As CSAs têm a finalidade de implementar e acompanhar as atividades inerentes ao processo de autoavaliação do seu respectivo Campus.

Cada Campus do Ifes constituirá uma CSA, com, no mínimo, a seguinte composição:

- um representante do corpo docente e respectivo suplente;
- um representante do corpo técnico-administrativo e respectivo suplente;
- um representante da sociedade civil organizada e respectivo suplente (opcional);e
- um representante do corpo discente e respectivo suplente.

A composição atual da CSA do Campus Colatina, instituída pela Portaria n. 245, de 06 de julho de 2022, é composta pelos seguintes membros:

- Representantes do Corpo Docente: Titular: REGINA CELIA VAGO – Presidente – e Suplente: ADRIANO LULIO;
- Representantes do Corpo Técnico Administrativo: Titular: KAMILA SCALZER e Suplente: MARCIA BROCCO;
- Representante do Corpo Discente: Titular: MAYRA RUIS PEREIRA, e Suplente: LISÂNIA SOARES MIRANDA.

Aos membros da CSA compete:

- I. analisar e opinar sobre as questões dos instrumentos avaliativos, no mínimo uma vez ao ano;
- II. organizar e controlar a aplicação dos instrumentos de avaliação em seu Campus;
- III. organizar relatório parcial de Autoavaliação Institucional; e
- IV. manter arquivo das atividades realizadas.

A avaliação institucional, processo desenvolvido pela comunidade acadêmica do Ifes, ocorre com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos. Esta proposta de avaliação inicia-se com um breve histórico da Instituição, em seguida, define os objetivos principais da avaliação; explicita os mecanismos de integração entre os diversos instrumentos de avaliação; apresenta os procedimentos metodológicos que são utilizados com a definição das etapas do processo; aponta as tarefas distribuindo-as entre os setores responsáveis que participam do trabalho; propõe uma política de utilização dos resultados da avaliação na definição dos rumos da instituição e encerra-se com a apresentação de um cronograma de trabalho que contempla as ações definidas e os recursos necessários para a sua execução.

7.4.1 Objetivos da avaliação

A avaliação do PPC tem por objetivos:

- promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no Ifes;
- implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- planejar e redirecionar as ações do Ifes a partir da avaliação institucional;
- garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autonomia;
- consolidar o compromisso social do Ifes; e
- consolidar o compromisso científico-cultural do Ifes.

7.4.2 Mecanismos de integração da avaliação

Com o objetivo de avaliar as instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, o Sinaes prevê, dentre outros, a articulação entre a avaliação do Ifes (interna e externa), a avaliação dos cursos e a avaliação do desempenho dos estudantes no Enade.

As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades fins, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além das atividades-meio, caracterizadas pelo planejamento e gestão do Ifes, abrangem toda a comunidade acadêmica, articulando diferentes perspectivas o que garante um melhor entendimento da realidade institucional.

A integração da avaliação com o projeto pedagógico dos cursos ocorre pela contextualização destes com as características da demanda e do ambiente externo, respeitando-se as limitações regionais para que possam ser superadas pelas ações estratégicas desenvolvidas a partir do processo avaliativo.

7.4.3 Diretrizes metodológicas e operacionais

O funcionamento da avaliação consiste no planejamento realizado pela CPA, que deve conter o instrumento de avaliação a ser utilizado, os segmentos consultados e o calendário de atividades, apresentado semestralmente; e a execução é realizada pelas CSAs em cada Campus.

A CSA do Campus Colatina executa a avaliação institucional utilizando o Sistema Acadêmico para discentes e docentes e o Sistema de Ponto Eletrônico para os Técnicos Administrativos. A divulgação do processo de avaliação se dá com avisos nos Quadros de Avisos da instituição, visita nas salas de aulas para divulgar o processo, dentre outras estratégias para que a comunidade acadêmica participe.

Terminado o período de avaliação, a CSA se reúne para preparar o relatório parcial do Campus. Os resultados são divulgados por meio de seminários, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho, dentre outras.

A Direção se reúne para verificar os pontos fortes e fracos e preparar um plano de ação para divulgar junto à comunidade no dia da divulgação dos resultados.

Todas as informações geradas no Campus são enviadas para a CPA que publicará o Relatório Parcial Anual que fica disponível no *site* do Ifes (<http://lfes.edu.br>) para consultas.

8. ATENDIMENTO AO DISCENTE

O atendimento ao discente será feito diretamente pelas seguintes Coordenadorias e Núcleos:

- Coordenadoria do Curso;
- Coordenadoria Geral de Ensino (CGEN);
- Coordenadoria Geral de Assistência à Comunidade (CGAC);
- Coordenadoria de Pesquisa;
- Coordenadoria de Pós-Graduação;
- Coordenadoria de Extensão;
- Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE);
- Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar (CAM);
- Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA);
- Coordenadoria de Biblioteca;
- Coordenadoria de Laboratórios;
- Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (Criec);
- Coordenadoria de Gestão Pedagógica (CGP);
- Coordenadoria Ambulatorial;
- Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne);
- Núcleo de Arte e Cultura (NAC);
- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi);
- Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (Nepgens)

Essas Coordenadorias e Núcleos estão à disposição do discente, de forma a atendê-lo em suas necessidades individuais e coletivas.

De acordo com o art. 3º, da LDBEN n. 9394/96, o ensino deverá ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Com isso, faz-se necessário construir a assistência estudantil como espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes.

A Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar, a Coordenadoria de Gestão Pedagógica, a Monitoria, dentre outros, apresentam ações de acompanhamento que são colocadas à disposição, para o devido atendimento ao discente do Ifes-Campus Colatina. O objetivo principal é dar condições aos discentes para se manterem na escola. Para tanto, tais ações atuam na prevenção e no enfrentamento de questões sociais, por meio de projetos como bolsade estudos, bolsa de monitoria, auxílio transporte e isenção de taxas, cópias e apostilas.

A Coordenadoria de Gestão Pedagógica, representada pelo pedagogo que acompanha o Curso de Administração, junto com a Coordenadoria do Curso de Administração, desenvolve atividades de apoio e assessoria aos professores e alunos, que podem ser descritas como:

- orientação ao docente e ao discente no que diz respeito a todos os elementos do processo de ensino e de aprendizagem, à vida acadêmica, seus avanços e dificuldades;
- encaminhamento do discente que apresenta problemas psicopedagógicos, que afetam sua aprendizagem, para a psicóloga do Campus, a fim de juntas realizarem um trabalho em prol da eficiência e da eficácia do ensino-aprendizagem;
- análise dos processos acadêmicos dos alunos de acordo com a organização didática do ensino de graduação do Ifes, bem como orientação e encaminhamento em relação aos casos omissos;
- promoção de mudanças qualitativas tanto no desenvolvimento profissional do docente quanto no desenvolvimento educacional do discente, objetivando a melhoria na capacidade de ação de ambos;
- mediação do processo ensino-aprendizagem, para o estabelecimento da garantia e da consistência das ações pedagógicas e administrativas, fundamentais na efetivação de suas propostas; e
- planejamento e execução de ações acerca de questões didáticas e pedagógicas, em articulação com os demais profissionais, objetivando a efetivação de todo o processo de ensino e de aprendizagem.

O professor tem horários de planejamento e de atendimento aos discentes, definidos junto à Coordenadoria do Curso, de maneira a permitir uma orientação presente e o entendimento de pontos não compreendidos nas aulas.

O Ifes-Campus Colatina preocupa-se em fomentar a inclusão dos discentes com necessidades educacionais especiais. Além disso, como estratégia pedagógica, são disponibilizados laboratórios, em horários diversos, com monitores selecionados pelos professores, de disciplinas que apresentem demandas e que necessitem de auxílio para utilização de laboratórios.

8.1 ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

Dentre os itens contidos no Decreto n. 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o Ifes-Campus Colatina possui como elemento de circulação vertical rampas para acesso ao segundo pavimento, assim como espaço interno, portas de salas de aula, laboratórios e banheiros, de acordo com as Normas Técnicas de Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O Campus Colatina ainda conta com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), criado por meio da Portaria nº 113 de 31 de maio de 2011, que é um órgão de natureza consultiva e executiva, de composição multidisciplinar. Tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos.

9. GESTÃO DO CURSO

A gestão do curso será exercida pelo Coordenador do Curso, em conjunto com o NDE e o Colegiado do Curso, que se reportam à Diretoria de Ensino, pelo mandato de dois anos (Coordenador) ou 3 anos (Colegiado e NDE), podendo ser reconduzido por mais o mesmo número de anos.

O Coordenador do Curso deve ser efetivo do corpo docente do Ifes-Campus Colatina, pertencer ao corpo docente do curso, trabalhar em regime de 40 horas semanais ou Dedicção Exclusiva, e possuir, ao menos, a titulação de Mestre.

A Coordenadora do curso de Bacharelado em Administração é a professora Mestra Izabel Maria Laeber. Graduada em administração de Empresas (1987) e Ciências Contábeis (1989) pela Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina. Graduada em Matemática pela UNIUBE (2011), especialista em Matemática e Estatística pela UFLA (2000) mestra em Administração pela FUCAPE (2015). Possui experiência em educação desde 1998. Atuou como Professora e Coordenadora no Curso de Pós-graduação em Gestão Pública Municipal, Gestão Pública e Administração Pública. Professora efetiva no Ifes desde agosto de 2008, atuando como Professora do Ensino Técnico ministrando disciplinas como Fundamentos de Marketing e Planejamento Estratégico; Professora no curso de Bacharelado em Administração ministrando as disciplinas de Empreendedorismo, Marketing e Gestão Estratégica. Coordena o curso de Bacharelado em Administração do Ifes/Campus Colatina, conforme Portaria n.546, de 06 de março de 2020.

As competências da Coordenadoria do Curso estão descritas no artigo 51 do Regimento Interno dos Campi do Ifes (IFES, 2016).

O Coordenador do Curso deve:

- Integrar e presidir o NDE e o Colegiado do curso;
- Atuar na relação com os docentes e com os discentes;
- Representar o curso em fóruns específicos quando se fizer necessário;
- Estabelecer, a cada ano, o plano de ação para a condução e o monitoramento de atividades que contribuam com a melhoria continua do curso e
- Zelar para o cumprimento do previsto no regulamento da organização didática dos cursos de graduação do Ifes (ROD).

O NDE tem função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica. Integra a estrutura de gestão acadêmica do curso sendo corresponsável pela elaboração, implementação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso. Além disso, deve definir o perfil acadêmico do curso e a formação e o perfil profissional do egresso; a fundamentação teórico-metodológica do currículo; a integralização de disciplinas e atividades; as habilidades; as competências a serem atingidas e os procedimentos de avaliação.

A Resolução Nº 01/2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), normatiza o NDE, que assim dispõe em seu art. 1º:

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no

processo de concepção, consolidação e continua atualização do projeto pedagógico do curso (MEC, 2010).

As atribuições do NDE são definidas na citada resolução:

- I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

A resolução CONAES Nº 01/2010 estabelece também que as Instituições de Educação Superior, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes:

- I. ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente o curso;
- II. ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;
- III. ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;
- IV. assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

O NDE, que no Ifes é instituído pela Resolução do Conselho Superior Nº 64 de 2019 (IFES, 2019), também contará com o apoio do Colegiado de Curso.

O Colegiado de Curso é órgão consultivo, normativo, de planejamento acadêmico e executivo, para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as diretrizes da instituição. As atribuições do Colegiado estão descritas na Resolução do Conselho Superior do Ifes No 63/2019. Dentre as atribuições, destacam-se abaixo aquelas inerentes à gestão do curso (IFES, 2019):

- II. Funcionar como órgão consultivo e de assessoria do(a) Coordenador(a) do Curso, em especial em questões de ordem administrativa;
- III. Funcionar como instância de recurso para as decisões do(a) Coordenador(a) do Curso sobre as questões acadêmicas suscitadas tanto pelo corpo discente quanto pelo docente, cabendo recurso da decisão à Diretoria de Ensino ou ao setor equivalente do campus;
- IV. Funcionar como órgão deliberativo nas questões didático-pedagógicas do curso propostas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- VI. Propor à Direção de Ensino do campus a oferta de turmas, o aumento ou a redução do número de vagas, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- VII. Definir as listas da oferta de componentes curriculares para cada período letivo e homologá-las após aprovação pelas Coordenadorias dos Cursos, em conformidade com os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico;

VIII. Propor o horário dos componentes curriculares e das turmas do seu curso, ouvidas as coordenadorias envolvidas, observando a compatibilidade entre eles, exceto para cursos na modalidade a distância;

XVI. Desenvolver, junto à Direção de Ensino, ações de acompanhamento da frequência e do desempenho acadêmico dos estudantes, de forma periódica e sistematizada, em articulação com a Equipe Pedagógica e Assistência Estudantil, observando a Política de Assistência Estudantil do Ifes;

XVII. Definir, junto às Coordenadorias Acadêmicas, a necessidade de realização de programas e de períodos especiais de estudos de interesse do curso;

XVIII. Orientar a elaboração e revisão dos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, bem como dos mapas de atividades dos cursos a distância, propondo alterações, quando necessárias;

XIX. Sugerir às coordenadorias ou professores das diversas áreas do curso, a realização e a integração de programas de pesquisa e extensão de interesse do curso;

XX. Propor às coordenadorias alterações na alocação de docentes que não atendam às necessidades dos cursos;

XXI. Criar comissões temporárias para o estudo de assuntos específicos ou para coordenar atividades de sua competência;

XXIII. Analisar e emitir parecer em colaboração com o NDE sobre os indicadores de desempenho do curso estabelecidos nacionalmente;

XXIV. Instruir e apoiar até a publicação do ato regulatório pertinente, em colaboração com a Diretoria de Ensino de Graduação e com a Procuradoria Educacional Institucional, os processos de avaliação do curso;

XXV. Atualizar a situação do curso na Procuradoria Educacional Institucional;

XXVI. Elaborar e divulgar à comunidade acadêmica, o fluxo e os prazos a serem utilizados para o encaminhamento das decisões realizadas pelo colegiado;

XXVII. Manter em arquivo todas as informações de interesse do Curso de

Graduação, inclusive atas de suas reuniões, a fim de zelar pelo cumprimento das exigências legais;

XXVIII. Analisar e dar encaminhamento, sempre que solicitado, a outras questões pertinentes ao curso.

XXIX. Auxiliar na proposição de formas de articulação para a integração curricular interdisciplinar.

10. CORPO DOCENTE

Alextian Bartholomeu Liberato	CPF: 054.516.347-18
Titulação: Graduação em Processamento de Dados Especialização em Gerência de Redes com Ênfase em Cabeamento Estruturado Licenciatura em Computação Mestrado em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional Doutorado em Ciência da Computação	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 17 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Sistemas de Apoio à Decisão Comércio Eletrônico	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/5443992982789294	

Allana Matos de Andrade	CPF: 997.653.575-91
Titulação: Graduação em Administração Especialização em MBA Gestão Empresarial Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores Mestrado em Administração de Empresas Doutorado em andamento em Educação em Ciências e Matemática	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 2 anos	
Disciplinas: Matemática Financeira Gestão da Análise de Investimentos Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/2303047555012353	

Cíntia Araújo Espanhol	CPF: 112.844.267-18
Titulação: Graduação: Administração Especialista em Auditoria e Finanças Especialista em Prática Pedagógica para Professores Mestra em Administração Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 8 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 1 ano	
Disciplinas: Estatística Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)	

Cíntia Araújo Espanhol	CPF: 112.844.267-18
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/7665531920823023	

Cláudia Guio Bragato	CPF: 947.595.297-72
Titulação: Graduação em Ciências Econômicas Especialização em Administração Especialização em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar Complementação Pedagógica-Licenciatura Plena Mestrado em Economia	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 25 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 6 anos	
Disciplinas: Economia Estado, Governo e Mercado Metodologia de Pesquisa II Teoria dos Jogos Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI) Trabalho de Conclusão de Curso II (TCCII)	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/0752796147890432	

Danielle Braun Calavotte Cozer	CPF: 055.185.067-16
Titulação: Graduação em Direito Graduação em Filosofia Especialização em Direito Civil Especialização em Direito de Família e Sucessões Mestre em Políticas Públicas e Processo	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 19 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 3 anos	
Disciplinas: Direito Público Direito Tributário Gestão em Contratos, Licitação, Convênios e Ajustes Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI) Trabalho de Conclusão de Curso II (TCCII)	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/7074625825469227	

Francesco Suanno Neto	CPF: 123.356.987-29
Titulação: Graduação em História Mestrado em História das Relações Políticas	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)

Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 02 anos
Disciplinas: Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro
Curriculum Lattes http://lattes.cnpq.br

Igor Carlos Pulini	CPF: 085.614.457-69
Titulação: Graduação em Ciência da Computação Especialização em Tecnologia de desenvolvimento Java Licenciatura em Computação Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional Doutor em Engenharia de Produção	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 13 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 11 anos	
Disciplinas: Pesquisa Operacional Sistemas de Apoio à Decisão	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/7478661826324730	

Izabel Maria Laeber	CPF: 009.706.147-64
Titulação: Graduação em Administração Graduação em Ciências Contábeis Licenciatura Plena em Matemática Especialista em Matemática e Estatística Mestrado em Administração	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 08 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 11 anos	
Disciplinas: Marketing Gestão Estratégica Empreendedorismo Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)	
Curriculum Lattes: https://lattes.cnpq.br/5513973845889489	

Joanita Araújo Espanhol	CPF: 097.862.037-20
Titulação: Graduação: Direito Especialista em Processo e Direito do Trabalho Especialista em Direito Civil e Empresarial Especialista em Direito Digital e Compliance Mestrado em Segurança Pública	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 14 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 3 anos	

Disciplinas: Direito Empresarial Legislação Ambiental Gestão Municipal e Legislação Urbanística Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)
Curriculum Lattes: https://lattes.cnpq.br/6372329084648233

João Ricardo da Silva Meireles	CPF: 112.136.147-16
Titulação: Graduação em Letras Especialização em Metodologia da Língua Francesa Especialização em Linguística aplicada ao Ensino de Língua e Literatura Mestrado em Letras Doutorado em Letras	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 02 anos	
Disciplinas: Comunicação Empresarial Inglês para Negócios	
Curriculum Lattes http://lattes.cnpq.br/2624251121831952	

Octavio Cavalari Júnior	CPF: 075.010.437-60
Titulação: Graduação em Administração Especialista em Práticas para Ensino Superior Especialista em Docência de Educação Profissional e Tecnológica Mestrado em Ciências Contábeis Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 17 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 6 anos	
Disciplinas: Antropologia Organizacional Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI) Trabalho de Conclusão de Curso II (TCCII)	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/9341284152248115	

Renan Osório Rios	CPF: 118.854.957-06
Titulação: Graduação em Sistemas de Informação Especialização Lato Sensu em Práticas Pedagógicas para Professores Mestre em Modelagem Matemática e Computacional Doutor em Ciências da Educação	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 13 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 11 anos	

Disciplinas: Comércio Eletrônico Sistemas de Apoio a Decisão
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/7478661826324730

Thereza Christina Ferrari Paiva	CPF: 862.422.887-53
Titulação: Graduação em Administração Graduação em Ciências Contábeis Especialista em Planejamento Educacional Especialista em Administração e Gestão do Conhecimento. Especialista em Educação Financeira com Neurociência para Docentes Mestrado em Educação, Administração e Comunicação.	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 28 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 10 anos	
Disciplinas: Gestão de Pessoas Gestão de Processos Gestão do Conhecimento Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI) Trabalho de Conclusão de Curso II (TCCII)	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/8420382955347543	

Thiago Chieppe Saquetto	CPF: 102.573.937-06
Titulação: Graduação em Engenharia de Produção Especialista em Práticas Pedagógicas para Professores Mestrado em Ciências Contábeis Doutorado em Administração	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 10 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 5 anos	
Disciplinas: Elaboração e Análise de Projetos Gestão da Produção e Operações Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI) Trabalho de Conclusão de Curso II (TCCII)	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/4442796313166334	

Wilson José Feroni	CPF: 074.715.427-99
Titulação: Graduação em Licenciatura em Matemática Mestrado em Matemática	Regime de trabalho: 40 horas semanais sem DE
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 0 anos	
Disciplinas: Introdução ao Cálculo Cálculo Aplicado	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/6499107866740698	

11. INFRAESTRUTURA

O Campus Colatina está localizado no bairro Santa Margarida, município de Colatina/ES. Em termos de estrutura para os discentes o Campus possui a estrutura disposta nos quadros apresentados nos itens a seguir.

11.1. ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Salas de Aula	17	62,00			
Sala de Professores	1	98,05			
Coordenadoria de Curso Eixo Administração	1	18,00			

11.2. ÁREAS DE ESTUDO GERAL

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Biblioteca	1	348,00			
Laboratório de Informática	10	64,72			
Laboratório de Química	1	65,40			
Laboratório de Biologia	1	58,20			
Laboratório de Microbiologia	1	58,90			
Laboratório de Materiais	1	183,75			
Laboratório de Maquetes	1	47,70			
Laboratório de Instalações Hidrossanitárias	1	77,50			
Laboratório de Instalações Elétricas	1	77,00			
Laboratório de Projeto	2	86,00			
Sala de Pesquisa	1	42,50			

11.3. ÁREAS DE ESPORTES E VIVÊNCIA

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Área de atividades esportiva, contendo: três (3) quadras poliesportivas, um (1) campo de futebol society, uma (1) sala de ginástica, uma (1) sala de professores e um (1) depósito	1	3200,00			
Área de recreação, contendo: cantina, restaurante e cozinha de serviço	1	485,00			

11.4. ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Sala da Coordenadoria de Gestão Pedagógica	1	62,40			
Sala da Direção de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão	1	19,58			
Sala da Coordenadoria Ambulatorial	1	12,80			
Sala de Atendimento – Reforço e recuperação paralela	1	13,40			
Gabinete da Direção Geral	1	30,07			
Direção de Ensino	2	26,15			
Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA)	1	54,95			
Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE)	1	20,70			
Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar (CAM)	2	37,32			
Coordenadoria de Relações	1	17,21			

Institucionais e Extensão Comunitária (CRIEC)					
Núcleo de Arte e Cultura (NAC)	1	21,58			
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGENS), Núcleo de Relações Institucionais (NRI) e Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE)	1	13,4			
Sala de recursos	1	15,13			
NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas	1	13,75			

11.5. ÁREAS DE APOIO

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Sala de Multimídia	1	67,00			
Sala de vídeo e multimídia	1	34,90			
Miniauditório	1	98,15			
Auditório	1	569,00			

11.6. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

O Campus Colatina possui ótima infraestrutura para suportar os diversos cursos técnicos que disponibiliza à sociedade. Equipado com:

- Link dedicado de acesso à internet com firewall de borda para controle de acesso de entrada e saída;
- Link banda larga para serviços essenciais em caso de falha do link principal;

- Ampla estrutura de rede cabeada para todos os computadores que pertencem ao acervo do campus;
- Rede sem fio cobrindo toda extensão para atender a comunidade interna e visitantes;
- Estrutura de TI (tecnologia da informação) equipada com serviços de suporte à comunidade interna;
- 11 (onze) laboratórios de informática de uso geral com a diversidade de "softwares" necessários aos cursos;
- Laboratórios de demanda específica dos cursos (Rede, montagem e manutenção de computadores, conforto, topografia, materiais de construção, física, química, microbiologia, robótica, Leds, Leter, Hub de inovação, outros);
- Biblioteca com equipamentos para acesso à internet;
- Salas de aula com projetores multimídia ligados à rede de computadores.

Além disso, todos os ambientes possuem recursos conectados à rede e, por consequência, à internet.

11.7. BIBLIOTECA

A Biblioteca do Ifes-Campus Colatina foi inaugurada em fevereiro de 1994 e possui uma área de 348m². É aberta a toda comunidade para a consulta local. Funciona em todos os dias úteis de 7h30min até as 20h, salvo em períodos de férias letivas, em que funciona em horário especial. Os serviços oferecidos à comunidade pela biblioteca são: atendimento ao usuário; circulação de materiais (empréstimo, devolução, reservas e renovações), serviço de referência (pesquisas de títulos no acervo online e demais bases eletrônicas disponibilizadas pelo Ifes) emissão de documentação, elaboração de fichas catalográficas e o acesso a recursos de informáticos.

O acervo, atualmente, conta com, aproximadamente, 11.358 títulos e 26.893 exemplares físicos no total. A sua cobertura temática, majoritariamente, abrange as áreas do conhecimento dos cursos ofertados pelo campus, de acordo a divisão das áreas do conhecimento CNPq/Capes: Ciências Exatas e da Terra (Matemática/Probabilidade e Estatística, Ciência da Computação, Física/Astronomia, Química e Geociências); Ciências Biológicas (Ciências Biológicas e Biodiversidade); Engenharias, Ciências da Saúde (Medicina, Saúde Coletiva e Educação Física); Ciências Agrárias; Ciências Sociais e Aplicadas (Direito, Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Economia, Arquitetura e Urbanismo e Design, Planejamento Urbano Regional/Demografia Planejamento Urbano e Regional e Comunicação e Informação); Ciências Humanas (Filosofia, Sociologia, Antropologia/Arquelogogia, História, Geografia Psicologia Educação e Ciência Política/Relações Internacionais); Linguística, Línguas e Artes (Linguística, Literatura e Artes) e Multidisciplinas.

O quadro abaixo apresenta descritivamente os quantitativos do acervo conforme sua área:

Quadro de Títulos e Exemplares conforme a Área do CNPq /Capes		
Área CNPq/Capes	Total de Títulos	Total de Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	1378	4756
Ciências Biológicas	232	706

Engenharias	423	1758
Ciências da Saúde	256	896
Ciências Agrárias	58	131
Ciências Sociais Aplicadas	1637	4470
Ciências Humanas	2047	3819
Linguística, Letras e Artes	5129	9368
Multidisciplinar	7	916
TOTAIS	11.167	26.820

Hoje, esse acervo majoritariamente atende aos alunos videntes, podendo a biblioteca em caso de necessidade transcrever os itens do acervo, principalmente impressos, em formato braille para alunos deficientes visuais. Isto pode ser realizado por meio de parcerias da instituição ou mesmo por meio de solicitação ao Instituto Benjamin Constant e a aquisição de materiais junto a Fundação Dorina Nowill para Cegos.

Ao que diz respeito ao acesso dos alunos ao acervo físico, hoje, os matriculados nos cursos técnicos integrados e concomitantes poderão fazer empréstimo de, no máximo, 03 (três) títulos, podendo ser de literatura, biografias, parapsicologia e ocultismo, espiritismo e religião, relações interpessoais (autoajuda) e trabalhos de conclusão de curso pelo prazo de 14 (quatorze) dias; títulos de outras áreas e revistas de História em Quadrinhos, por 07 (sete) dias, renováveis por igual período, caso não haja reserva para outro usuário.

O acesso ao acervo virtual se dá por meio das bibliotecas virtuais assinadas pelo Ifes, que hoje são a Minha Biblioteca e a Biblioteca Universitária Virtual da Pearson e o Target Gedweb. A Minha Biblioteca é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil – Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva – que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso digital a um conteúdo técnico e científico de qualidade. Através da Minha Biblioteca, os usuários têm acesso rápido e fácil a milhares de títulos acadêmicos das principais publicações de áreas como direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

A Biblioteca Virtual Universitária (BVU) é uma iniciativa pioneira de acervo de livros digital composto por milhares de títulos, que abordam mais de 40 áreas do conhecimento, tais como: administração, marketing, economia, direito, educação, filosofia, engenharia, computação, medicina, psicologia, entre outras. Por meio de uma plataforma intuitiva e ágil, os usuários da BVU acessam mais de 4000 títulos de mais de 20 editoras parceiras: Pearson, Manole, Contexto, Intersaberes, Papyrus, Casa do Psicólogo, Ática, Scipione, Companhia das Letras, Educus, Rideel, Jaypee Brothers, Aleph, Lexikon, Callis, Summus, Interciência, Vozes, Autêntica, Freitas Bastos e Oficina de Textos.

As duas plataformas têm como seus reais usuários todos os professores e técnicos administrativos em educação do Ifes, os alunos de cursos da Educação a Distância (EaD), os alunos de pós-graduação presencial e os alunos de graduação presencial (só não sendo assistidos os alunos dos cursos técnicos presenciais). No caso da BUV, o seu acesso se dá diretamente a partir do link disponibilizado no AVA. Já no caso daqueles que já tenham login e senha cadastrados, pode ser acessada tanto no Moodle quanto em seu portal.

O Target GEDWeb, Sistema de Gestão de Normas e Documentos Regulatórios, foi desenvolvido para gerenciar grandes acervos de normas e informações técnicas. O Target GEDWeb é um sistema que disponibiliza acesso às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O GEDWeb rastreia e atualiza, diária e automaticamente (2 vezes ao dia), centenas de milhares de regulamentações técnicas. Para se ter acesso deve-se entrar em contato com a Biblioteca, por meio do e-mail: biblioteca.col@ifes.edu.br, informando seu nome completo, curso e número de matrícula para solicitar o cadastro.

Além das bibliotecas virtuais, o Ifes oferece o Repositório Institucional (RI/Ifes). O RI é um sistema pensado para armazenar, gerenciar, preservar e disseminar a produção técnico-científica dos servidores e estudantes da instituição, de forma livre e gratuita. Os trabalhos estão categorizados nas seguintes comunidades: Edifes; Eventos Ifes; Produção Científica; Teses e Dissertações; e Trabalhos Acadêmicos e Técnicos. É possível encontrar arquivos por meio de busca no repositório, utilizando tema, título, autor ou tipo de documento. Os usuários podem fazer download, imprimir, compartilhar ou utilizar os materiais para fins educacionais e não comerciais. Para tanto, é necessário fazer a devida citação dos direitos autorais e observar o termo de uso de cada documento.

O acervo total que a biblioteca disponibiliza hoje aos seus usuários:

Quadro de Títulos e Exemplares Conforme a Área do CNPQ/ CAPES				
Área CNPq/Capes	Tipo de Material	Formato	Total de Títulos	Total de Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	Livros	Impresso	1.409	4.150
	Periódicos	Impresso	15	539
		Eletrônico	5767	5767
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.)	Multiformatos	3	15
Ciências Biológicas	Livros	Impresso	1.409	4.150
	Periódicos	Impresso	15	539
		Eletrônico	5767	5767
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.)	Multiformatos	3	15
Engenharias	Livros	Impresso	413	1351
	Periódicos	Impresso	3	83
		Eletrônico	3983	3983

	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.)	Multiformatos	0	0
Ciências da Saúde	Livros	Impresso	250	522
	Periódicos	Impresso	5	374
		Eletrônico	8505	8505
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.)	Multiformatos	0	0
Ciências Agrárias	Livros	Impresso	59	131
	Periódicos	Impresso	0	0
		Eletrônico	1884	1884
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.)	Multiformatos	0	0
Ciências Sociais Aplicadas	Livros	Impresso	1629	4177
	Periódicos	Impresso	5	374
		Eletrônico	6483	6483
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.)	Multiformatos	4	4
Ciências Humanas	Livros	Impresso	2011	3460
	Periódicos	Impresso	23	346
		Eletrônico	9700	9700
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.)	Multiformatos	13	13
Linguística, Letras e Artes	Livros	Impresso	5083	8746
	Periódicos	Impresso	46	617
		Eletrônico	6483	6483
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.)	Multiformatos	1	1
Multidisciplinar	Livros	Impresso	1	1
	Periódicos	Impresso	6	915
		Eletrônico	2251	2251
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.)	Multiformatos	0	0
TOTAL			60982	76296

12. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Considerando que o campus Colatina conta com infraestrutura física, acervo bibliográfico, disponibilidade de carga horária de docentes e técnico-administrativos para atender ao curso, não será necessário realizar investimento financeiro para o funcionamento do curso.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei n. 4.769, de 9 de setembro de 1965.** Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4769.htm>. Acesso em 24 out. 2007.

_____. **Decreto n. 61.934, de 22 de dezembro de 1967.** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Técnico de Administração e a constituição ao Conselho Federal de Técnicos de Administração, de acordo com a Lei nº 4.769, de 9 de Setembro de 1965 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d61934.htm>. Acesso em 24 out. 2007.

_____. **Lei n. 9394, de 20 de Dezembro de 1996:** LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso: 12 jul. 2007.

_____. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em 12 jul. 2007.

_____. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em 27 out. 2007.

_____. **Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em 13 nov. 2008.

_____. **Decreto n. 5.224, de 1º de outubro de 2004.** Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Decreto_5.224.pdf>. Acesso em: 27 out. 2007.

_____. **Decreto n. 5.225, de 1º de outubro de 2004.** Altera dispositivos do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5225-1-outubro-2004-534244-publicacaooriginal-18915-pe.html>>. Acesso: 13 nov. 2008.

_____. **Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso: 03 abril de 2008.

_____. **Resolução CNE/CP n. 01, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura

Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em 07 mar. 2023.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>>. Acesso em 5 dez. 2008.

_____. **RESOLUÇÃO do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior n. 2, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso: 21 maio 2008.

_____. **Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em 13 jun. 2019.

_____. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso: 13 jun. 2009.

_____. **Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em 21 de set. 2019.

_____. **Resolução CNE/CP n. 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acesso em 26 abr. 2019.

_____. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em 26 abr. 2019.

_____. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 13 jun. 2018.

_____. **Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018.** Disponível em: < https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf >. Acesso em 9 mar. 2023.

_____. **Portaria MEC n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913> >. Acesso em 10 fev. 2023.

_____. **Resolução CNE/CES n. 5, de 14 de outubro de 2021.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=212931-rces005-21&category_slug=outubro-2021-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em 09 mar. 2023.

ESPÍRITO SANTO. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural PROATER 2020-2023.** INCAPER, 2020. Disponível em: < <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Colatina.pdf> >. Acesso em 03 mai. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Superior. _____. PORTARIA Ifes campus Colatina n. 203, de 16 de julho de 2014, que **compõem a Comissão de Estruturação do Curso Bacharel em Administração a ser implantado no Campus Colatina.** Disponível em: < <https://gedoc.ifes.edu.br/visualizarDocumento/?d=L3Zhci9zb2xyL3NoYXJlL2JvbGV0aW0vQ2FtcHVzIC0gQ29sYXRpbmEvREcvMjAxNC8wNy9Qb3J0YXJpYSBERy1Db2xhdGluYSBuwrogMjAzLSAyMDE0IC0gcG9ydGFyaWEgY29taXNzw6NvIGJhY2hcmVslGVtIGFkbWluaXN0cmHDp8Ojby5wZGY=&inline> >. Acesso em jan. 2019.

_____. **Resolução CS Nº 160, de 05 de agosto de 2016.** Regimento interno dos campi do Ifes. Disponível em <https://ifes.edu.br/images/stories/files/documentos_institucionais/regimento-interno-campi-ifes-2016.pdf>. Acesso em jan. 2019.

_____. **Resolução CS n. 2, de 14 de março de 2016.** Regulamenta os programas de apoio à pesquisa e à pós-graduação no âmbito do Ifes. Disponível em: < https://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2016/Resolu%C3%A7%C3%B5es_2016/Res_CS_2_2016_-_Regulamenta_programas_de_apoio_a_pesquisa_e_a_posgraduacao_e_revoga_resolucao_c_s_36_2010.pdf >. Acesso em 12 mai. 2023.

_____. **Portaria DG/Ifes-Campus Colatina n. 183, de 7 de julho de 2017.** Homologa *Ad Referendum* o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração do Campus Colatina. Disponível em: < <https://gedoc.ifes.edu.br/visualizarDocumento/?d=L3Zhci9zb2xyL3NoYXJlL2JvbGV0aW0vQ2FtcHVzIC0gQ29sYXRpbmEvREcvMjAxNy8wNy9Qb3J0YXJpYSBERy1Db2xhdGluYSBuwrogMTgzIC0gMjAxNyAtIEhvbW9sb2dhw6fDo28gUmVndWxhbWVudG8gZG8gVHJhYmFsaG8gZGUgQ29uY2x1c8OjbyBkbyBDdXJzbyBkZSBCYWN0YXJlIGFkbWlucyBBZG1pbmlzdHJhw6fDo28ucGRm&inline> >. Acesso em 12 mai. 2023.

_____. **Resolução Consup/Ifes n. 55, de 19 de dezembro de 2017.** Institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes. Disponível em: < [https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos-comissoes/conselho-superior/2017/Res_CS_55_2017 - Institui procedimentos de identificação e certificação de alunos com Necessidades Específicas - Alterada Res 19 2018.pdf](https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos-comissoes/conselho-superior/2017/Res_CS_55_2017_-_Institui_procedimentos_de_identificacao_acompanhamento_e_certificacao_de_alunos_com_Necessidades_Especificas_-_Alterada_Res_19_2018.pdf) >. Acesso em fev. 2019.

_____. **Resolução n. 58, de 17 de dezembro de 2018.** Regulamenta os estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Disponível em: < <https://viana.ifes.edu.br/images/stories/Estagio/resolucao-conselho-superior-58-2018-regulamenta-estagios-dos-alunos-do-ifes.pdf> >. Acesso em 11 mai. 2023.

_____. **Resolução CONUSP/IFES n. 1, de 11 março 2019.** Estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação do Ifes. Disponível em: < [https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_1_2019 - Estabelece procedimentos para abertura implanta e revisão de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação do Ifes.pdf](https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_1_2019_-_Estabelece_procedimentos_para_abertura_implantacao_acompanhamento_e_revisao_de_Projeto_Pedagogico_de_Curso_de_Graduacao_do_Ifes.pdf) > Acesso em 23 mar. 2023.

_____. **Portaria DG/Ifes-Campus Colatina n. 497, de 20 de novembro de 2019.** Homologa e divulga o novo Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos Presenciais de Graduação deste Ifes Campus Colatina, cujo cumprimento é requisito para colação de grau, conforme anexo. Disponível em: < <https://gedoc.ifes.edu.br/documento/D11AB88776CBA4C74E849FFF97D6FA83?inline> >. Acesso em 12 mai. 2023.

_____. Conselho Superior. **Resolução CS Nº 64, de 13 de dezembro de 2019.** Cria o Núcleo Docente Estruturante nos cursos de graduação do Instituto Federal do Espírito Santo. Disponível em: [https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_64_2019 Criar o Núcleo Docente Estruturante nos cursos de Graduação do Ifes.pdf](https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_64_2019_Criar_o_Nucleo_Docente_Estruturante_nos_cursos_de_Graduacao_do_Ifes.pdf)

_____. Conselho Superior. **Resolução CS Nº 63, de 13 de dezembro de 2019f.** Estabelecer as normas e os procedimentos para a constituição e o funcionamento dos Colegiados dos Cursos Superiores do Ifes. Disponível em: <[https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_63_2019 Estabelecer as normas e os procedimentos Colegiados dos Cursos Superiores do Ifes.pdf](https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_63_2019_Estabelecer_as_normas_e_os_procedimentos_Colegiados_dos_Cursos_Superiores_do_Ifes.pdf)>.

_____. **Resolução Consup/Ifes n. 38, de 13 de agosto de 2021.** Regulamenta as diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão no Ifes. Disponível em: < [https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Resolucao_CS_38_2021 - Regulamenta as diretrizes para as Atividades de Extensão.pdf](https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Resolucao_CS_38_2021_-_Regulamenta_as_diretrizes_para_as_Atividades_de_Extensao.pdf) > Acesso em 23 mai 2023.

_____. **Resolução Consup/Ifes n. 58, de 21 de outubro de 2021.** Normatiza a oferta de componentes curriculares a distância e o uso de tecnologias educacionais nos cursos

presenciais do Ifes. Disponível em: < [https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_58_2021 - Componentes Curriculares a distancia.pdf](https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_58_2021_-_Componentes_Curriculares_a_distancia.pdf) >. Acesso em 05 de abril de 2023.

_____. **Resolução CONSUP/IFES n. 140, de 14 de dezembro de 2022.** Estabelece os procedimentos específicos para projetos de pesquisa no Ifes. Disponível em: < [https://ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_140_2022 - Estabelece os procedimentos de Projetos de Pesquisa.pdf](https://ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_140_2022_-_Estabelece_os_procedimentos_de_Projetos_de_Pesquisa.pdf) >. Acesso em 12 mai. 2023.

_____. **Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Graduação do Ifes - 2023.** Disponível em: < <https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/documentos-institucionais/regulamento-organizacao-didatica/rod-graduacao-2023.pdf> >. Acesso em 12 mai. 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Carteira de Investimentos do Espírito Santo.** Atualizado em 27/03/2023. Disponível em: < <https://ijsn.es.gov.br/noticias/carteira-de-investimentos-do-espírito-santo-supera-r-53-bilhoes> >. Acesso em 15 abr. 2023.

LEITE, Romildo de Paula. **Colatina – o polo de vestuário do ESPÍRITO SANTO.** Disponível em: < <http://textileindustry.ning.com/m/discussion?id=2370240%3ATopic%3A594818> >. Acesso em 20 abr. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em jan 2019

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior.** Disponível em: < <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/sudeste/espírito-santo/> >. Acesso em 11 mai. 2023.

TOLIPAN, Heloísa. **Colatina: a capital do pólo de confecções atrai compradores de todo o país ávidos por novidades semanais.** Disponível em: < <https://heloisatolipan.com.br/moda/colatina-capital-polo-de-confecoes-atrai-compradores-de-todo-o-pais-avidos-por-novidades-semanais/> >. Acesso em 10 mai. 2023.